

RIVAIL VANIN DE ANDRADE

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS
PARQUES E BOSQUES PÚBLICOS DE CURITIBA

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre, pelo Curso de Pós-
Graduação em Geografia - Área Produção do Es-
paço Urbano Regional, do Setor de Ciências da
Terra da Universidade Federal do Paraná.

Orientador:

Prof. Dr. Francisco A. Mendonça

CURITIBA
2001

RIVAIL VANIN DE ANDRADE

***O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS
PARQUES E BOSQUES PÚBLICOS DE CURITIBA***

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia - área Produção do Espaço Urbano Regional, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná.

Orientador:
Prof. Dr. Francisco A. Mendonça

**CURITIBA
2001**

TERMO DE APROVAÇÃO

RIVAIL VAININ DE ANDRADE

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS PARQUES E BOSQUES PÚBLICOS DE CURITIBA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça
Departamento de Geografia, UFPR

Prof.^a Dr.^a Yara Vecentini
Departamento de Arquitetura, UFPR

Prof. Dr. Leonardo José Cordeiro Santos
Departamento de Geografia, UFPR

Com obtenção do conceito “A”, nota **10** (dez), com **menção de distinção**.

Curitiba, 15 de agosto de 2001.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça, pelas críticas que propiciaram uma nova abordagem sobre o assunto, pelo acompanhamento e pela revisão do estudo sem, contudo, interferir de forma a descaracterizar meu texto, sabendo respeitar a minha individualidade e forma de pensar.

Aos meus amigos que souberam compreender os encontros a que não pude ir, as festas a que faltei e a minha freqüente ausência nos encontros.

A minha família que sempre me incentivou e, principalmente, a minha mãe pelo lanchinhos quando as horas já avançavam madrugada adentro.

No entanto, devo agradecer de forma muito especial a minha futura esposa, *Adriana Rita Tremarin*, a quem dedico este trabalho. Sem os seus constantes incentivos, a sua sempre freqüente ajuda, os seus conselhos, o seu apoio e, acima de tudo, o seu amor, não teria sido possível chegar ao término deste trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Fundamentos teóricos.....	4
Caracterização da área de estudo.....	12
CAPÍTULO 01.....	18
1. O VERDE E A CIDADE.....	18
1.1 Considerações iniciais sobre o meio ambiente urbano.....	18
1.2 Áreas verdes: uma abordagem conceitual.....	20
1.2.1 Conceito de áreas verdes a partir do Plano Preliminar de Urbanismo.....	22
1.3 A função das áreas verdes nos centros urbanos.....	26
CAPÍTULO 02.....	30
2. O PAPEL DE PARQUES E BOSQUES NA HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CURITIBA.....	30
2.1 O processo de produção de parques e bosques públicos em um período de concepções sanitaristas.....	33
2.2 O processo de produção de parques e bosques públicos em um período de administração tecnocrata.....	40
2.3 O processo de produção de parques e bosques públicos em um período de promoção do City Marketing.....	60
CAPÍTULO 03.....	84
3. PARQUES E BOSQUES PÚBLICOS DE CURITIBA/PR: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E CRIAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL.....	84
3.1 Diferenças entre o adensamento espacial de parques e bosques públicos da região norte e da região sul de Curitiba.....	84
3.2 Parques e bosques públicos de Curitiba/Pr: os cursos d'água como definidores de localização.....	98
3.3 A valorização imobiliária no entorno dos parques e bosques públicos de Curitiba/Pr.....	101
3.4 A relação entre agentes privados e a criação dos parques e bosques públicos de Curitiba/Pr.....	105
3.5 Apropriação da imagem dos parques e bosques públicos de Curitiba/Pr por parte das administrações políticas.....	107
3.6 Manipulação dos índices de áreas verdes de Curitiba/Pr.....	112
Considerações finais.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Roteiro metodológico.....	11
Figura 02 - Localização de Curitiba em relação ao Brasil, ao Paraná e à Região Metropolitana.....	13

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Linha cronológica dos mandatos políticos e data da implantação dos parques e bosques em Curitiba.....	32
Tabela 02 -	Perfil dos parques e bosques públicos de Curitiba.....	76
Tabela 03 -	Área, população e densidade populacional por bairros da porção norte de Curitiba.....	89
Tabela 04 -	Área, população e densidade populacional por bairros da porção sul de Curitiba.....	90
Tabela 05 -	Renda mediana do chefe de família em salários mínimos por bairros de Curitiba.....	93
Tabela 06 -	Áreas e percentuais dos parques e bosques públicos de Curitiba.....	95
Tabela 07 -	Área total dos parques e bosques públicos de Curitiba em relação as porções norte e sul de Curitiba.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Rede hidrográfica de Curitiba.....	16
Mapa 02 -	Plano Agache.....	36
Mapa 03 -	Áreas de Proteção Ambiental.....	52
Mapa 04 -	Localização espacial dos parques e bosques públicos de Curitiba.....	77
mapa 05 -	Proposta de divisão de Curitiba em porções norte e sul.....	88
Mapa 06 -	População por bairros de Curitiba - 1996.....	91
Mapa 07 -	Densidade populacional por bairros de Curitiba - 1996.....	92
Mapa 08 -	Renda mediana do chefe de família em salários mínimos por bairros de Curitiba - 1991.....	94
Mapa 09 -	Monitoramento das áreas verdes de Curitiba	97
Mapa 10 -	Parques e bosques públicos e rede hidrográfica de Curitiba.....	100

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 01 -	Portais de logradouros públicos de Curitiba.....	78
Prancha 02 -	Réplicas de igrejas em parques e bosques públicos de Curitiba.....	79
Prancha 03 -	Formações lacustres em parques públicos de Curitiba.....	80
Prancha 04 -	Alguns memoriais culturais de Curitiba.....	81
Prancha 05 -	Alguns elementos em estrutura de madeira da identidade arquitetônica de Curitiba.....	82
Prancha 06 -	Alguns elementos em estrutura metálica da identidade arquitetônica de Curitiba.....	83
Prancha 07 -	Tipologia construtiva antes e após a implantação do Parque Tingüi...	104
Prancha 08 -	Logomarcas da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Governo do Estado do Paraná, durante administrações do grupo político de Jaime Lerner.....	111

SIGLAS

APA.....	Área de Proteção Ambiental
ARENA.....	Aliança Renovadora Nacional
BADEP.....	Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
BNH.....	Banco Nacional da Habitação
CIC.....	Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR.....	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
COMEC.....	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
COPLAC.....	Comissão de Planejamento de Curitiba
ETA.....	Estação de Tratamento de Água
ETE.....	Estação de Tratamento de Esgoto
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES.....	Instituto Paranaense de Desenvolvimento
IPPUC.....	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU.....	Imposto Territorial Urbano
MDB.....	Movimento Democrático Brasileiro
PAVOC.....	Parque Aquático e Vila Olímpica de Curitiba
PMC.....	Prefeitura Municipal de Curitiba
PMDU.....	Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
SAGMACS.....	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SMCS.....	Secretaria Municipal de Comunicação Social
SMMA.....	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
OMS.....	Organização Mundial da Saúde
ONU.....	Organização das Nações Unidas
URBS.....	Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba

Em 1854, o presidente dos Estados Unidos fez uma oferta aos índios para a compra de uma grande extensão de suas terras, oferecendo, em troca a concessão de uma outra reserva para o povo indígena. A resposta do chefe índio, é um dos mais belos pronunciamentos já feitos em defesa do meio ambiente. Sua antiguidade - data de mais de um século - converte-a em uma peça de sabedoria profética sobre os problemas ecológicos.

“Como se pode comprar ou vender o firmamento, ou mesmo o calor da terra? Essa idéia é desconhecida para nós. Se não somos donos do frescor do ar nem do fulgor das águas, como poderão ser comprados? Cada porção desta terra é sagrada para o meu povo. Cada brilhante mata de pinheiros, cada grão de areia nas praias, cada gota de orvalho nos escuros bosques, cada colina e até o som de cada inseto, tudo é sagrado à memória e ao passado de meu povo. Os mortos do homem branco esquecem seu país de origem quando empreendem seus passeios entre as estrelas; nossos mortos, no entanto, nunca podem esquecer esta bondosa terra, pois que é a mãe dos peles vermelhas. Somos parte da terra, assim como ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o veado, o cavalo, a grande águia, estes são nossos irmãos. Os escarpados penhascos, os úmidos prados, o calor do corpo do cavalo e o homem, todos pertencemos à mesma família. Por tudo isso, quando o grande chefe de Washington nos envia a mensagem de que precisa comprar nossas terras, nos está pedindo demasiado. Também nos diz o Grande Chefe que nos reservará um lugar no qual possamos viver confortavelmente entre nosso povo. Ele se converteria em nosso pai e nós em seus filhos. Por isso consideremos sua oferta para comprar nossas terras. Se lhe vendermos as terras, devem ensinar a seus filhos que são sagradas. Os rios são nossos irmãos e também são seus, portanto, devem tratá-los com a mesma doçura com que se trata um irmão. Sabemos que o homem branco não compreende nosso modo de vida. Ele não sabe distinguir entre um pedaço de terra e outro, já que é um estranho que chega de noite e toma da terra o que necessita. A terra não é sua irmã e sim sua inimiga. Não sei, mas nossa forma de vida é diferente da de vocês. A simples vista de suas cidades é aflitiva aos olhos do índio. Mas isso talvez seja porque o índio é um selvagem e não compreende nada. Não existe um lugar tranquilo na cidade do homem branco nem um lugar onde ouvir como se abrem as folhas das árvores na primavera ou como adejam os insetos. O barulho somente parece insultar nossos ouvidos. E depois de tudo, para que serve a vida se o homem não pode escutar o grito solitário do notibá. Nós preferimos o murmúrio do vento na superfície do lago e o seu perfume identificado pela chuva do meio dia, O ar tem um valor inestimável para o pele vermelha, já que todos os seres compartilham o mesmo alento; a besta, a árvore, o homem, todos respiramos o mesmo ar. O homem branco parece não ter consciência do ar que respira; como um moribundo que agoniza durante muitos dias, à insensível ao fétido odor. Mas se lhe vendermos nossas terras, devem recordar que para nós o ar é inestimável. Sou um selvagem e não compreendo outra forma de vida. Vi milhares de búfalos apodrecendo nos prados, mortos a tiros pelo homem branco de um trem em marcha. Sou um selvagem e não compreendo como uma máquina fumegante pode importar mais do que búfalo, que não matamos somente para sobreviver. Que seria do homem sem os animais? Se todos fossem exterminados, o homem também morreria de uma grande solidão espiritual. Porque o que quer que suceda aos animais, também sucederá ao homem. Tudo está entrelaçado. Tudo quanto ocorre à terra ocorrerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, cospem sobre si mesmos. A terra não pertence ao homem: o homem pertence a terra. Tudo está entrelaçado. Tudo o que ocorrer a terra ocorrerá aos filhos da terra. O homem não teceu a trama da vida. Ele é somente um fio. O que ele faz com a trama ele o faz a si mesmo. Onde está a floresta espessa? Destruída. Onde está a águia? Desapareceu. Termina a vida e começa a sobrevivência”.

RESUMO

A partir da Revolução Industrial do século XVIII, as cidades tornaram-se elementos cada vez mais constantes, ampliando sua área ocupada e seus impactos sobre a natureza. Com a urbanização, e a conseqüente diminuição das áreas verdes, houve o aparecimento de inúmeros problemas decorrentes da ausência desses espaços e, conseqüentemente, regiões que contavam com maior cobertura vegetal começaram a ser associadas à maior qualidade de vida. As áreas verdes, conforme seu volume, distribuição, densidade e tamanho, podem interferir no entorno imediato de diversas maneiras. Dentro dos centros urbanos, as áreas verdes têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida pela criação de áreas de lazer, paisagismo, preservação ambiental, preservação das áreas de fundo de vale, dos recursos hídricos e da qualidade da água, encontros sociais, atenuação da paisagem urbana, disciplinarização do uso do solo, valorização imobiliária, manutenção e regulação do equilíbrio climático, minimização da poluição, proteção acústica, conforto psicológico, atuação sanitária e preservação da fauna e flora entre outros. Tendo em vista a associação entre qualidade de vida e áreas verdes, a prefeitura da cidade de Curitiba tem adotado, durante os últimos trinta anos, um modelo de gestão municipal que explora a imagem de cidade-ecológica. Como resultado desse projeto, Curitiba é tida pela mídia nacional e internacional, como a cidade brasileira que melhor equacionou o binômio desenvolvimento urbano/meio ambiente e como tal, detentora do título de cidade modelo, principalmente pela criação de parques e bosques. Embora Curitiba possua uma grande quantidade de parques e bosques, e uma boa relação entre área verde/população, existem aspectos que devem ser levados em consideração na análise da política ambiental da cidade: 1. Quase a totalidade dos parques e bosques públicos estão localizados na porção norte de Curitiba, enquanto que a porção sul, mais populosa e mais carente, quase não conta com áreas verdes. 2. A maior parte dos parques possui lagos em seu interior objetivando a amenização dos impactos das enchentes. Essa característica, fornece à implantação dessas áreas um caráter sanitário. 3. Os terrenos localizados no entorno dos parques e bosques vêm recebendo inúmeros empreendimentos imobiliários de alto padrão, que acabam seletivizando essas áreas e promovendo segregação sócio-espacial pela valorização dos imóveis. 4. O grupo político que tem predominado desde a década de 70 vem utilizando intensamente a política ambiental para a sua promoção e da cidade. Os parques recebem elementos arquitetônicos e temáticos que visam associar Curitiba com as cidades do Primeiro Mundo. A venda dessa imagem de cidade bem resolvida, atrai investimentos nos mais diversos setores e uma unanimidade e complacência de seus cidadãos perante os “produtos” ofertados. Desse modo, a criação de áreas verdes em Curitiba possui alguns elementos marcantes, presentes em quase todos os parques e bosques públicos, são eles: a grande interferência dos agentes imobiliários, a valorização do entorno, o caráter estético e de marketing, o uso para promoção do grupo político e da cidade e o aspecto sanitário.

ABSTRACT

Since the Industrial Revolution in the century XVIII, the cities had become more frequent elements each time, extending its area and its impacts on the nature. With the urbanization, and the consequent reduction of the green areas, many problems occurred due to the absence of these spaces and, consequently, regions that counted on bigger vegetal covering started to be associated to the biggest quality of life. The green areas, as its volume, distribution, density and size, can intervene with immediate environment in diverse ways. Inside urban centers, the green areas have the purpose of improving the quality of life, through creation of pleasure areas, landscaping, ambient preservation, preservation of the areas of deep of valley, of the hydric features and the water quality, social meeting, attenuation of the urban landscape, disciplining the ground use, real estate valuation, maintenance and regulation of the climatic balance, minimization of the pollution, protection acoustics, psychological comfort, sanitary performance and preservation of the fauna and flora among others. In view of the association between quality of life and green areas, the city hall of Curitiba has adopted, during last the thirty years, a model of municipal management that explore the picture of an ecological city. As result of this design, Curitiba is known by the national and international media, as the Brazilian city that better equated the binomial surrounding urban/environment development. It is also known as having the city heading model, mainly for the creation of parks and forests. Although Curitiba possesses a great amount of parks and forests, and a good relation between green area/population, aspects exist that must be taken in consideration in the analysis of the ambient politics of the city:

1. Almost all of the parks and public forests is located in the north portion of Curitiba, while that the south portion, more populous and more devoid, almost does not count on green areas.
2. Most of the parks possess lakes in its inward objectifying the amenization of the impacts of floods. This feature, supplies to the implantation of these areas a sanitary character.
3. The lands located in neighborhood of the parks and forests receive innumerable high standard real estate investment, causing a selective increase of value, concentrating richer people in those areas.
4. The politician group that has predominated since the decade of 70 intensely used the ambient politics for its self-promotion and the city's. The parks receive architectonic thematic elements and that they aim associating Curitiba to First World cities. This picture of well decided city marketing, attracts investments in the most diverse sectors and also creates an unanimity and agreement of its citizens to the offered "products". This way, the creation of green areas in Curitiba displays some outstanding elements, present in almost all the parks and public forests. They are: the great interference of the real estate agents, the valuation of surrounding areas, the aesthetic character and of marketing, the use for promotion of the group politician and the city, and the sanitariat aspect.

Introdução

Como principal produto da transformação da natureza pelo homem estão as cidades, que geram “impacto direto e imediato no meio ambiente, consistindo na mudança paisagística, substituindo o cenário expressivo da cobertura vegetal pelo do casario e ruas com aglutinação de um contingente populacional” (CHRISTOFOLETTI, 1994 p. 131).

As cidades, habitat do ser humano, são construídas inicialmente de forma a tentar criar espaços mais propícios para a sociedade humana. No entanto, “as consequências indiretas dos impactos no meio ambiente não são planejadas nem previstas, sendo catalogadas como indesejáveis tanto social como economicamente” (CHRISTOFOLETTI, 1994 p. 132).

A intervenção do homem sobre o meio ambiente acelerou em progressão geométrica a partir da Revolução Industrial do século XVIII, quando as cidades tornaram-se elementos cada vez mais constantes, ampliando sua área ocupada e seus impactos sobre a natureza. Já no século XX, houve a transformação definitiva de um mundo rural em um mundo urbano. Os interesses dos agentes econômicos, sociais, culturais e políticos transformaram as cidades em espaços hostis à natureza, afetando a estabilidade do ecossistema do qual depende a sobrevivência humana.

Os impactos ambientais, promovidos pelas cidades, não se dão de forma igual na sua distribuição geográfica, na sua intensidade ou nos seus efeitos. Cidades mais industrializadas terão um consumo maior de energia e, conseqüentemente, sofrerão mais com a poluição dos derivados desse consumo, tais como gases e resíduos sólidos. Cidades com ocupação em áreas de mananciais e leitos de rios, e com baixa área de permeabilização, terão constantes problemas com o abastecimento de água e inundações. Enfim, os impactos ambientais serão diferenciados conforme o sítio em estudo, mas eles sempre existirão em maior ou menor escala.

Face aos problemas ambientais promovidos pelas cidades, e considerando a dependência do homem ao ecossistema, torna-se impreterível que as ações de planejamento urbano-regional considerem as características do meio físico e da produção

humana através de estudos científicos que forneçam elementos para os programas de desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

Parece evidente que a função do planejamento na gestão ambiental é absolutamente necessária para orientar a localização das atividades produtivas no território e ordenar a utilização dos recursos naturais com a perspectiva de não exaurir estes recursos e inviabilizar as condições para a continuidade da expansão econômica e a busca da qualidade de vida (BARONI apud MENEZES, 1996 p. 24).

Ainda em MENEZES (1996 p.15), encontra-se a citação de SACHS-JEANTEL que diz que o planejamento urbano-regional deve “Encontrar formas concretas de harmonizar os critérios de equidade social, sustentabilidade ecológica, eficácia econômica, aceitabilidade cultural e distribuição espacial equilibrada das atividades e dos assentamentos humanos”.

De acordo com os autores acima, as áreas verdes, dentro dos centros urbanos, têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida pela criação de áreas de lazer, preservação ambiental, preservação das áreas de fundo de vale, preservação da qualidade da água, encontros sociais, atenuação da paisagem urbana, disciplinarização do uso do solo, valorização imobiliária, manutenção e regulação do equilíbrio climático, entre outros.

Geralmente a produção desses espaços está mais subordinada a questões técnicas, econômicas e políticas do que a questões sociais e naturais, como aponta PEREIRA LEITE (1993, p.140) “as práticas do urbanismo, porém, de modo geral não fazem uso desse conjunto de características naturais e sociais de um lugar - da natureza desse lugar - para avaliar, selecionar, emitir juízo ou implantar concepções de organização urbana, mas parecem procurar perpetuar, numa atitude temerária, a reprodução de modelos parciais, generalizantes e dogmáticos”.

As relações entre a natureza e a cidade tornam-se cada dia mais interdependentes; alterações na produção urbana atingem diretamente a natureza, que é responsável pelo fornecimento de energia e matéria-prima para as atividades urbanas. No entanto, a maior parte dos planos urbanos elaborados perpetua a dissociação entre a cidade e o natural.

Essas interações do meio urbano com o meio natural, e a desarticulação desses sistemas nas propostas de planejamento urbano, seja por questões econômicas,

políticas ou técnicas, conduzem ao objetivo central desta pesquisa, que analisa como ocorreu o processo de produção das áreas verdes na cidade de Curitiba-PR que é, provavelmente, a capital brasileira que mais explora a imagem da qualidade de vida associada ao planejamento de áreas verdes.

Considerada “Cidade Modelo”, Curitiba tem sua imagem repercutida em âmbito nacional e internacional como a capital brasileira que superou os problemas urbanos conseqüentes da concentração populacional dos grandes centros.

Com algumas idéias inovadoras, que revolucionaram as formas urbanas e a estruturação espacial da cidade, a partir da elaboração do atual Plano Diretor nos anos 60, Curitiba passa a ser reconhecida como uma cidade de sucesso em planejamento urbano.

Durante a implantação do novo modelo urbanístico, uma das preocupações básicas foi equipar a cidade com áreas de lazer tais como parques, bosques, praças e áreas públicas ajardinadas, objetivando criar espaços que refletissem qualidade de vida urbana.

A partir da década de 70, começam a ser criados na cidade inúmeros parques e bosques. A questão ambiental ganha status e passa a ser incorporada ao discurso político. Em sua posse como prefeito municipal, em 1971, Jaime Lerner afirmava: “Realce especial será dado à recreação (...) à construção de novas praças e de grandes parques, à preservação das áreas verdes expressivas, à execução de um plano de arborização da cidade e uma política de ocupação de solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água” (LERNER apud MENEZES 1996, p. 102).

Se os primeiros parques de Curitiba tinham uma função primordialmente estrutural, como a contenção de enchentes, a partir da terceira administração do prefeito Jaime Lerner (1989-92), e da administração do prefeito Rafael Greca (1993-96) na seqüência, os parques passam a ter, principalmente, um caráter emblemático, símbolos arquitetônicos a favor da promoção política.

Nos anos que seguiram à implantação do Plano Diretor, a forma de produção da cidade foi, gradualmente, sofrendo mudanças; hoje o marketing é um importante elemento definidor de políticas urbanas, caracterizando a supremacia da imagem sobre a função.

Para esmiuçar a investigação e delimitação do problema principal desta pesquisa, que é avaliar **como os parques e bosques públicos se inserem no processo de produção do espaço urbano de Curitiba**, serão analisados vários aspectos – histórico, político, econômico e espacial – abordados na seqüência:

O capítulo 01 serve de base teórica conceitual. Inicialmente são feitas considerações gerais sobre o meio ambiente urbano e discutidos conceitos sobre áreas verdes, em seguida são explicitadas algumas funções das áreas verdes nos centros urbanos.

O capítulo 02 avalia como as áreas verdes foram inseridas nos sucessivos modelos urbano-políticos da cidade de Curitiba, identifica os principais agentes atuantes na sua produção e os fatores determinantes de sua criação. Partindo do pressuposto que o principal agente na produção dos parques e bosques é o poder público, é resgatada parte da história política da cidade, avaliando como cada administração pública se apropriou do verde em sua gestão. O capítulo 02 é um resgate histórico, descreve as diferenças que ocorreram no processo de produção dos parques e bosques públicos da cidade.

O capítulo 03 analisa as áreas verdes de uma forma global, identificando elementos padrões na produção dos parques e bosques públicos. São apresentados fatores que determinaram as diferenças de espacialização e adensamento dos parques e bosques públicos de Curitiba nas regiões norte e sul, também é analisada a relevância dos cursos de água para a definição do local de implantação dessas áreas verdes, bem como, a valorização imobiliária ocorrida no entorno desses espaços e os grupos beneficiados.

Fundamentos teóricos

Para que se atinja este objetivo é adotada uma abordagem metodológica fundamentada no materialismo histórico.

Essa linha filosófica tem como um dos seus principais pilares a análise histórica, ou seja, todo o fenômeno ou evento só pode ser compreendido por meio da percepção crítica do seu processo de formação (como surgiu, que agentes contribuíram para sua formação, qual era o contexto econômico-político-social, que forças antagônicas atuaram no seu surgimento etc), pois segundo MORAES (1994 p. 52) o mar-

xismo: “além da lógica dialética e da postura materialista, o marxismo trabalha com a análise histórica, isto é, para ele qualquer fenômeno só pode ser explicado quando é apreendido em sua gênese, em seu desenvolvimento”.

ABREU, (1994, p.270), reforça a importância do resgate do processo histórico pelos geógrafos.

É a partir desses pressupostos teóricos, e atraídos pelas transformações radicais por que têm passado as cidades brasileiras (e em especial as metrópoles nacionais) nos últimos 100 anos, que alguns geógrafos têm dedicado especial atenção à recuperação do processo histórico subjacente a essas mesmas transformações, pretendendo com isto resgatar toda a complexidade subjacente ao processo de produção contínua do espaço urbano (ABREU, 1994 p. 270).

Na Geografia Crítica, o espaço geográfico é compreendido como um produto de relações contraditórias da acumulação de capital, isto é, a forma como a sociedade interage é que vai definir o espaço. Portanto o espaço é dinâmico e se altera conforme se alteram as relações entre os agentes produtores (Estado, proprietários de terra, incorporadores, trabalhadores, sociedade civil e outros). O espaço acaba incorporando as contradições das classes em determinado momento, na medida em que é condição e resultado das atividades sociais. Como esclarece MORAES (1994 p.57) “nosso objetivo deverá ser um processo social referido ao espaço terrestre, logo, nossa teorização deverá se inscrever dentro de uma teoria geral da sociedade”. Em outras palavras, a Geografia Crítica não aceita a autonomia do espaço, o espaço é materialidade social, é produzido pelo trabalho do homem e pela sociedade da qual faz parte. ABREU (1994 p.257) reforça essa opinião:

Já que é produto da sociedade, o espaço geográfico irá refletir, obviamente, tanto a sua estrutura como a sua dinâmica. Em outras palavras, como é da sociedade que espaço geográfico recebe sua forma e seu conteúdo, a sua compreensão total só será possível se estiver acoplada a compreensão da sociedade. Esta, por sua vez, não é imutável. Daí, toda a compreensão que obtemos do espaço será sempre (e necessariamente) historicamente determinada, isto é, estará sempre relacionada ao grau de desenvolvimento a que chegaram, nesta sociedade, as forças produtivas, as relações de produção e a cultura (ABREU, 1994, p. 257).

No caso de Curitiba, a grande articulação da municipalidade com os principais grupos econômicos da cidade tem conseguido elaborar políticas que visam atender, principalmente, aos interesses de promoção política do grupo no poder, aos interes-

ses econômicos dos setores imobiliários e de transporte e à tecnocracia de uma pequena parcela de urbanistas. Talvez poucas administrações públicas tenham conseguido articular com tamanha maestria um projeto político que atende aos anseios das elites e, simultaneamente, tem apoio tão intenso da população. Tem-se, em Curitiba, um processo de produção do espaço geográfico onde os agentes produtores pouco conflitam entre si; de um lado as elites que se beneficiam com as políticas de valorização imobiliária, e de outro a população civil que, sem perceber que é prejudicada, acaba por apoiar e perpetuar no poder os grupos que tão bem articulam estas relações.

Exemplo notável dessa articulação entre o poder público e a iniciativa privada pode ser observado no processo de produção dos últimos parques de Curitiba, como será visto nos capítulos 2 e 3. Para uma melhor compreensão desse processo são abordadas algumas reflexões teóricas para compreender como os chamados “espaços livres”, entre eles as áreas verdes públicas, são incorporados pelo modo capitalista.

Na concepção do filósofo e sociólogo francês Henri LÉFEBVRE, o espaço, produzido pelas relações sociais, guarda uma contradição que é própria do sistema capitalista, por isso, identifica nele duas dimensões: a primeira, que denomina espaço abstrato, é a exteriorização das práticas econômicas e políticas entre as classes com o Estado; a segunda, denominada espaço social, é o espaço dos valores de uso produzido pelas interações da vida cotidiana (GOTTDIENER, 1977 p. 131).

Segundo o próprio LÉFEBVRE:

O espaço não é apenas econômico, onde todas as partes são intercambiáveis e tem valor de troca. O espaço não é apenas um instrumento político para homogeneizar todas as partes da sociedade. Ao contrário... O espaço continua sendo um modelo, um protótipo permanente do valor de uso que se opõe às generalizações do valor de troca na economia capitalista sob a autoridade de um Estado homogeneizador. O espaço é um valor de uso, mas ainda assim é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é nossa vida, nosso valor de uso fundamental. O tempo desapareceu no espaço social da modernidade (apud GOTTDIENER, 1977 p. 132).

Segundo esta formulação, o espaço reproduz os conflitos sociais gerados pelos interesses econômicos de acumulação, que são inerentes ao capitalismo, em detrimento dos interesses coletivos. Desse modo, o espaço social torna-se, historicamente, fragmentado e segregado.

Apesar desta constatação, LEFEBVRE defende a autonomia do espaço, em contraposição ao pensamento estruturalista de Manuel CASTELLS. Para o primeiro, a apreensão da lógica de produção do espaço pode servir ao movimento de revolução social. Para LEFEBVRE, segundo GOTTDIENER (1977):

A questão do controle sobre as relações e o *desing* espaciais, portanto, tem para a sociedade a mesma importância revolucionária que a luta pelo controle dos outros meios de produção, porque tanto as relações de posse quanto as de exteriorização material – isto é, a produção do espaço – estão unidas nas relações de propriedade que formam a essência do modo de produção capitalista (p. 129).

Fundamental na teorização de LEFEBVRE é a consideração pelo tempo histórico na produção do espaço, principalmente do espaço urbano, sendo os processos históricos responsáveis pela materialização espacial das relações sociais:

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. [...] Se se considera a cidade como *obra* de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Também não há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio (LEFEBVRE, 1991 p. 47 e 48).

A partir dessa concepção da cidade como obra histórica das relações sociais, é possível considerar o modo como os “espaços livres”, resquícios de uma natureza sem transformações antrópicas diretas, são inseridos na atual lógica de produção do espaço urbano.

Segundo Milton SANTOS (1997 p. 188): “Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo”.

No período primitivo da história, conforme a citação, a natureza dominava amplamente a superfície terrestre e era, por isso, abundante em recursos. No entanto, à medida que a técnica evoluiu, a natureza passou a sofrer transformações em ritmo crescente, mais ainda quando o desenvolvimento levou à industrialização e à urbanização como formas de acumulação de capital.

Assim o homem, circunscrito neste contexto (capitalismo e modernidade), se definiria pela razão, a razão pela técnica, a técnica pela produção, a produção pelos objetos, os objetos pelo consumo e o consumo pela necessidade. Portanto, neste contexto e nesta lógica, se o homem possui necessidades, necessita produzir e logicamente se utiliza da fonte última dos seus bens: a natureza (SCARIM, 1999 p. 172-3).

Ainda segundo SCARIM (1999), o meio natural, que antes era dominante, a partir deste período, em que as cidades ressurgem e se expandem por causa das fábricas, tornar-se cada vez menos extenso: “Durante as primeiras fases da industrialização, não é feita nenhuma alusão aos elementos livres (água, ar), pois abundantes, eles não tinham valor de troca, não tinham trabalho incorporado. Hoje, a pureza e a qualidade destes elementos livres estão se tornando raros” (p. 175).

Atualmente essa raridade, que não possuía valor para o mercado capitalista, na paisagem urbana-industrial adquire valor de troca pelo acesso restrito e torna-se mercadoria para o consumo, conforme SANTANA (1999):

O que é abundante e o que passa a ser raro se redefine sob a lógica da acumulação capitalista enquanto necessidade de reprodução do capital. Deixando de ser bem livre, disponível a todos, as desigualdades sociais são reforçadas, pois passa a ser regido por leis de propriedade. Quanto mais raro um bem, e mais demandado for, maior seu valor de troca, assim mais diferenciada será a apropriação deste bem. As “novas raridades” são adotadas estrategicamente. [...] A condição da dignidade do homem e da vida na cidade como um todo acaba sendo desigual. Uma desigualdade estabelecida pelas desigualdades sociais em termos de apropriação para o uso e pelos conflitos sociais, econômicos e políticos (p. 178).

Nessa condição, os bens naturais são restritos ao uso de quem pode assumir seu valor de troca. No caso específico das áreas verdes públicas, que propriamente não podem ser adquiridas pelo capital privado, esses interesses podem ser exemplificados pela negociação dos lotes do entorno de um parque ou bosque, ou pela apropriação que as vantagens locais da proximidade com uma destas áreas pode oferecer, ou ainda pela exploração de seus atrativos pelo turismo local.

No caso específico do mercado imobiliário, tais vantagens são incorporadas ao valor dos imóveis como *renda diferencial*, que corresponde à parcela de valor agregado pela instalação de algum equipamento ou realização de alguma benfeitoria pelo poder público (VILLAÇA, 1998). Nesta condição, grupos sociais são segregados num movimento que corresponde à teoria marxista de renda da terra e localização.

A mercantilização dos espaços livres no meio urbano reforça a idéia do quarto domínio das relações sociais sobre o espaço, identificado por LEFEBVRE, segundo GOTTDIENER (1997 p. 127), aquele que seria, além da produção, do consumo e da troca, o conjunto dessas atividades e localizações que resultam na forma ou *design* espacial. O *design* espacial, segundo LEFEBVRE, é uma das forças produtivas da sociedade. Assim, a forma como áreas verdes públicas são arranjadas no tecido urbano pode servir para a acumulação de capital.

Como bens negociáveis pelo mercado capitalista, os elementos que remetem ao passado, ao meio natural na paisagem urbana, são, muitas vezes, transformados em marcos referenciais da cultura da cidade e emblemas de qualidade ambiental.

Para LYNCH (1997 p. 88), marcos referenciais são elementos singulares da paisagem urbana, por isso, fáceis de serem identificados e memorizados, têm destaque justamente pelo contraste, agradável ou não, com os demais elementos do conjunto, em termos de escala, beleza, funcionalidade, localização, etc.

Numa cidade, os marcos referenciais podem ter diversas utilidades, desde servir para orientação dos transeuntes e até como atrativos simbólicos para a construção de uma imagem de qualidade urbana, como vem ocorrendo com muitas administrações municipais que passaram a adotar o modelo de planejamento estratégico em sua cidade.

O planejamento estratégico, detalhado na crítica de VAINER (1999), além de outros pressupostos, tem como principal objetivo recriar a imagem urbana para atrair investimentos. Para tanto, prega a criação de marcos ou símbolos que sejam amplamente incorporados no ideário popular como sendo a imagem da qualidade de vida que a cidade oferece. Além disso, esses marcos ou símbolos devem estabelecer um sentimento na população de orgulho da cidade, de identidade e pertencimento a esse espaço, de valorização cultural. Desse modo, a administração municipal pretende que a população passe a valorizar sua cidade e a acatar as transformações no gerenciamento e nas prioridades do investimento público.

A criação de uma identidade com o espaço e sua valorização pela incorporação de espaços livres ao meio urbano é avaliada positivamente por LYNCH (1997):

Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação; significa que o doce

sentimento da terra natal é mais forte quando não apenas esta é familiar, mas característica (p. 5).

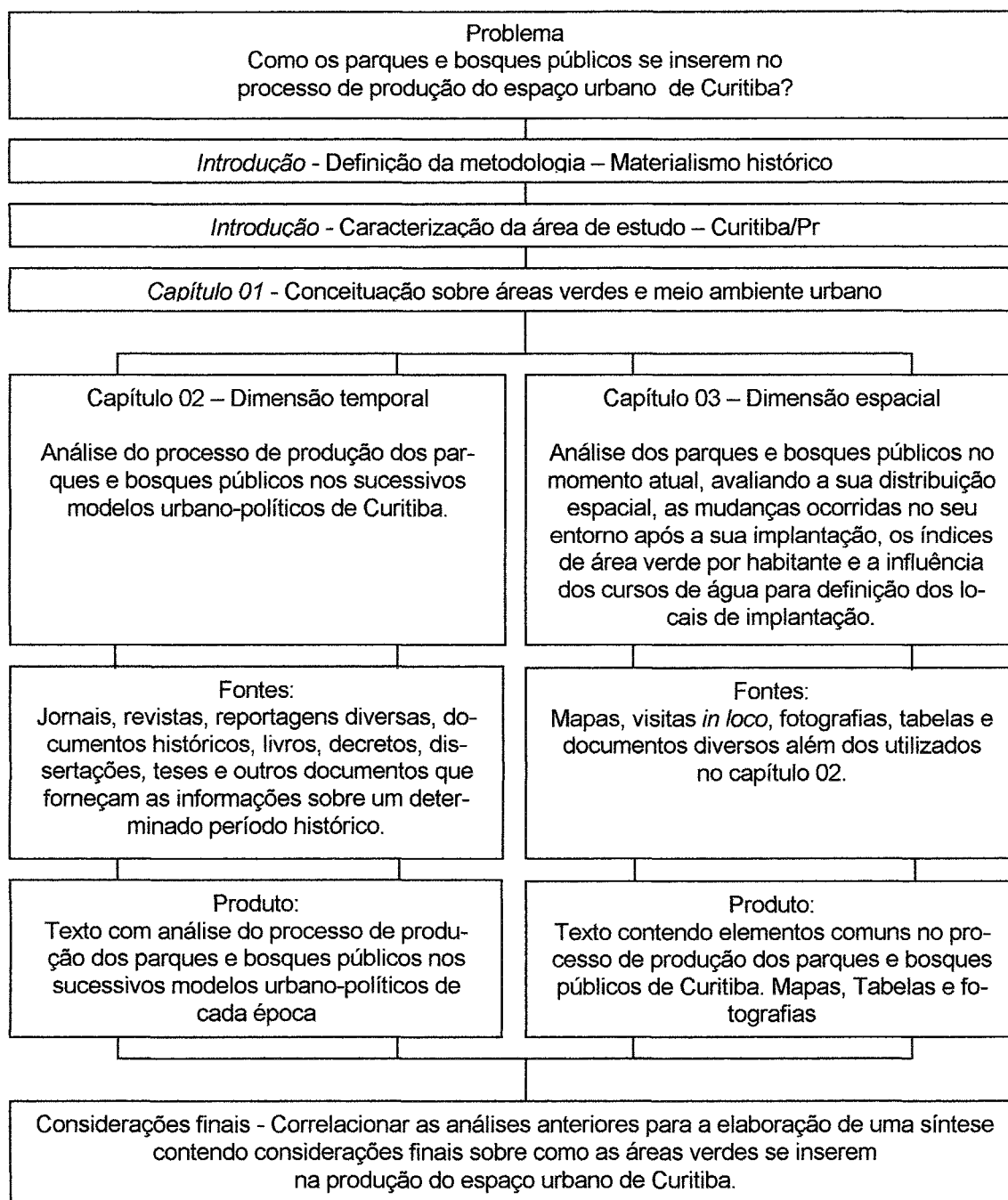
No entanto, referindo-se ao consumo do que chama *signos e espetáculos* no espaço urbano, LEFEBVRE (1991) denuncia:

O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca. Sob a aparência de signos e de significações em geral, são as significações desta sociedade que são entregues ao consumo. Por conseguinte, aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos, está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro. Mudando os lugares em signos e valores, o prático-sensível em significações formais, essa teoria também muda em puro consumidor de signos aqueles que os percebem (p. 64).

Esses signos e marcos adquirem uma grande importância no processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba e, de acordo com GARCIA (1997), ajudam na criação de uma cidade espetáculo onde há a supremacia da imagem sobre o objeto.

Os conceitos teóricos até aqui abordados encontrarão nos próximos capítulos inúmeros exemplos. A importância dos signos fica evidenciada nas inúmeras edificações de caráter simbólico, como o Ópera de Arame, o Jardim Botânico ou os memoriais. A questão de valorização imobiliária encontra no processo de produção dos parques Tingüi e Tanguá ricos exemplos e a segregação espacial fica evidenciada pelas diferenças de acesso e concentração espacial dos parques e bosques entre as porções norte e sul da cidade.

Figura 01
Roteiro metodológico



Caracterização da área de estudo

No século XVII, transpondo a barreira da Serra do Mar, mineradores da cata de ouro de aluvião do litoral chegaram ao Primeiro Planalto Paranaense. Nesta terra, tiveram contato com índios tingüis que habitavam a região. Constituíram arraiais e, mais tarde, fundaram a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. Quando o ciclo decaiu, as tropas de bois e muares, a erva-mate e a exploração da madeira sustentaram a povoação que, elevada à condição de cidade em 1842, tornou-se capital da nova província, desmembrada de São Paulo, em 1853. Neste século, chegaram ao Brasil muitos povos imigrantes da Europa, que também contribuíram para a formação étnica do Paraná e da então denominada cidade de Curitiba (em língua indígena, lugar de muito pinhão) (IPPUC; IPEA, s/d).

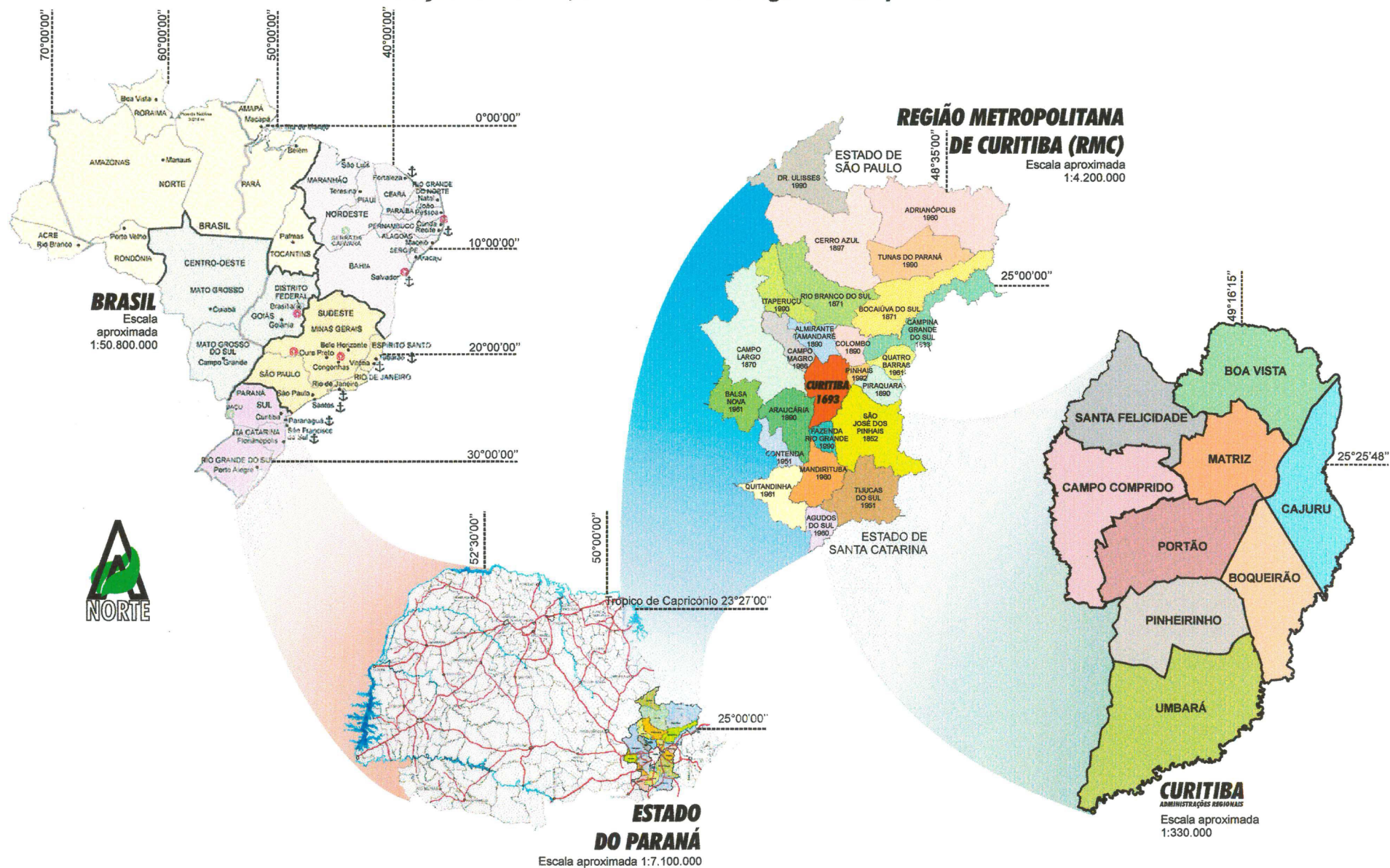
Curitiba, capital do estado do Paraná, localiza-se na porção leste do estado, entre as coordenadas geográficas médias de 25° 25' 48" de latitude sul e 49° 16' 15" de longitude oeste de Greenwich (Ver Figura 02).

Com uma altitude média de 908 m acima do nível do mar, o município de Curitiba ocupa, atualmente, uma área de 432.418 m², sendo sua extensão de 20 Km na direção leste-oeste e de 35 Km na direção norte-sul.

Seu sítio urbano encontra-se sobre terrenos suavemente ondulados do Primeiro Planalto Paranaense que, à leste, é delimitado pela Serra do Mar; ao norte, pelos terrenos acidentados da Região Serrana do Açungui; à oeste, pela Escarpa Devoniânica, no trecho da Serra de São Luiz do Purunã, e pelo Segundo Planalto (Campos Gerais ou Planalto de Ponta Grossa) e, ao sul, por grandes extensões planas e suas ondulações (IPPUC; IPEA, s/d p. 01). De acordo com HARDT (1994), ocorre em Curitiba uma predominância das vertentes voltadas às direções leste e oeste.

Juntamente com outros 24 municípios, forma a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), da qual é o município pólo. Seus municípios limítrofes são: Campo Magro, Almirante Tamandaré, Colombo, Araucária, Campo Largo, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais e Pinhais.

Figura 02
Localização de Curitiba em
relação ao Brasil, ao Paraná e à Região Metropolitana



Segundo os resultados preliminares do Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba possui uma população de 1.586.848 habitantes, com uma taxa de crescimento de 1,82% ao ano.

De acordo com a classificação de MONTEIRO (apud MENDONÇA, 2001 p. 129-33), Curitiba está na faixa dos climas Mesotérmicos Controlados por Massas de Ar Tropicais e Polares, no subgrupo CW – Tropical de Altitude com Inverno Seco e Chuvas de Verão e do tipo Cfb, com verão fresco.

A temperatura média anual é de 16,5° C Durante o mês mais frio, a temperatura média é de 12,6° C e no mais quente é de 20,1° C A variação média da temperatura diária é da ordem de 11° C (BONGESTABS, 1983 s/p).

Em Curitiba, a umidade relativa do ar é de 80%; segundo MAACK (1981), essa umidade sempre elevada se deve à proximidade do oceano, à altitude e à situação topográfica da região.

Durante o verão, os dias mais longos compensam o efeito da latitude; no entanto, durante o inverno, os dias mais curtos reduzem a carga térmica do sol e incrementam os efeitos da localização sobre a temperatura do ar. Outros elementos, como a altitude, a nebulosidade e as condições atmosféricas, exercem grande influência sobre a insolação local (BONGESTABS, 1983 s/p).

A nebulosidade, relação entre áreas abertas por nuvens e céu limpo, é alta em Curitiba. Durante o inverno, o número de horas de sol é maior que no verão, o que de certa forma, ajuda a compensar a distribuição anual da energia solar e da luminosidade do céu (BONGESTABS, 1983 s/p).

O regime pluviométrico de Curitiba não permite que se defina estação seca e úmida, embora haja certo predomínio de chuvas no verão. A precipitação média anual é de 1.413 mm (Prefeitura Municipal de Curitiba s/d).

Sobre o regime dos ventos, BONGESTABS (1983 s/p) afirma que: "(...) o sistema de circulação atmosférica na região sul do país tem uma grande influência sobre o clima regional, sendo responsável pelas freqüentes e inesperadas variações do tempo atmosférico, tanto no que se refere à mudança de temperatura, à ocorrência de chuvas e ao padrão dos ventos locais". Os ventos setentrionais são predominantes. Ainda de acordo com BONGESTABS (1983 s/p) "a proximidade do mar tem uma notável influência sobre o clima de Curitiba, mas os corpos de água da região têm pouco

significado, porque estando situada nas cabeceiras de bacias hidrográficas, os nossos rios têm pequeno porte e a disponibilidade de água na região é pequena, embora por aqui nasça o mais importante rio do estado: o Iguaçu.”

O fato de Curitiba estar posicionada nas cabeceiras de bacias hidrográficas tem grande influência na criação dos parques e bosques da cidade como será abordado mais adiante.

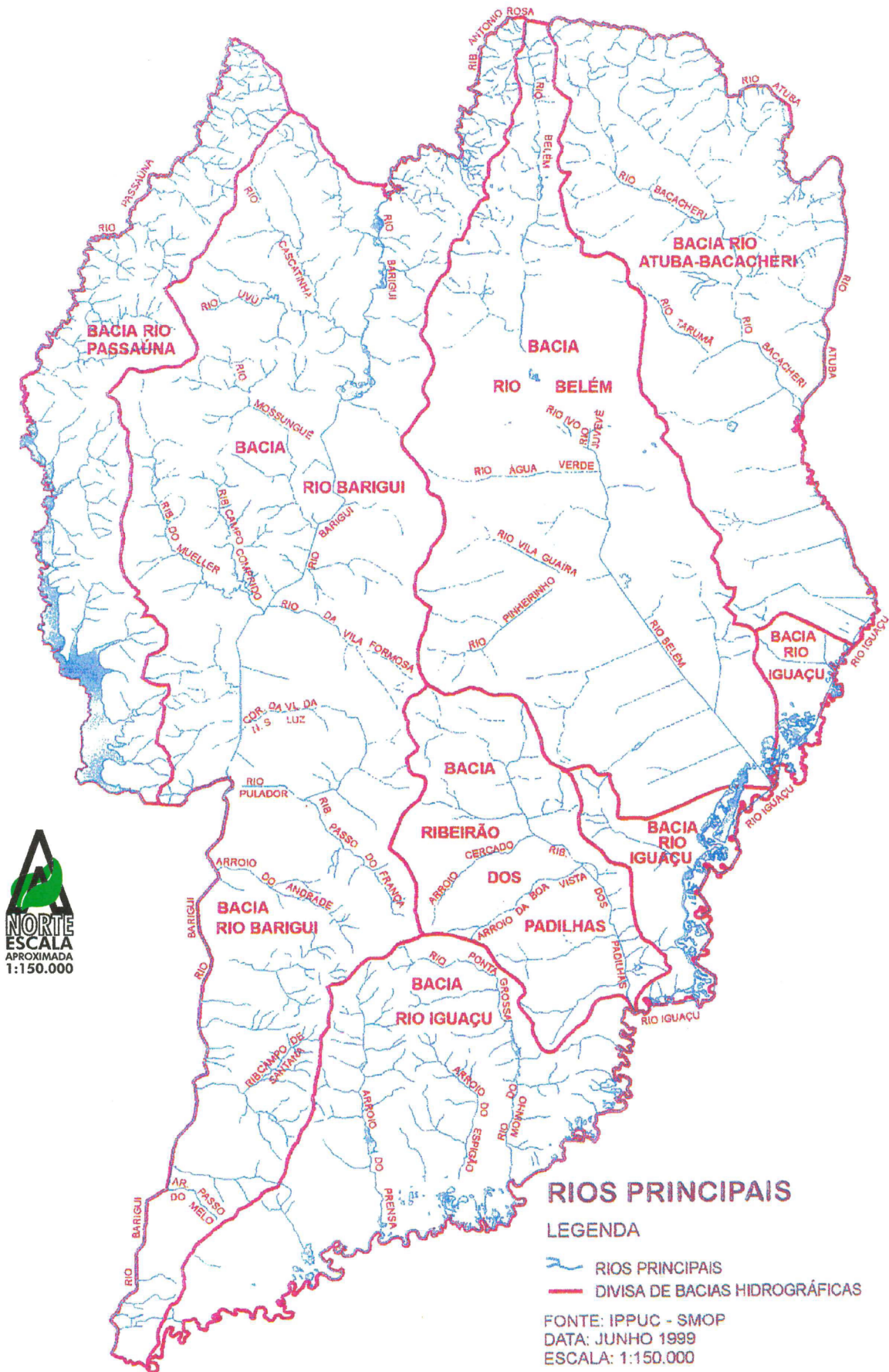
Curitiba é drenada pela bacia do Rio Iguaçu, principalmente pelos seus afluentes da margem direita: Rio Bacacheri, Rio Atuba, Rio Iraí, Rio Belém, Rio Água Verde, Ribeirão dos Padilhas, Rio Ponta Grossa, Arroio da Prensa, Arroio Andrada, Rio Passo do França, Rio Formosa, Rio Tanguá e Rio Barigüi, entre outros (Ver Mapa 01). De acordo com a Prefeitura Municipal de Curitiba (s/d), “o arranjo dos cursos fluviais da região, apresenta um padrão de drenagem do tipo radial com configuração centrípeta, pois os rios convergem para o Rio Iguaçu nas direções sul e sudeste. (...) Os rios de Curitiba têm suas nascentes nos municípios limítrofes e possuem uma área de drenagem de 1.550,7 Km².”

Sobre sua configuração fisiográfica, Curitiba está assentada no Primeiro Planalto Paranaense, que é composto por rochas cristalinas, rochas duras e antigas. Grande parte do município possui, sobre o embasamento cristalino, uma camada de sedimentos denominada Formação Guabirotuba (SALAMUNI, 1969 p. 03).

O Município de Curitiba, genericamente, pode ter sua geologia dividida em três compartimentos distintos: o embasamento cristalino, constituído por um complexo de rochas metamórficas; assentado sobre o mencionado embasamento, há ocorrência de depósitos do quaternário antigo, formação Guabirotuba, ou Bacia de Curitiba e, finalmente, ocorrem depósitos de sedimentos bem mais recentes, resultantes das atividades de rios que ainda hoje sulcam o Município. (...) O relevo mais suave corresponde à porção central da cidade de Curitiba, apresentando vales muito abertos e vastas planícies aluviais que se desenvolvem ao longo dos rios Passaúna, Barigüi e Belém. (Prefeitura Municipal de Curitiba s/d).

Os níveis hipsométricos mais elevados aparecem nas porções norte, noroeste e oeste e coincidem com as áreas de maior declividade. As regiões sul e sudeste caracterizam-se por serem mais baixas, principalmente na área de várzea do Rio Iguaçu, onde observa-se também áreas de declividades mais suaves.

Mapa 01
Rede hidrográfica de Curitiba



De acordo com VELOSO (apud HARDT, 1994 p. 37), Curitiba está situada na região de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista e da Estepe-Gramíneo-Lenhosa. Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba (s/d), pode-se classificar, de forma geral, a cobertura vegetal da região como pradaria de altitude, campos entremeados por pequenos bosques de araucária.

A cobertura vegetal original apresentava campos limpos, capões e matas-galeria, que se formavam devido à maior umidade do solo nos afloramentos do lençol freático. Nas porções oeste e noroeste, que são áreas de relevo suave, encontrava-se a mata das araucárias cobrindo um denso sub-bosque composto por diversas outras espécies vegetais. A vegetação característica de várzea tinha predomínio nas porções sudeste e sudoeste, na região formada por um relevo de planícies aluvionares e com solos fortemente influenciados pelas águas freáticas. Na região sul, de relevo mais baixo, assim como nas porções centro e nordeste, a vegetação era de campos entremeados de arbustos e matas ciliares (Prefeitura Municipal de Curitiba s/d).

Capítulo 01

1. O VERDE E A CIDADE

Neste capítulo são levantados alguns conceitos sobre o meio ambiente urbano e áreas verdes, bem como as funções dessas áreas dentro das cidades.

1.1 Considerações iniciais sobre o meio ambiente urbano

Com o grande crescimento populacional mundial, torna-se cada vez mais difícil encontrar locais onde não tenha havido, em alguma escala, interferências danosas ao meio provenientes de atividades humanas. Muitas vezes, atividades realizadas em uma determinada região expandem suas conseqüências a quilômetros de distância. A extração mineral irregular aumenta os índices de mercúrio em rios afetando espécies nas áreas mais densas da floresta tropical, onde dificilmente o homem tem acesso; a poluição gerada pelas indústrias se propaga com os ventos atingindo outras regiões. A cidade se expande e se une com outras por meio de rodovias, ferrovias, sistemas de comunicação e informática. Já não é mais tão simples encontrar áreas isentas da influência da ação do homem.

Aparentemente tornou-se inviável dissociar cidade e meio ambiente, pois o processo de urbanização influencia e é influenciado pelo entorno de sua área de ocupação, são meios integrados que não podem ser desvinculados. No entanto, é necessário extrema cautela para que não se reduza tudo ao urbano/antropizado, pois cada meio tem sua dinâmica própria e as influências que um exerce no outro são diversas.

Inicialmente faz-se necessário conceituar meio ambiente urbano. Pode-se considerar o meio ambiente urbano como a articulação e a interdependência do sistema natural e do sistema cultural, sendo o primeiro constituído de fatores bióticos (fauna e flora) e de fatores abióticos (subsolo, solo, água, ar, clima), enquanto que o segundo sistema é constituído pelo homem e suas atividades (uso e ocupação do solo, demografia, distribuição espacial). Para TRINDADE (1998, p.40), "o 'meio ambien-

te' possui inúmeras definições (...) pode-se entendê-lo como: 'Os fatores bióticos e abióticos existentes em um espaço qualquer.' Entende-se de uma maneira simples, os fatores bióticos como os componentes do reino vegetal e animal e os fatores abióticos como todos os outros elementos atuantes".

Nas cidades, a energia é transformada e o resíduo da transformação dessa energia não é, em grande parte, absorvido ou reaproveitado pelo sistema urbano; são sistemas que consomem oxigênio, água, alimento, combustível e geram, como subproduto, gases poluentes e dejetos orgânicos.

Essa ausência de reaproveitamento dos resíduos gerados faz com que as cidades tenham uma dependência de elementos externos a ela. Pode-se defini-la como um sistema consumidor sem reposição. Esse fluxo de energia unidirecional faz com que haja um menor aproveitamento nas cidades do que nos sistemas naturais, logo, enquanto nos sistemas naturais a estabilidade aumenta com a complexidade, nos meios urbanos esta estabilidade diminui com a complexidade.

(...) considera-se, *stricto sensu*, que as cidades estão estressando severamente o ecossistema global, necessitando cada vez mais de matéria-prima, energia e desenvolvimento econômico para superar problemas econômicos e sociais básicos. O impacto sobre a natureza se traduz em redução da complexidade biológica, pondo em risco a sobrevivência dos sistemas naturais. O conceito de limite e renovabilidade do meio ambiente tem sido superado pela cidade: os efeitos benéficos da mesma possuem limites, os quais parecem estar sendo atingidos (MELLO, 1993 p. 61).

O processo de urbanização vem crescendo continuamente, e torna-se cada vez mais difícil encontrar áreas onde não haja seqüelas da presença das atividades humanas. A dicotomia área natural/área construída vai sendo substituída pela dicotomia área com grande impacto da ação humana/área com baixo impacto da ação humana.

Pode-se concluir que a estabilidade ambiental vai reduzindo na medida em que as áreas naturais vão sendo substituídas pelas áreas urbanas. Como parece pouco provável a contenção do crescimento de áreas antropizadas, faz-se mister uma mudança de mentalidade na relação extração, consumo e reposição nos meios antropizados.

Houve um tempo onde se associava a cidade ao progresso e o campo à estagnação. Dentro dessa visão era necessário retirar das cidades elementos que reme-

tessem ao campo; assim, imponentes prédios e largas rodovias foram substituindo os remanescentes das áreas verdes dentro dos centros urbanos e o gramado dos quintais das casas modificados com largas extensões de lajotas. Essa atitude eliminou enormes áreas verdes, principalmente nos centros das cidades, e o custo de reimplantação dessas áreas, uma vez eliminadas, tornaram-se economicamente inviáveis. Logo, têm-se cidades como São Paulo que, mesmo já tendo percebido a necessidade econômica da implantação de áreas naturais, não consegue mais implantá-las pela total ausência de espaço físico. Portanto, essas áreas devem ser implantadas desde o início do processo de produção da cidade, destinando reservas espalhadas por diversos pontos da malha urbana.

As cidades são a expressão máxima do impacto do ser humano sobre a natureza, são uma tentativa de organização funcional do espaço, onde cada objeto tem sua forma e função e está estrategicamente posicionado dentro da estrutura urbana, e submetido ao processo de especulação econômico-social. Assim, as áreas verdes dificilmente ocupam posições privilegiadas dentro das cidades.

1.2 Áreas verdes: uma abordagem conceitual

Diversos autores como MILANO (1991), HARDT (1994) e CAVALHEIRO (1992), entre outros, ao estudarem o tema, divergem no enfoque, mas, de forma genérica, conceituam áreas verdes urbanas como áreas livres da cidade, com características predominantemente naturais, independente do porte da vegetação; ou seja, são predominantemente áreas permeáveis, podendo possuir apenas vegetação rasteira ou grande cobertura arbórea. No entanto, não chegam a um consenso se a área mínima, se deve ser contígua ou não, ou se devem entrar, para efeitos de cálculo, os corpos de água.

Alguns desses autores como OLIVEIRA (1996) e LIMA (1991), classificam como áreas verdes os espaços de recreação pública, tais como: largos, jardinetes, praças, bosques, parques, eixos de animação, jardins ambientais, núcleos ambientais, centros esportivos e ruas arborizadas.

Ainda segundo esses autores, as áreas verdes também podem ser classificadas como:

Particulares: áreas de propriedade particular, tais como: lotes não ocupados, quintais de casas, chácaras e jardins;

Potencialmente coletivos: áreas de propriedade particular, no entanto de uso coletivo ou público, tais como: clubes e campos esportivos (golfe, tênis, futebol);

Públicas: áreas de propriedade pública, tais como praças, bosques e parques.

As áreas particulares apresentam maior facilidade de manutenção, porém tendem a ser eliminadas por construções de maior uso individual ou econômico, enquanto as áreas públicas, embora requisitadas pela maioria da população, atingem rapidamente um processo de degradação por falta de comprometimento da população em sua implantação ou manutenção, deixando que a preservação fique delegada exclusivamente ao descaso do poder público. Como afirma PEREIRA LEITE (1993):

Ao longo do tempo, a evolução dos povoados, vilas e cidades brasileiras assistiu a um lento, porém irreversível, processo de indefinição sobre a propriedade privada e a de uso coletivo. (...) Com o adensamento das cidades e seu conseqüente avanço sobre as áreas circundantes instalaram-se, simultaneamente, os processos de renúncia ao espaço público urbano e de privatização da natureza. (...) A cidade responde a essa rejeição recíproca entre classes sociais e poder público, exibindo uma paisagem fragmentada e desorganizada: espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos abandonados e deteriorados (p. 141).

É consenso entre os autores que os parques e bosques públicos se inserem dentro das áreas verdes, mas não correspondem ao seu total. **Os objetos de estudo desta dissertação serão os parques e bosques de uso público reconhecidos oficialmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba**, sendo eles: Passeio Público, Parque da Barreirinha, Parque São Lourenço, Parque Barigüi, Parque Iguaçu, Parque Iberê de Mattos (Bacacheri), Parque das Pedreiras, Parque do Passaúna, Jardim Botânico, Parque dos Tropeiros, Parque Caiuá, Parque Diadema, Parque Tingüi, Parque Tanguá, Bosque Boa Vista, Bosque João Paulo II, Bosque Capão da Imbuia, Bosque Gutierrez, Bosque Reinhard Maack, Bosque do Pilarzinho, Bosque Zaninelli, Bosque de Portugal, Bosque da Fazendinha, Bosque Alemão, Bosque Italiano, Bosque do Trabalhador e Bosque São Nicolau.

1.2.1 Conceito de áreas verdes a partir do Plano Preliminar de Urbanismo

Até o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, que posteriormente transformou-se no Plano Diretor (1966), não havia uma definição regulamentada pela prefeitura sobre áreas verdes. No Plano Preliminar de Urbanismo, na prancha 1.2, são feitos levantamentos sobre áreas de recreação descoberta, no entanto o termo áreas verdes é utilizado com bastante frequência como pode-se observar na seguinte citação:

As áreas verdes dentro do contexto urbano

Neste estudo foram consideradas como áreas verdes todas as áreas municipais destinadas a esse fim. Equipadas ou não (há 15 áreas num total de 55 que são simples terrenos baldios). As áreas menores de 1.000 m² foram consideradas aproveitáveis para recreação de crianças de 0 a 5 anos; as áreas de 1.000 a 30.000 m² para crianças de 0 a 15 anos.

Para Jovens de 15 a 25 anos foram consideradas as áreas maiores de 30.000 m², que correspondem ao Passeio Público, Parque Municipal, Horto da Barrerinha e Horto do Matadouro.

Foram considerados os seguintes raios de influência:

Crianças de 00 - 05 anos - 500 m

Crianças de 05 - 15 anos - 1.000 m

Jovens de 15 - 25 anos - 5.000 m

(SERETE, 1965 p. 133-4)

Um pouco mais para frente o documento da SERETE (1965) alega que “as funções das áreas verdes não estão bem definidas, havendo pouquíssimas áreas equipadas para recreação ativa – 7 áreas de um total de 55 possuem playgrounds e alguns deles mal equipados.” (p.138).

Fica claro que o Plano Preliminar de Urbanismo considerava como áreas verdes todos os tipos de praças e jardinetes, mesmo os que eram simples terrenos baldios e incluía ainda nesta relação os dois parques municipais (Passeio Público e Municipal) e os dois hortos (Barrerinha e do Matadouro). No entanto na página 147 do documento da SERETE (1965) é sugerida uma “reconceituação de áreas verdes como recreação passiva ou contemplativa, traduzida por consideráveis reservas nas áreas de expansão.”

O Plano Preliminar de Urbanismo (1965, p. A69-71) classificou as áreas verdes da seguinte forma:

- 1 – Classificação das áreas verdes segundo funções:
 Monumental
 Recreação Ativa
 Recreação Passiva
- 2 - Classificação das áreas de recreação ativa segundo as idades dos usuários
 Crianças de 00 a 05 anos
 Crianças de 05 a 15 anos
 Jovens de 15 a 25 anos
- 3 - Definição de raio de influência e área de influência de uma área verde
 Raio de influência – r de uma área verde é a distância máxima razoável a ser percorrida pelo usuário, de acordo com a sua idade, para atingi-la.
 Área de influência – S de uma área verde é o círculo cujo raio é o de influência r da mesma
- 4 - Consideraremos como razoáveis os seguintes raios de influência:
 00 - 05 $r_1 = 500m$
 05 - 15 $r_1 = 1.000m$
 15 - 25 $r_1 = 5.000m$
- 5 - A experiência mostra que o número máximo de usuários simultâneos das áreas verdes é:
 00 - 05 1/3 do número total de crianças residentes na área de influência da área verde
 05 - 15 1/3 do número total de crianças residentes na área de influência da área verde
 15 - 25 1/4 do número total de jovens residentes na área de influência da área verde
- 6 - Os índices utilizados para cálculo da área verde de recreação necessária foram:
 6,25 m²/usuário para crianças de 0 a 5 anos
 12,50 m²/usuário para crianças de 5 a 15 anos
 60,00 m²/usuário para jovens de 15 a 25 anos
- 7 - Para o cálculo da área verde total para toda a cidade, considerando toda a população, utilizamos o índice de 5 m² de área verde por habitante, no mínimo.
 (SERETE, 1965 p. A69-71)

Esses estudos do Plano Preliminar de Urbanismo se aplicavam principalmente a praças e jardinetes e pouco falavam sobre bosques e parques. Vale ressaltar que na época eram consideradas áreas verdes somente as áreas pertencentes ao poder público e classificadas como praças, jardinetes, parques ou bosques, enquanto hoje são consideradas áreas verdes todas aquelas com características predominantemente naturais com vegetação de qualquer porte passível de ser identificada por softwares de gerenciamento ambiental. Embora o índice oficial da PMC supere em onze vezes o recomendado pelo Plano Preliminar de Urbanismo é necessário perceber que houve uma grande mudança na definição do critério para mensurar áreas verdes.

Em 1988 foi instituído o decreto nº 471 definindo os parques públicos, no entanto não aparecia o termo bosque, gerando dúvidas quanto às diferenças entre eles.

Ainda em 1988, o decreto nº 471, normatizou o uso dos parques públicos, definindo-os como: Setores especiais constituídos por reservas de áreas de interesse público, criados visando a proteção e conservação dos recursos naturais existentes, a formação e manutenção de bens de uso comum, aliados à promoção de atividades científicas, educacionais, lazer contemplativo, recreativos e culturais (UNILIVRE, 1997 p. 101).

Por intermédio da Lei nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000, a PMC criou o Sistema de Unidades de Conservação, que classificou as áreas verdes do município. De acordo com a lei nº 9.804 (PMC, 2000), as Unidades de Conservação são: “áreas no Município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, as quais aplicam-se garantias de conservação, proteção ou utilização pública”.

A PMC, através da Lei nº 9.804/00, classificou as unidades de conservação em nove tipos distintos: Áreas de Proteção Ambiental (APA), Parques de Conservação, Parques Lineares, Parques de Lazer, Reservas Biológicas, Bosques Nativos Relevantes, Bosques de Conservação, Bosques de Lazer e específicas.

I - ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA): são áreas de propriedade pública ou privada, sobre as quais se impõem restrições às atividades ou uso da terra, visando a proteção de corpos d'água, vegetação ou qualquer outro bem de valor ambiental definido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;

II - PARQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam uma área mínima de 10 ha (dez hectares) e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;

III - PARQUES LINEARES: são áreas de propriedade pública ou privada, ao longo dos corpos d'água, em toda a sua extensão ou não, que visam garantir a qualidade ambiental dos fundos de vale, podendo conter outras Unidades de Conservação dentro de sua área de abrangência;

IV - PARQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município, que possuam uma área mínima de 10 ha (dez hectares) e que se destinem ao lazer da população, comportando equipamentos para a recreação, e com características naturais de interesse à proteção;

V - RESERVAS BIOLÓGICAS: são áreas de propriedade pública ou privada, que possuam características representativas do ambiente natural do Município, com dimensão variável e que se destinem à preservação e à pesquisa científica;

VI - BOSQUES NATIVOS RELEVANTES: são os bosques de mata nativa representativos da flora do Município de Curitiba, em áreas de propriedade particular, que visem a preservação de águas existentes, do habitat da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais, onde o Município impõe restrições à ocupação do solo;

VII - BOSQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município, destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam área menor que 10 ha (dez hectares), e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;

VIII - BOSQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município com área inferior a 10(dez hectares), destinadas à proteção de recursos naturais com predominância de uso público ou lazer;

IX - ESPECÍFICAS: são unidades de conservação criadas para fins e objetivos específicos, tais como: Jardim Botânico, Pomar Público, Jardim Zoológico e Nascentes. (CURITIBA, Lei nº 9.804/00, Art. 3º)

De acordo com a lei, a definição de outros espaços como praças, jardinetes, jardins ambientais, largos, eixos de animação e núcleos ambientais ainda será objeto de regulamentação específica.

Segundo funcionários da PMC, essa legislação foi realizada visando padronizar os conceitos de parques e bosques e, para isso, levou-se em consideração os aspectos considerados em outros municípios que já possuem essa regulamentação. Até a elaboração dessa legislação, não havia nenhuma documentação oficial que distinguisse parques e bosques, e os critérios para a classificação eram muito subjetivos. Como exemplo disso, o Parque Mané Garrincha, foi planejado para ser uma praça, no entanto, conforme funcionários da PMC, o então prefeito Rafael Greca achou que, com a vinda da esposa de Garrincha para a inauguração, seria necessário dar mais importância ao espaço, que acabou recebendo a denominação de parque. Embora apareça nos mapas da cidade como Parque Mané Garrincha ele não aparece nos documentos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) como tal.

Uma mesma unidade de conservação pode se enquadrar em mais de uma classificação; o Parque Regional do Iguaçu, por exemplo, enquadra-se como Área de Proteção Ambiental (APA), como parque de lazer, como parque de manutenção ou como unidade específica em função do zoológico e dos pomares.

1.3 A função das áreas verdes nos centros urbanos

Com o crescimento das cidades e a diminuição das áreas verdes, houve o aparecimento de inúmeros problemas decorrentes da ausência dessas áreas e, conseqüentemente, regiões que contavam com maior cobertura vegetal começaram a ser associadas à maior qualidade de vida. As áreas verdes, conforme seu volume, distribuição, densidade e tamanho, podem interferir no entorno imediato de diversas maneiras. Essa qualidade de vida, associada às áreas verdes, reflete-se pela(o): amenização climática, minimização da poluição, proteção acústica, paisagismo, conforto psicológico, atuação sanitária, opção recreativa, valorização imobiliária, preservação dos recursos hídricos e preservação da fauna e flora.

Sobre a primeira função, os revestimentos artificiais das superfícies no meio urbano (concreto, asfalto), conciliados à distribuição espacial dos edifícios e à poluição atmosférica, fazem com que a incidência dos raios solares, no microclima nos centros urbanos, sejam processados de forma muito diversa das áreas naturais. Há, assim, uma grande diferença de temperatura entre os centros urbanos e seu entorno. As áreas verdes nas cidades possibilitam que os vegetais interceptem, reflitam, absorvam e transmitam radiações solares possibilitando redução na temperatura. Um fator relevante nesse processo é a evapotranspiração dos vegetais e sua distribuição espacial, que irá contribuir para direcionar ou barrar o vento (MILANO, 1984; TRINDADE, 1998; LIMA, 1991).

Os centros urbanos também são geradores de uma quantidade significativa de poluição produzida pelas indústrias, automóveis e geração de eletricidade (ozônio, óxido de nitrogênio, fluorados, nitratos e dióxido sulfúrico). Quando essa poluição não é de nível permanentemente tóxico pode ser absorvida pelos vegetais. Além de reter e minimizar a ação de gases tóxicos, a vegetação também auxilia na retenção de partículas suspensas (MILANO, 1984).

Outra função das áreas verdes urbanas refere-se ao adensamento populacional, que faz com que a maioria das edificações permaneça muito próxima às vias de circulação e outros elementos geradores de barulho, como fábricas e bares. A utilização correta da vegetação pode fazer com que ela funcione como uma barreira física,

fazendo com que um percentual das ondas sonoras seja absorvido e outro seja refletido (MILANO, 1984; TRINDADE, 1998).

A vegetação possibilita, também, a criação de ambientes esteticamente agradáveis, que atuam como elementos amenizadores de estresse e valorizam uma área (MILANO, 1984; TRINDADE, 1998).

A função paisagística, quando aliada ao sistema viário, possibilita que a atenção do condutor do veículo seja despertada por elementos vegetais que podem, por exemplo, avisar a existência de uma rótula ou de uma curva fechada (LIMA, 1991).

Uma outra função pode ser identificada quando a distribuição adequada da vegetação, dentro do paisagismo nos quintais, contribui para o aumento de privacidade, impossibilitando que pessoas na rua observem o que se passa dentro das casas (LIMA, 1991).

As atividades intensas e aceleradas das cidades geram elevados índices de estresse e irritabilidade. As áreas verdes estão associadas à vida no campo, ao lazer e à segurança. O contato com a natureza proporciona a sensação de paz e calma, remete o homem às suas origens de integração com a natureza (LIMA, 1991).

A função mais comumente associada às áreas verdes é sem dúvida a função recreativa. Elas funcionam como áreas de encontro onde são ofertados diversos tipos de atividades (caminhadas, jogos e relaxamento). São áreas de refúgio na cidade, o contraponto área construída/área natural. Essas áreas geralmente recebem equipamentos da prefeitura e sua utilização varia conforme o caráter social e cultural do usuário (LIMA, 1991).

Outra importante função das áreas verdes urbanas está relacionada ao mercado imobiliário. Obviamente se as áreas verdes estão associadas à qualidade de vida, é normal que as regiões próximas a esses aglomerados vegetais apresentem maior valorização. Portanto, a implantação de parques e bosques pode definir ou alterar o perfil da população de uma determinada área, ou seja, alterar o uso por segregação sócio-espacial decorrente do valor agregado por renda diferencial aos imóveis (TARNOWSKI, 1991).

Renda diferencial é um conceito analisado e redefinido por VILLAÇA (1998) como sendo aquela parcela do valor atribuída pelas vantagens locacionais que o imó-

vel apresenta, neste caso a proximidade a um parque ou bosque. Nestas situações, diz-se que ocorre segregação branca, já que promovida pelo Estado:

Os estudos até agora realizados têm destacado amplamente o papel exercido pelo Estado, que se transformou ultimamente (seja por ação direta, por ação indireta, ou por simples omissão) um dos principais agentes indutores (senão principal) do crescimento urbano das cidades brasileiras, especialmente daquelas de porte médio. E isso se deve principalmente ao efeito imediato que as políticas públicas têm sobre a planta de valores do solo urbano. Com efeito, por ser mercadoria que gera rendas àqueles que a possuem, e por ser também fixa no espaço, a terra urbana é extremamente sensível a qualquer variação que ocorra no seu entorno. Isso porque a renda que ela aufera a seu proprietário é diferencial, isto é, varia em função dos mais diversos fatores, como, por exemplo, a presença ou ausência de bens urbanísticos os mais diversos. É por essa razão que os proprietários de terra irão tentar, pelos mais variados meios, influenciar a tomada de decisões do Estado a seu favor, atraindo para as áreas onde possuem terras as políticas que aumentem a sua capacidade de apropriação de renda territorial e afastando delas qualquer decisão que possa resultar numa diminuição dessa capacidade (ABREU, 1994 p. 268).

Esse fenômeno em que a população que deveria ser beneficiada pela implantação do equipamento é levada a mudar sua residência pelo aquecimento do mercado imobiliário local com a implantação do parque ou bosque, também ocorre em Curitiba:

Hoje, três anos mais tarde, a mesma área faz parte do parque Tanguá, um dos mais belos da cidade, e os terrenos vizinhos, do loteamento construído pela família, tiveram uma valorização de pelo menos 40%. (...) No caso do Parque Tanguá os proprietários da área doaram 45% do terreno e construíram um loteamento na área remanescente. (...) além da valorização dos terrenos, o que aumentou também foi a liquidez, a facilidade de vender os imóveis com um parque ao lado (GAZETA DO POVO, 02/05/99 p. 11).

A exploração turística dessas áreas verdes ainda possibilita, como outra função desses espaços, a criação de uma nova fonte de renda e arrecadação para a municipalidade (MILANO, 1984).

Há ainda a relação das áreas verdes com a drenagem das micro-bacias e a qualidade da água, pois as cidades apresentam altos índices de impermeabilização e inúmeras edificações em áreas impróprias, acarretando o aparecimento freqüente de enchentes e a perda de qualidade na captação da água que abastece a cidade. As áreas verdes possibilitam maior absorção da água no solo pela vegetação e, conciliando a presença de lagos, possibilitam a amenização das enchentes (TRINDADE, 1998).

Os parques e áreas de proteção impedem que construções (indústrias ou residências) ocupem áreas próximas aos mananciais e áreas de várzea, procurando preservar a qualidade da água captada (TRINDADE, 1998).

Por fim, as áreas verdes urbanas também contribuem para a preservação da vida biológica, tendo em vista que as cidades são o expoente máximo da ação humana sobre o meio ambiente. Ao desenvolver uma cidade, o homem elimina ou altera a maior parte dos elementos naturais do sítio urbano. Via de regra, são introduzidas inúmeras espécies exóticas e exterminadas grande quantidade das nativas. As áreas verdes, como bosques nativos, possibilitam a preservação de algumas espécies nativas de plantas, além de pequenos animais e insetos (LIMA, 1991).

O PAPEL DE PARQUES E BOSQUES NA HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CURITIBA

Para responder aos objetivos desta pesquisa, que é como os parques e bosques públicos de Curitiba se inserem no processo de produção do espaço urbano da cidade, este capítulo está dividido em três períodos históricos visando identificar os elementos que definiram a produção dos parques e bosques de Curitiba. Estes períodos foram definidos a partir das concepções que fundamentaram a criação dessas áreas públicas, bem como pela forma e funções que passaram a ter em cada momento da história da cidade. Essa periodização é um exercício para auxiliar na distinção entre os diferentes modelos de produção de parques e bosques adotados em cada momento histórico da cidade, para tanto criou-se um modelo experimental baseando-se principalmente nas leituras de MENEZES (1996), OLIVEIRA (1995) e GARCIA (1996):

Período de concepções sanitaristas: definido como o momento histórico compreendido entre a emancipação política do Estado do Paraná, em 1853, até a posse do prefeito Ivo Arzua, em 1962. Durante este período apenas um parque foi implantado, o Passeio Público, visando sanear uma área alagadiça e pantanosa às margens do Rio Belém que propiciava a proliferação de agentes vetores de doenças. Esse é o momento em que se delineiam as primeiras diretrizes para a implantação de áreas verdes a partir do Plano Agache, de 1943, que previa a implantação de quatro parques e de um cemitério parque. Esses projetos de áreas verdes eram guiados sob a ótica do sanitarismo.

Período de administração tecnocrata: inicia-se em 1962, com a posse do prefeito Ivo Arzua que encomenda o Plano Diretor da Cidade de Curitiba para as empresas paulistas Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, e se encerra em 1988 com o término do mandato de Roberto Requião na prefeitura. Como prefeito entre 1971 e 1974, Jaime Lerner, ex-presidente do IPPUC, conseguiu pôr em prática as diretrizes previstas pelo Plano Diretor que ele ha-

via acompanhado, as secretarias municipais e demais órgãos executivos, em sua maioria comandados por pessoas ligadas ao Plano Diretor, compartilhavam de uma mesma linguagem o que facilitou para que a implantação do Plano ocorresse de forma rápida e sem grandes conflitos. Este período foi caracterizado pela presença predominante de técnicos, e não políticos, nos cargos decisórios da prefeitura. Os parques tinham como função primordial servirem como elementos contentores de enchentes e preservar as nascentes dos rios.

Período de promoção do city-marketing: tem seu início em 1989, quando o recém reeleito prefeito Jaime Lerner constrói o Teatro Ópera de Arame, e perdura até o momento. É um período marcado pela implantação de parques com a forte presença de construções arquitetônicas emblemáticas (Jardim Botânico, Ópera de Arame, Unilivre, Parques Tingüi e Tanguá entre outros). A função principal dos parques deixa de ser a preservação de fundos de vale, contenção de enchentes e preservação e passa a ser a mitificação, a criação de símbolos que associem a cidade à cultura européia dos seus imigrantes e, portanto, com qualidade de vida de primeiro mundo. As áreas verdes passam a ser produtos a serem consumidos, perde importância o seu valor de uso e passa a ser mais significativo o valor de troca que confere ao seu entorno, com isto bairros mudam de nome visando à valorização e imobiliárias cooperam com a prefeitura no intuito de valorizar determinadas áreas.

A seguir, a Tabela 01 demonstra o período dos mandatos políticos dos prefeitos, governadores e presidentes da república. Embaixo aparece uma lista de parques e bosques criados nos respectivos períodos, a população de Curitiba de acordo com os Censos e outros acontecimentos relevantes para o tema. É válido ressaltar que Jaime Lerner, Rafael Greca de Macedo e Cássio Taniguchi pertencem a um mesmo grupo político, enquanto que Maurício Fruet e Roberto Requião pertencem a um grupo antagônico.

Tabela 01

Linha cronológica dos mandatos políticos e data de implantação de parques e bosques em Curitiba

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000		
PRESIDENTE		João Goulart	Castello Branco		Costa e Silva	Junta		Emílio Garrastazu Médici							Ernesto Geisel				João Batista de Oliveira Figueiredo							José Sarney			Fernando Collor	Impet	Itamar Franco		Fernando Henrique Cardoso					F.H.C.				
GOVERNADOR		Ney Braga			Paulo Pimentel			Leon	Parigot de Souza	Emílio					Jaime Canet Jr.				Ney Braga	Novas			José Richa	João		Álvaro Dias			Requião		Maí		Jaime Lerner				Jaime Lerner					
PREFEITO			Ivo Arzua			Omar Sabbag			Jaime Lerner			Saul Raiz			Jaime Lerner			Fruet	Requião		Jaime Lerner		Rafael Greca		Taniguchi																	
	População em 1960 361.309			Golpe Militar	Surge o APPUC que mais tarde se torna no IPPUC		Plano Diretor				População em 1970 524.821	Rua XV de Novembro	Parque Barigui / São Lourenço / Barrerinha		Bosque Boa Vista			Parque Regional do Iguaçu		População em 1980 1.024.980	Bosque João Paulo II	Bosque Capão da Imbuia	Zoológico	Elaboração do I Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (I PMDU)				Bosque Gutierrez		Parque Bacacheri	Reinhard Maack	Parque das Pedreiras (Opera de Arame)	Jardim Botânico/ B. Pilarzinho/ Passauna	Bosque Zaninelli (Universidade Livre do Meio Ambiente)		Tropeiros / Diadema / Cauaí / Portugal/ Tingui	Bosque do Fazendinha/ Bosque Italiano	Bosque Alemão / Parque Tanguá / Bosque do Trabalhador			População em 2000 1.586.898	Bosque São Nicolau

PRESIDENTE	INICIO	FIM
Fernando Henrique Cardoso	01 janeiro, 1999	31 dezembro, 2002
Fernando Henrique Cardoso	01 janeiro, 1995	31 dezembro, 1998
Itamar Cautiero Franco	29 setembro, 1992	01 janeiro, 1995
Fernando Collor de Mello	15 março, 1990	28 setembro, 1992
José Sarney	15 março, 1985	15 março, 1990
João Baptista de O. Figueiredo	15 março, 1979	14 março, 1985
Ernesto Geisel	15 março, 1974	14 março, 1979
Emílio Garrastazu Médici	30 outubro, 1969	14 março, 1974
Junta Militar Formada por	31 agosto, 1969	29 outubro, 1969
Arthur da Costa e Silva	15 março, 1967	30 agosto, 1969
Humberto de A. Castello Branco	15 abril, 1964	14 março, 1967
Pascoal Ranieri Mazzilli	01 abril, 1964	14 abril, 1964
João Belchior Marques Goulart	07 setembro, 1961	31 março, 1964
Jânio da Silva Quadros	31 janeiro, 1961	25 agosto, 1961
Juscelino Kubitschek de Oliveira	31 janeiro, 1956	30 janeiro, 1961

GOVERNADOR	INICIO	FIM
Jaime Lerner	01 janeiro, 1999	31 dezembro, 2002
Jaime Lerner	01 janeiro, 1995	31 dezembro, 1998
Mário Pereira	02 abril, 1994	31 dezembro, 1994
Roberto Requião	15 março, 1991	01 abril, 1994
Álvaro Dias	15 março, 1987	14 março, 1991
João Elisio Campos	09 março, 1986	14 março, 1987
José Richa	15 março, 1983	08 março, 1986
José H. Novaes	14 maio, 1982	14 fevereiro, 1983
Ney Braga	15 março, 1979	13 maio, 1982
Jaime Canet Jr.	15 março, 1975	14 março, 1979
Emílio Gomes	11 agosto, 1973	14 março, 1975
João Mansur	07 julho, 1973	10 agosto, 1973
Parigot de Souza	23 novembro, 1971	06 julho, 1973
Aroldo Leon Perez	15 março, 1971	22 novembro, 1971
Paulo Pimentel	31 janeiro, 1966	14 março, 1971
Algacir Guimarães	20 novembro, 1965	30 janeiro, 1966
Ney Braga		19 novembro, 1965

PREFEITO	INICIO	FIM
Cassio Taniguchi	01 janeiro, 2001	31 dezembro, 2005
Cassio Taniguchi	01 janeiro, 1997	31 dezembro, 2000
Rafael Greca	01 janeiro, 1993	31 dezembro, 1996
Jaime Lerner	01 janeiro, 1989	31 dezembro, 1992
Roberto Requião	01 janeiro, 1986	31 dezembro, 1988
Maurício Fruet	04 abril, 1983	31 dezembro, 1985
Moacir Tosin	17 março, 1983	03 abril, 1983
Jaime Lerner	26 março, 1979	16 março, 1983
Saul Raiz	08 abril, 1975	25 março, 1979
Donato Gulin	25 março, 1975	07 abril, 1975
Jaime Lerner	24 março, 1971	24 março, 1975
Edgard Dantas	16 março, 1971	23 março, 1971
Omar Sabbag	22 março, 1967	15 março, 1971
Acyr Hafez José	14 março, 1967	21 março, 1967
Ivo Arzua	15 novembro, 1962	13 março, 1967

FONTES: CASA DA MEMÓRIA, 2001; PALÁCIO IGUAÇU, 2000; ALMANAQUE ABRIL Cd Rom, 1997; SMMA, 2000; IBGE, 2001

2.1 O processo de produção de parques e bosques públicos em um período de concepções sanitaristas

Desde a emancipação política da Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853, a cidade de Curitiba, em função de ter sido designada para ser a futura capital do estado, teve preocupação com a organização do espaço urbano e o controle do uso do solo. Assim, em 1855, com o chamado Plano Taulois, surge a primeira tentativa de transformações estruturais no cenário urbano.

É dessa época a criação do Cinturão Verde. O governo provincial, seguindo a orientação assumida por D. Pedro II, e visando suprir a demanda de produtos alimentícios básicos, criou uma política imigratória que estimulou a criação de colônias agrícolas das mais variadas origens étnicas ao redor da cidade: "Inicialmente os maiores contingentes foram de alemães, poloneses e italianos (...) Calcula-se que aproximadamente 30 mil imigrantes chegaram a Curitiba entre 1872 e 1900 (...) em 1872 a cidade contava com 12.651 habitantes, em 1900 com 49.755" (MENEZES, 1996. p. 58).

Pode-se observar que entre 1872 e 1900, a população curitibana aumentou em quatro vezes, sendo que cerca de 60% da população passou a ser formada por imigrantes, sabendo-se, contudo, que à época, negros e índios não eram contados. Não obstante, a prefeitura se apossa destes dados tentando convencer a população que a interação entre esses diversos grupos étnicos criou um sincretismo cultural que é a base da personalidade da Curitiba de hoje.

Os imigrantes vieram da Europa, de países como Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia, dentre outros. Ao chegarem, assentaram-se principalmente no norte de Curitiba já que no sul havia confluência dos principais rios da região o que tornava a área propícia a inundações:

Nesse período [final do séc XIX], chegam as primeiras grandes levas de imigrantes e a cidade passa, no final do século, pelo primeiro surto de desenvolvimento. Além dos alemães, reimigrados de Santa Catarina, que já povoavam o espaço urbano e arredores desde a década de 1830, outros grupos de imigrantes de composição bastante heterogênea também se estabeleceram nas colônias ao redor de Curitiba a partir da segunda metade do século XIX. A política imigratória no Paraná, notadamente a partir de Lamenha Lins, procurava, com a instalação desses imigrantes camponeses nos arredores da cidade, solucionar o problema de abastecimento, incrementando a agricultura de subsistência e a produção de hortigranjeiros. Entre eles estavam italianos, poloneses e ucranianos e, em menor número, rusos, franceses, austríacos, holandeses e suíços. Esses grupos se estabeleceram, princi-

palmente na região norte da cidade, em antigos quarteirões (Pilarzinho, Ahu, Mercês e Bacacheri) e em colônias criadas especialmente para abrigá-los (Abranches, Santa Cândida, Dantas, Orleans e Santa Felicidade), (BALHANA apud CASA DA MEMÓRIA, 04/01/01).

Entre as colônias dos imigrantes ao norte e a área urbanizada de Curitiba haviam áreas vazias dentre as quais uma situada às margens da Estrada da Graciosa, no trecho onde hoje se encontra a Av. João Gualberto, que era utilizada como via de acesso ao litoral e pelos colonos quando queriam ir à cidade.

Em 1885 surge o primeiro parque da cidade. o Passeio Público, que hoje passa por um processo de revitalização em função do alto índice de criminalidade, era a principal opção de lazer da elite curitibana. O Passeio Público foi uma obra de caráter nitidamente higienista. De acordo com SEGAWA (1996), o terreno onde ele foi implantado era foco de proliferação de doenças, sua área alagadiça e pantanosa era propícia ao surgimento de insetos, roedores e outros animais vetores de doenças. Sua proximidade com o Centro fazia com que a cidade ficasse mais facilmente sujeita a epidemias, pois transmissores de doenças encontravam ali um espaço propício à sua reprodução e a proximidade da população possibilitaria um rápido alastramento da doença.

MENEZES (1996, p.62) afirma que a ocorrência de dois surtos epidêmicos, em 1889 e 1891, fez com que fossem instaladas as primeiras redes de distribuição de água e de coleta de esgoto. A partir de então, o sanitarismo passa a ser um elemento constante na produção da cidade.

Em 1895 foi elaborado o primeiro Código de Posturas de Curitiba, estabelecendo normas e o padrão urbano para o projeto de ordenamento e crescimento que se desejava para a cidade. Segundo MENEZES (1996, p. 62-63), foi desencadeada pela prefeitura uma política de higienização denominada de “despotismo sanitário”, aprofundando o controle sobre o modo de vida da população e afastando os desviantes para os subúrbios.

Entre 1920 e 1930, a estagnação econômica fez com que não ocorresse nenhuma grande transformação no aspecto físico da cidade, inclusive no que diz respeito às áreas verdes. Como cita MENEZES (1996, p. 61), “as elites locais foram impactadas com a sensível perda de seu poder econômico financeiro, decorrente em grande medida da queda do preço da erva-mate”. Nesse período, o Paraná começou a transi-

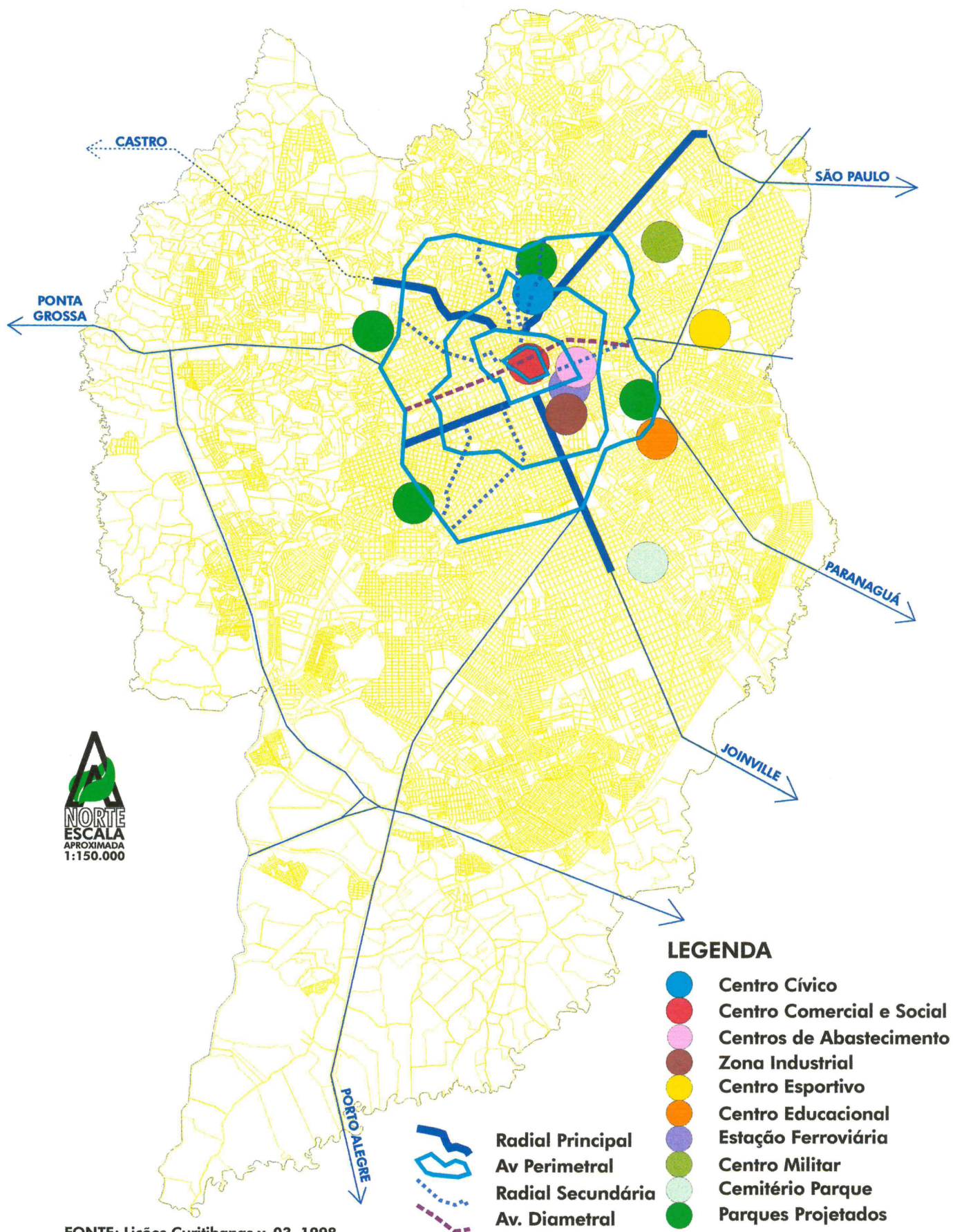
ção do ciclo da erva-mate para o ciclo do café. A mudança das elites no poder criou novos pólos de desenvolvimento longe da capital: "Decorrente da expansão da fronteira cafeeira paulista, a produção do café foi introduzida no norte paranaense (...) Foi em virtude desse chamado 'boom do café' que surgiram no norte cidades como Londrina (1934), Maringá (1947), Umuarama (1955) e outras" (MENEZES, 1996. p. 63).

Embora os investimentos em infra-estrutura tivessem cessado durante as décadas de 20 e 30, a população continuou a crescer e, em 1940, Curitiba já tinha duplicado sua população em relação a 1920. Para amenizar esse problema, o então prefeito da cidade, o engenheiro civil Rozaldo de Mello Leitão, contratou a empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda., do Rio de Janeiro, para elaborar um plano de urbanização para Curitiba. Essa empresa já havia realizado o planejamento de Goiânia e de outras cidades no norte fluminense. Para assessorar o plano, a empresa contratou o francês Donat Alfred Agache, renomado urbanista da época. Em 1941 iniciou-se o Plano de remodelação, extensão e embelezamento de Curitiba, que, mais tarde, em função da grande participação do urbanista francês, acabou sendo conhecido como Plano Agache.

Segundo MENEZES, suas principais metas eram: "*Saneamento*: drenagem dos 'banhados', canalização dos rios e ribeirões, esgotos pluviais, rede de abastecimento de água; *Descongestionamento*: tráfego urbano, vias de acesso externo, circulação da produção, abastecimento urbano; *Órgãos funcionais*: centralização dos edifícios apropriados para sede do governo do estado (Centro Cívico), vários centros de irradiação da vida comercial e social" (1996 p. 65-66).

A preocupação com áreas verdes já aparecia com destaque no Plano Agache, que propunha a criação de um horto botânico, a arborização das ruas e jardins, a preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano e a criação de parques. (Ver Mapa 02).

Mapa 02 Plano Agache



FONTE: Lições Curitiba v. 03. 1998
BASE CARTOGRÁFICA: COPEL, 1998?
ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.

Quanto a parques, a cidade sente falta quase absoluta. Foram previstos no plano 4 parques de proporções médias e que, juntamente com a Avenida Parque (AP-3), poderão ser consideradas suficientes para a cidade, para a etapa urbanizada no atual plano. Claro é que, na proporção que forem sendo edificadas às áreas atualmente vazias dentro do perímetro AP-3, mais praças, mais jardins, mais parques deverão ser previstos. Não é, entretanto, prudente fixar-lhes posição ou dimensão desde já (BOLETIM DA PMC, nº 12, 1943 p. 68 e 69).

Do ponto de vista sanitário, o plano previa que os loteamentos só pudessem ser vendidos com toda a infra-estrutura básica: água potável, arborização, canalização das águas pluviais e esgoto. Era proposto também que fossem proibidos os loteamentos em áreas de mananciais visando preservar a vegetação, a qualidade da água e a própria qualidade de vida.

O Plano Agache previa a execução de quatro parques, um horto botânico, um parque cemitério e uma avenida parque, a AP-3, além da arborização de ruas e jardins, a preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano e o recuo frontal de cinco metros para as edificações. É importante perceber que vários elementos previstos no Plano Agache só vieram a ser efetivamente implantados durante a execução do Plano Serete a partir de 1971.

O Plano Agache, por exemplo, previa o Parque do Capanema próximo ao local onde hoje se encontra o Jardim Botânico; o Parque do Ahu, onde está localizado atualmente o Bosque do Papa; o Parque da Lagoa do Rio Barigüi, no local onde hoje está implantado o Parque Barigüi e mencionava da seguinte forma o parque do Bacacheri: “deixamos de assinalar em planta um outro parque que deveria ser criado, junto à lagoa do Bacacheri, próximo ao Centro Militar e local de grande beleza natural” (BOLETIM DA PMC nº 12, 1943 p.77). Estes parques, embora previstos no Plano Agache, só vieram a ser realmente implantados depois da década de 1970, quando a cidade já vinha sendo direcionada pelo Plano Serete. Ao se verificar a Galeria do Plano Agache, na Rua XV de Novembro, percebe-se grande similaridade com as galerias do Plano Massa¹ implantada nos Setores Estruturais² do Plano Serete, no entanto,

¹ Plano Massa: “O Plano Massa compreende um embasamento comercial, constituído de 2 (dois) pavimentos, térreo e sobreloja edificados no alinhamento predial da via central e entorno das praças e terminais, devendo a vedação do térreo estar recuada 4,00 m (quatro metros) desse alinhamento, para constituição de uma galeria comercial, coberta, podendo a sobreloja ficar em balanço”. (CURITIBA. Decreto-lei nº 579/90, Art. 4º, § 1º).

² Setores Estruturais: “Os Setores Especiais Estruturais – SE, são os principais eixos de crescimento da cidade, caracterizados como áreas de expansão do centro tradicional e como corredores comerciais, de

com relação as áreas verdes, um grande benefício foi o trazido pelo recuo de cinco metros, que até hoje é utilizado na maior parte das ruas de Curitiba, incentivando a introdução de uma cultura de ajardinamento em frente às casas, principalmente as de descendentes europeus.

A preocupação com a questão ambiental surgiu nitidamente no novo Código de Posturas de 1953, que tinha como propósito controlar a degradação ambiental:

Por intermédio da Lei 699/1953 que dispunha sobre esse novo Código de Posturas, à Prefeitura era reservado o poder de proibir a abertura de logradouros públicos prejudiciais ou destruidores de reservas arborizadas. Os hospitais tornavam-se obrigados a tratar os resíduos produzidos, "não sendo permitido o simples sumidouro". O corte de árvores em locais públicos só poderia ser feito mediante autorização oficial e indenização em dinheiro. Construções de caráter histórico, artístico, típico ou tradicional poderiam ser desapropriadas pela Prefeitura, caso fosse necessário, para evitar suas destruições, demolições ou transformações (MENEZES, 1996 p. 69).

O censo de 1950 apontou Curitiba como a capital brasileira com maior crescimento populacional na época. De acordo com MENEZES (1996, p.68), entre 1950 e 1960, Curitiba teve sua população de 138.178 habitantes elevada para 344.560 com uma taxa média anual de crescimento demográfico de 9,53%, perdendo somente para Goiânia (12,30%) e Olinda (10,18%). A partir de 1950, nota-se um processo que ocorreu a nível nacional, porém bastante significativo em Curitiba: o processo de concentração populacional nas cidades que transformou o Brasil de um país rural em urbano.

No final da década de 50, visando organizar o assentamento do grande fluxo migratório que vinha para a cidade, foi criado o Código de Zoneamento da cidade, delimitando áreas comerciais, residenciais e industriais.

Como pode ser observado em MENEZES (1996, p.71), assentamentos irregulares, em loteamentos clandestinos, começavam a ameaçar o ecossistema natural, sobretudo o sistema hídrico, em virtude da ocupação de áreas de fundo de vale. Para controlar a organização espacial da cidade, a Comissão de Planejamento de Curitiba (COPLAC) foi criada em 1960.

serviços e de transportes, tendo como suporte um sistema trinário de circulação." (CURITIBA. Decreto-lei nº 579/90, Art. 1º).

Dentro desse Período Sanitarista, os fluxos imigratórios e o êxodo rural tiveram grande relevância na produção de parques e bosques em Curitiba.

Durante a segunda metade do século XIX Curitiba recebeu uma grande leva de imigrantes europeus que se estabeleceram na região norte visando criar colônias para a produção de hortifrutigranjeiros, sendo que a partir da década de 1940, com o declínio do Ciclo do Café, vários migrantes vindos do interior do estado estabeleceram-se na região sul de Curitiba.

Têm-se aqui dois períodos, com posicionamentos geográficos distintos e posturas diferenciadas. Enquanto os imigrantes vinham para Curitiba na expectativa de criar colônias agrícolas, os migrantes vinham fugindo do campo, os primeiros tinham uma relação de dependência com o verde, os outros rejeitavam os elementos que lembrassem a vida no campo e valorizavam os que associassem ao urbano.

Na época da chegada dos imigrantes, Curitiba tinha uma pequena área urbanizada e uma população, em 1872, de 12.651 habitantes (IBGE), isso possibilitou que os imigrantes se instalassem nas áreas que melhor apresentavam condições para a atividade agrícola, formando fazendas ou chácaras principalmente ao norte de Curitiba em áreas mais elevadas que os terrenos de várzea que existiam ao sul. Já quando começaram a chegar os migrantes, a partir da década de 1940, Curitiba tinha 127.278 habitantes (IBGE) e uma área urbanizada muito maior, essas pessoas se instalaram principalmente em áreas planas e banhadas do sul de Curitiba, que eram menos valorizadas e portanto acessíveis à essa população proveniente do êxodo rural, construíram suas casas em pequenos terrenos, geralmente em loteamentos clandestinos.

Esta diferenciação da ocupação espacial, entre o norte e o sul, fez com que os assentamentos do sul fossem mais adensados, pois ao norte as casas ficavam em terrenos originados de chácaras enquanto ao sul os terrenos tinham apenas o tamanho suficiente para abrigar uma casa, isso acabou possibilitando que alguns remanescentes de chácaras e fazendas permanecessem preservados ocupando grandes áreas dentro do perímetro urbano do norte de Curitiba. Muitas destas chácaras deram origem a bosques e parques da cidade, um exemplo recente é a chacara dos imigrantes italianos da família Geronasso, no bairro Boa Vista, onde atualmente a prefeitura realiza estudos sobre a viabilidade de implantar um bosque ou parque. Outro exemplo é o que segue:

Devia haver uma reunião das instituições públicas e particulares interessadas na preservação de um reduto de vida (precioso ainda e existente no bairro das Mercês) resto da antiga chácara do Pirata Zulmiro e depois pertencente ao Sr. João Carlos Gutierrez que lutou quanto pôde para evitar as depredações (inevitáveis num país subdesenvolvido como o nosso e conservado em seu subdesenvolvimento pelas migrações internas de brasileiros menos desenvolvidos do que os curitibanos) (GAZETA DO POVO, 23/05/1986).

Atualmente essa presença de imigrantes foi incorporada por grupos políticos que, visando se promover, reforçam a imagem da cidade como detentora de uma qualidade de vida de Primeiro Mundo; com a criação do Roteiro das Etnias, uma sucessão de praças, bosques e parques homenageando diversas etnias. São exemplos deste roteiro a Praça do Japão, o Memorial Ucrâniano, o Bosque Alemão, o Bosque Italiano e o Memorial Árabe entre outros.

Pode-se afirmar que a localização dos assentamentos dos fluxos imigratórios e migratórios contribuíram para um maior número de parques e bosques ao norte da cidade, que passaram a ser implantados a partir do Passeio Público, primeiro parque da cidade e o único parque deste período, e que teve também como grande contribuição o Plano Agache que pela primeira vez planejou de forma sistemática a implantação de áreas verdes na cidade.

2.2 O processo de produção de parques e bosques públicos em um período de administração tecnocrata

Ivo Arzua ocupou o cargo de prefeito entre 1962 e 1966, período em que nasceu o atual urbanismo de Curitiba. Em 1965, o arquiteto Luiz Armando Garcez, um dos principais assessores do prefeito e presidente da URBS, sugeriu que fosse feito um viaduto ligando as praças Tiradentes e Carlos Gomes e que a Avenida 7 de Setembro fosse prolongada até o bairro Tarumã. Em função da escassez de dinheiro, o prefeito recorreu a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR). Como é possível observar em MENEZES (1996, p.77), “o presidente da CODEPAR [Karlos Rischbieter], inteirado dos problemas urbanísticos da cidade e com boas relações com os técnicos da Prefeitura, propôs-se a financiar um novo plano para Curitiba em vez de liberar recursos para readequações do Plano Agache”, subordinando a liberação de recursos a estudos de utilidade e viabilidade das obras.

Karlos Rischbieter era marido de Francisca M. G. Rischbieter, uma das integrantes do Departamento de Urbanismo da prefeitura. Karlos Rischbieter teve um papel importante nesse período do planejamento urbano de Curitiba, por ser engenheiro e marido de uma das integrantes do Departamento de Urbanismo, tinha conhecimento e simpatia pelas propostas de planejamento urbano de Curitiba. Conforme MENEZES (1996, p.77), além de presidente da CODEPAR, auxiliando na liberação de financiamento para o Plano Diretor de Curitiba, foi presidente do Banco de Desenvolvimento do estado do Paraná (BADEP) que financiou a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), presidente da Caixa Econômica Federal, entre 1974 e 1977, presidente do Banco do Brasil, entre 1977 e 1979, e Ministro da Fazenda do Presidente Figueiredo, de 1979 a 1980. Esses cargos decisórios em instituições financeiras facilitaram a destinação de verbas para a execução dos planos urbanísticos de Curitiba, como se pode observar na seguinte citação:

No dia imediato, a assessora Francisca Maria Rischbieter transmitiu as impressões das situações ocorrentes a seu esposo, Engenheiro Karlos Rischbieter; este prontamente manifestou-se declarando da existência de recursos da CODEPAR como fórmula possível de aplicação de recursos em projetos urbanos, preparatórios de desenvolvimento citadino... Acolhida a colaboração da CODEPAR, o Sr. Prefeito designou a comissão sugerida pelo diretor do D.U.[Departamento de Urbanismo] e que a mesma foi nomeada pelo chefe do Poder Executivo Municipal de Curitiba, sendo constituída por personalidades da Escola de Engenharia e Arquitetura e Urbanismo e dentre os integrantes da Faculdade de Engenharia e representantes dos órgãos das referidas classes (ATHERINO, Theodócio Jorge apud Memória da Curitiba Urbana v. 7, 1991. p. 22 e 23).

A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, em 1961, foi determinante para o fornecimento de profissionais que compuseram uma base local de discussões urbanísticas e que mais tarde formaram o Grupo Local de Acompanhamento, que tinha por finalidade acompanhar e colaborar na elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo realizado pela empresa paulista Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda., em associação com a Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. A função desse grupo de acompanhamento era assegurar que técnicos da prefeitura pudessem dar continuidade ao Plano Preliminar.

Em julho de 1965 foi criado o Mês do Urbanismo; e o plano que a CODEPAR proporcionou ao município foi apresentado para a população:

Houve, depois, uma apresentação comercial; dá para imaginar o que aconteceu, muitos aplausos, como se estivessem entendendo do assunto, de urbanismo, de matéria altamente técnica e especializada; esses aplausos foram entendidos, convenientemente, como apoio e aprovação do plano. Discussão mesmo não houve e nem poderia haver. O que poderia discutir sobre urbanismo um comerciante, ainda que bem sucedido? (OLIVEIRA, O. P. apud *Memória de Curitiba Urbana* v.5 1989. p. 49-50).

Este formato de apresentação do Plano Diretor foi resgatado pelo prefeito Cássio Taniguchi em 1999, quando o IPPUC elaborou uma proposta de alteração da Lei de Zoneamento e Uso do Solo. O prefeito e técnicos do IPPUC foram às Ruas da Cidadania apresentando à população as alterações na lei. Novamente o objetivo não era uma discussão técnica, mas angariar apoio da população, pois era um ano que antecedia as eleições municipais nas quais Taniguchi foi reeleito prefeito.

Como pode ser observado em MENEZES (1996, p.83), em 1º de dezembro de 1965 foi criado oficialmente o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que teve sua origem no Grupo Local de Acompanhamento. O Plano Diretor da cidade foi entregue ao IPPUC fazendo com que ele passasse a ser o órgão responsável pela gestão do planejamento urbano, exercendo as funções de implantar e controlar o Plano Diretor, elaborar e detalhar projetos, idéias, soluções urbanísticas em zoneamento, loteamento e renovação urbana.

O Plano Serete foi entregue dividido em duas partes: na primeira parte era realizado o levantamento da situação existente e na segunda parte eram feitas propostas. Com relação às áreas verdes era dada maior importância para as locais com até 30.000 m², em sua maioria praças. Durante o levantamento da situação existente aparece, em vários trechos, comentários se referindo à falsa sensação de que Curitiba era uma cidade verde:

A impressão de “verde” na cidade é bastante ilusória e resultante da baixa densidade e do tamanho considerável dos lotes residenciais. Com o aumento da população e das construções, as perspectivas seriam de grande deficiência, caso não se planeje a criação de novas áreas verdes, mormente nas áreas de expansão urbana. (Plano Preliminar de Urbanismo, 1965 p.137).

O escolhido foi o plano elaborado pela empresa Serete, que teve a contribuição do Jorge Wilhelm e da Rosa Kliass, paisagista, que fez umas observações bastante interessantes, porque na época as pessoas achavam Curitiba uma cidade verde e ela fez algumas simulações e mostrou que o verde era dos jardins, apenas. Foi ela quem alertou para isto: à medida que são derrubadas as casas e construídos prédios, desaparece o verde. Então, Curitiba não era uma cidade verde, ao contrário do que se imaginava. (RISCHBIETER apud *Memória da Curitiba Urbana* v. 5, 1990. p.16)

Em 1965 Curitiba tinha um índice de 0,7 m²/hab de área verde (MENEZES, 1996), enquanto em 2000 possuía uma área de 55 m² área verde/hab (site Prefeitura Municipal de Curitiba, 2000). Surge então uma inevitável pergunta: Como pôde haver um crescimento tão expressivo dessa relação em 35 anos?

Aquela época eram computadas apenas áreas verdes administradas pelo município, e portanto os jardins que a paisagista Rosa Kliaas citava não entravam para efeitos de cálculo, enquanto que no último levantamento da prefeitura, de acordo com informações verbais de técnicos da SMMA, estão sendo levadas em consideração todas as áreas verdes possíveis de serem detectadas por satélite e mensuradas por softwares de gerenciamento de imagens, sejam elas particulares ou públicas. Isso explica como Curitiba, mesmo tendo um dos maiores índices de crescimento entre as capitais brasileiras nesses 35 anos, conseguiu um crescimento tão expressivo das áreas verdes.

Em 1965 a área urbanizada de Curitiba era bem inferior a de hoje e conseqüentemente havia um espaço muito maior de áreas verdes, sejam em áreas anteriormente vazias e hoje ocupadas ou pelos citados jardins das casas depois ocupados pelas edificações de inúmeros prédios, portanto ter-se-ia um índice muito superior ao de hoje se fosse utilizado o atual critério de mensuração das áreas verdes para o ano de 1965. Evidentemente essa alteração nos parâmetros de quantificação tem por objetivo induzir o cidadão leigo ao erro, fazendo-o crer que a qualidade de vida proporcionada pelo verde só vem aumentando.

Fica evidenciado, portanto, que a metodologia de mensuração foi alterada em cada momento: inicialmente eram computadas apenas áreas sob administração municipal, depois foram inseridas áreas particulares acima de 2.000 m², em seguida ampliou-se o índice sendo computadas as áreas com mais de 100 m² e, atualmente, o novo levantamento que vem sendo realizado está considerando todos os pontos verdes que o software pode reconhecer na imagem.

(...) Naquela época [1985] eram considerados os maciços vegetais acima de 2 mil metros quadrados e a população não chegava a um milhão. Agora foram incluídos maciços vegetais com mais de 100 metros quadrados e o número de habitantes está próximo de 1,5 milhão (GAZETA DO POVO, 03/06/99 p. 4).

Em Curitiba, em 1985, considerando-se apenas áreas iguais ou superiores a 2.000 m², tamanho mínimo para a obtenção de benefícios fiscais à preservação previsto pela legislação

municipal local, a cobertura florestal era da ordem de 15,1% e correspondia a um valor médio de 50,2 m² de área florestal por habitante, dos quais apenas 19,0% ou 9,6 m²/habitante constituíam áreas públicas. Mais ainda, estes valores variavam de 3,4 m²/habitante no Centro da cidade a 2.624,8 m²/habitante na periferia pouco urbanizada (MILANO; DISPERATI, 1987 apud MILANO, 1995 p. 31).

No levantamento da situação das áreas verdes realizado em 1965 apareceram 55 espaços públicos destinados ao lazer, no entanto, destes 55 apenas quatro eram áreas acima de 30.000 m²: o Passeio Público; o Parque da Cidade que embora tenha sua área reservada desde 1961 com a lei nº 2.103 nunca chegou a ser implantado; o Horto do Barreirinha, hoje parque aberto ao público e o Horto do Matadouro que atualmente é o Bosque do Capão da Imbuia.

Neste estudo foram consideradas como áreas verdes todas as áreas municipais destinadas a esse fim, equipadas ou não (há 15 áreas num total de 55 que são simples terrenos baldios). As áreas menores de 1.000 m² foram consideradas aproveitáveis para recreação de crianças de 0 a 5 anos; as áreas de 1.000 a 30.000 m² para crianças de 0 a 15 anos. Para jovens de 15 a 25 anos foram consideradas as áreas maiores de 30.000 m², que correspondem ao Passeio Público, Parque Municipal, Horto do Barreirinha e Horto do Matadouro (Plano Preliminar de Urbanismo, 1965 p.133).

O Plano Serete fez um levantamento de abrangência das áreas verdes existentes em Curitiba e identificou regiões onde havia carência desses espaços. No entanto, este levantamento foi focado tendo em vista as praças e não foi feito nenhum levantamento mais detalhado com relação a parques e bosques. Não obstante, foi citada a carência de espaços com um raio de atuação maior, seja em escala urbana ou metropolitana, e apareceu a sugestão de implantação de lagos nessas áreas de maior porte, estes lagos passariam a ser elementos marcantes a partir da primeira administração do prefeito Jaime Lerner.

É grande a falta de parques, recreações ativas e passivas (espetáculos) em escala urbana. A atomização em clubes fechados não é suficiente para o habitante de uma urbe. Assim, carece a vida do curitibano de uma afirmação claramente identificadora com símbolos citadinos. (Plano Preliminar de Urbanismo, 1965 p.130)

A planta revela ainda a ausência de atrações contemplativas em escala metropolitana ou mesmo na atual escala urbana. Torna-se patente a necessidade de equipamento nos parques já existentes: da Cidade, da Barreirinha, etc... Percebe-se igualmente a ausência de espelhos de água e a existência de vastas áreas urbanas sem recreação alguma. (Plano Preliminar de Urbanismo, 1965 prancha 1.2 – áreas de recreação descoberta)

Embora o Plano Preliminar tenha capítulos dedicados exclusivamente às áreas verdes, a sua maior contribuição foi com relação às áreas de pequenas proporções e com a identificação do conceito errôneo de que Curitiba era uma cidade verde. No que diz respeito a parques e bosques, o Plano Preliminar deixou uma lacuna fazendo poucas citações referentes a este tema.

Em 1967, Omar Sabbag foi indicado prefeito da cidade. O seu não comprometimento com o plano fez com que relegasse o IPPUC. Sua formação era de engenheiro sanitarista e sua administração priorizou obras ligadas ao sanitarismo: ampliou o serviço de coleta de lixo, adotou o sistema de aterro sanitário, desenvolveu os primeiros planos de preservação de fundos de vale, elaborou a primeira legislação de áreas verdes e fez obras para a contenção de enchentes. Durante a sua gestão, pode-se afirmar que o IPPUC ficou centrado no detalhamento das diretrizes do Plano Diretor e que teve dificuldades em fazer com que a prefeitura executasse seus projetos como se pode observar no comentário de Luiz Forte Neto, presidente do IPPUC na época:

Até aquele momento havia uma reação muito grande, por parte de todos os departamentos, no seguinte aspecto: ninguém queria seguir o que um órgão de planejamento dizia. Então, o Departamento de Obras, o Departamento de Administração e os vários departamentos não queriam fazer as obras que o IPPUC determinasse; não queriam fazer a legislação que o IPPUC determinasse (...) o terceiro ponto que nós resolvemos atacar com grande vigor, no que diz respeito à tática adotada, foi detalhar através de programas e projetos todas aquelas atitudes consideradas como prioritárias para a implantação do Plano Diretor de Curitiba (FORTE NETO, Luiz apud Memória da Curitiba Urbana v. 7, 1990 p. 60).

A principal contribuição do IPPUC com relação às áreas verdes durante a administração Omar Sabbag foi a elaboração do plano de proteção de fundo de vales, mais tarde transformado em decreto, e que se tornou uma importante legislação de proteção de áreas verdes.

Em 1971, época do regime militar, os prefeitos eram escolhidos por indicação do governador; à época Leon Peres governava o Paraná e, como era comum que os prefeitos da capital saíssem fortalecidos politicamente, ele indicou para o cargo de prefeito alguém que não tinha expressão política. Surgiu então a indicação de Jaime Lerner, um técnico que não estava vinculado nem a Arena, nem ao MDB e que no entanto conhecia a cidade.

Jaime Lerner havia acompanhado todo o processo de discussão do Plano Preliminar, participado do Grupo Local de Acompanhamento e presidido o IPPUC. Ao assumir a prefeitura designou pessoas que estavam envolvidas com o plano para ocuparem cargos nas secretarias e departamentos da prefeitura. Criou-se, dessa forma, uma estrutura onde quem planejava, quem executava e quem fiscalizava possuía uma mesma visão, evitando conflitos e viabilizando que as obras do Plano Diretor fossem prontamente executadas (MENEZES, 1996 p. 91).

Ao assumir a prefeitura, Jaime Lerner iniciou uma política de implantação de áreas verdes. Estudos realizados durante o Plano Preliminar indicavam que a cidade possuía uma carência de áreas verdes acima de 30.000 m² e que embora aparentasse ser uma cidade verde, Curitiba possuía um dos menores índices per capita do Brasil, além disso, por estar distante da praia, era necessário criar opções de lazer na cidade:

Curitiba é atualmente a cidade que tem um dos mais baixos índices de área verde 'per capita' do Brasil, em torno de 0,7 m² por habitante (...)Estando situada cerca de 120 Km da praia mais próxima, a cidade necessita de áreas para recreação, onde a população possa praticar esportes aquáticos, manter contato com a natureza, e dedicar-se a um lazer saudável. (Parque Nacional do Iguaçu, 1975 p. 12-3).

O IPPUC e a empresa Serete haviam realizado estudos que identificavam que diversos rios e córregos que atravessavam a área urbana da cidade tinham suas nascentes no próprio município e propuseram que fossem tomadas algumas medidas de proteção destas nascentes, em sua maioria na região norte da cidade.

Inicialmente sugeriu-se medidas de proteção de quatro rios: o Atuba, o Bacacheri, o Belém e o Barigüi, que tinham suas nascentes à montante do centro urbano. Cada um desses rios deveria receber lagos visando funcionar como reguladores de vazão e amortecedores de cheias, dificultando que enchentes chegassem ao Centro da cidade. Ao redor desses lagos seriam implantados parques evitando que suas margens fossem ocupadas e preservando-os da poluição. Dessa sugestão, surgiram os parques Barigüi e São Lourenço, e mais tarde, em 1988, o Parque do Bacacheri; e o quarto parque, que seria o do Atuba, está atualmente em processo de estudo de implantação por parte da prefeitura. Dos quatro lagos sugeridos, três foram propostos

em pontos que a população já utilizava como áreas de lazer como se pode observar nas seguintes citações da Enciclopédia dos Municípios Paranaenses, de 1959:

Tanque do Bacacheri – Está situado no bairro do Bacacheri, a quatro quilômetros do Centro da cidade. Serve de balneário com organização incipiente e rudimentar. O tanque é formado por barragens de dois ou três córregos.

Tanque do São Lourenço – Localizado no bairro de São Lourenço, na estrada da colônia Abranches, a 6 quilômetros do Centro da cidade. Serve de balneário e possui instalações rudimentares e grosseiras.

Tanque do Glasser – Situado a 11 quilômetros da cidade. serve de balneário, contando com instalações rudimentares (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXXI, 1959 p.193).

Quando esses estudos foram realizados, o Tanque do Glasser já havia sido drenado, o Tanque do Bacacheri estava em condições extremamente precárias e com a água poluída e o Tanque do São Lourenço, que havia sido construído para servir de abastecimento de água para um curtume, havia rompido a barragem causando grandes prejuízos à jusante. Fica evidenciado que houve uma tentativa de recuperação de espaços já tradicionalmente utilizados para lazer, mas que haviam se deteriorado.

Segundo o documento de Estudo de Viabilidade Econômica de Saneamento e Urbanização dos Parques Barigüi e São Lourenço, realizado pela empresa Serete, as principais finalidades destes parques seriam:

Preservar áreas passíveis de serem invadidas pela expansão urbana inadequada;
proteger a região contra poluição ambiental;
sanear e recuperar áreas sujeitas a inundações; e
criar fonte de abastecimento de água para a futura zona industrial
(SERETE, 1972 p. II)

Pode-se afirmar, portanto, que os parques surgiram da necessidade de criar mecanismos reguladores das enchentes e da preservação do seu entorno, ou seja, a idéia de implantação de lagos antecedeu a idéia de criação de parques:

Investigando mais a fundo, descobrimos que os primeiros parques de Curitiba (São Lourenço, Barigüi e Iguazu) foram, de fato, verdadeiros laboratórios para a solução dos graves problemas de enchentes que anualmente ocorriam na cidade. Em outras palavras, em seu início, os parques foram simplesmente obras de saneamento e de drenagem! A paisagem que os envolve, ou seja, o fato de as obras de saneamento e de drenagem terem sido emolduradas por obras paisagísticas e de lazer, foi apenas a solução natural encontrada para

preservar os lagos contra os perigos dos loteamentos e ocupações irregulares (OLIVEIRA, 1996 p. 47 e 48).

Os parques Barigüi e São Lourenço foram financiados pelo BNH e, juntamente com o Parque da Barreirinha, foram os primeiros parques a serem implantados após o Passeio Público. Com eles foi introduzida uma metodologia de produção de parques: eram situados às margens de rios que possibilitavam a criação de lagos. Paralelamente ao projeto de implantação, a Fundação Cultural de Curitiba realizava um projeto de animação destes parques. Dessa forma o São Lourenço recebeu um Centro de Criatividades, o Barigüi um Centro de Exposições e o Barreirinha uma biblioteca.

Em 1974, visando criar um cadastro de Áreas de Preservação Permanente, foi realizado um mapeamento das áreas verdes da cidade que possibilitou criar espaços de preservação que serviriam futuramente para implantação de praças, bosques e parques, essa política de preservação de áreas com matas nativas possibilita uma redução de custos na implantação de novos espaços públicos de lazer, pois, como já são áreas preservadas, quando ocorre a desapropriação, não há benfeitorias a serem indenizadas e possibilita que a cidade cresça de forma que as novas áreas urbanizadas já possuam reservas de áreas verdes.

Durante o período da primeira administração do prefeito Jaime Lerner, o verde teve um importante destaque, pois foram realizadas políticas de arborização viária, legislações de proteção ambiental, criação de parques e outras ações na área ambiental que possibilitaram que Curitiba saltasse, segundo os índices divulgados, de 0,7 m² de área verde por habitante na década de 1960 para 16 m²/hab em 1974 (MENEZES, 1996, p.102).

Em 1975, durante a gestão do prefeito Saul Raiz, foram realizados estudos que resultaram em uma nova lei de zoneamento. Essa lei instituiu os Setores Especiais de Preservação de Fundos de Vale, que proibiu edificações em áreas de fundo de vale e exigiu a preservação da vegetação no entorno dessas áreas.

Enquadrando-se dentro desse plano municipal de preservação de fundos de vale e visando proteger a área marginal ao Rio Iguaçu a sudeste da cidade, o Parque Regional do Iguaçu começou a ser implantado em 1976.

Os estudos sobre a implantação do parque do Iguaçu já haviam começado durante a elaboração do Plano Preliminar que classificava a área à leste da BR-116 como desaconselhável para ocupação urbana, pois era uma área sujeita a freqüentes inundações. Em maio de 1973 a empresa Serete em parceria com o IPPUC realizou a Minuta Preliminar do Plano Diretor do Parque do Iguaçu; nesse estudo é citado que as regiões sul e sudeste começam a apresentar um elevado índice de crescimento principalmente por serem regiões periféricas localizadas em planícies alagáveis de baixo valor imobiliário e, portanto, mais acessíveis à população de baixa renda, e embora Curitiba já tivesse criado uma legislação visando impedir a proliferação desordenada dos loteamentos populares, os municípios vizinhos ainda não tinham limitações o que acarretou numa rápida urbanização das áreas contíguas a Curitiba, como nas divisas de São José dos Pinhais.

Era necessário criar mecanismos que impedissem que a expansão urbana acarretasse na conurbação de Curitiba com São José dos Pinhais e na ocupação da planície do Rio Iguaçu. Sugeriu-se, dessa forma, a criação do Parque Regional do Iguaçu (ver mapa 03), pois a área do parque não tinha um grande adensamento e o valor das terras ainda eram baixos, o que possibilitaria a desapropriação a um custo reduzido como se pode notar na citação do documento do IPPUC, Parque Regional do Iguaçu:

Dada ainda a insalubridade da área devido às periódicas inundações, o seu valor imobiliário é muito baixo sendo pouquíssimos os loteamentos existentes. Esta situação favorece sobremaneira a desapropriação da área pois além de seu baixo valor, praticamente não existem benfeitorias a serem indenizadas (IPPUC, 1975 p. 16)

Para amenizar os custos de implantação do parque o IPPUC fez algumas sugestões:

1. As explorações de argila e dos depósitos de areia deveriam ser arrendadas a terceiros, estas extrações ajudariam também na criação de lagoas de oxidação para o tratamento do efluente da estação depuradora de esgotos que foi instalada na área, e ajudariam na contenção de enchentes, pois a água encontraria nas cavas um depósito natural.
2. Seriam criados pomares públicos onde seriam plantados diversos tipos de árvores frutíferas e a população pagaria uma taxa de acesso que permitiria o consumo

de frutas no pé. Este projeto chegou a ser implantado, no entanto foi desativado em 1990, pois estava com a produção decadente, era alvo constante de vandalismos dos visitantes e era freqüentemente roubado pela população local. Atualmente a área que era destinada aos pomares está reservada para acantonamento, onde crianças das escolas públicas têm aulas de educação ambiental.

3. Outra sugestão para arrecadar dinheiro foi o arrendamento de áreas para a implantação de clubes de campo. Também chegou a ser implantado e, durante alguns anos, funcionou no interior do Iguaçu o Parque Aquático e Vila Olímpica de Curitiba (PAVOC), um clube de campo pago; atualmente as antigas instalações do PAVOC estão sendo reformadas para abrigar a academia da polícia florestal.

4. No projeto inicial foram previstas a implantação de hotel, albergue da juventude, área de camping, centro de convenções, pavilhão de exposições e outras atividades afins. Essas obras jamais chegaram a ser implantadas, no entanto existe um pedido de alvará em andamento na prefeitura feito pela Construtora Irmãos Mehl e pelo arquiteto Zanon para a construção de um complexo turístico; logo ao término do viaduto da avenida das Torres existe uma placa de obra do empreendimento, no entanto o projeto vem sofrendo vetos por parte da prefeitura.

5. E, finalmente, foi sugerida a busca de recursos nas esferas estadual e federal. E conforme podemos verificar na citação da então prefeito Saul Raiz, esses recursos foram alocados com facilidade.

Para a execução global dos projetos a prefeitura já dispõe de 87 milhões de recursos, obtidos com o Fundo Nacional de Desenvolvimento (35 milhões) e BNH (52 milhões). “Tivemos facilidade na alocação dos recursos – acrescenta o prefeito Saul Raiz – na medida em que conseguimos demonstrar ao governo federal que a obra, apesar de voltada para o lazer, deve ser enquadrada perfeitamente em saneamento básico”. Explica que o que se fez na verdade foi desocupar uma área as margens de um rio e reservá-lo para o controle de enchentes: “o lago a ser implantado funcionará como uma espécie de diafragma, absorvendo o excesso das vazões dos córregos, que vêm de Curitiba e deságuam no Iguaçu, e se esvaziam nos períodos de fluxo normal das águas” (Correio de Notícias, 28/08/1977).

O Parque do Iguaçu tinha um caráter eminentemente sanitaria, sua implantação se justificava porque ele funcionaria como amenizador de enchentes; poderia ser criada uma estação para captar os detritos do Rio Belém e serviria ainda para evitar a cornubação dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais.

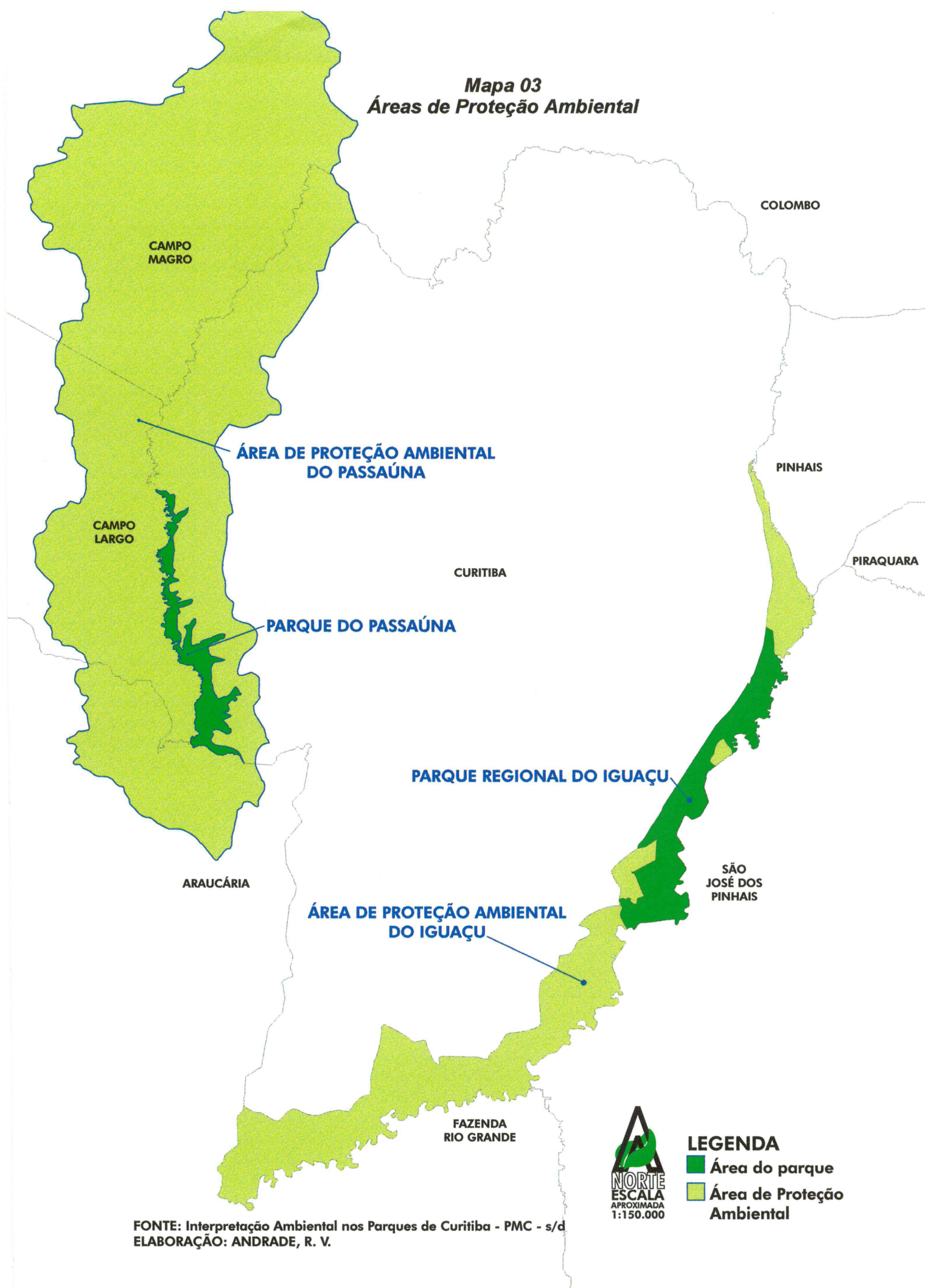
As consequências das inundações nas várzeas do Iguaçu não assumiram, até o momento, maiores proporções, graças à existência de atividades extrativas de areia e argila, cujas escavações estão colaborando, acidentalmente, na contenção das vazões de enchentes... O Parque Iguaçu destina-se a ser uma área de lazer de atendimento metropolitano, tendo também o objetivo de proteger o Rio Iguaçu e evitar as cornubações de Curitiba com municípios vizinhos já parcialmente ocupados. Porém, como o parque se situa a jusante da bacia hidrográfica, onde se situa Curitiba, ele é o receptáculo natural de todos os detritos lançados nos afluentes (Plano de Ação e Preservação dos Fundos e Vale, PMC/IPPUC, 1975 p. 9 e 12).

Um dos principais afluentes neste trecho do Iguaçu é o Rio Belém que corta a região norte da cidade, passando pelos parques São Lourenço, Bosque João Paulo II e Passeio Público, no entanto ao chegar ao Rio Iguaçu, o Belém já acumula um elevado índice de poluição. Visando amenizar a carga poluidora no Rio Iguaçu foi implantada uma estação de tratamento de esgoto (ETA) um pouco antes de o Rio Belém desaguar no Iguaçu.

Na elaboração do projeto, o Parque Iguaçu foi dividido em sete setores: esportivo, náutico, pesqueiro, zoológico, santuário ecológico, pomares públicos e bosques naturais, sendo que a parte norte ficou destinada para o setor esportivo e a sul foi transformada numa grande reserva biológica.

No setor esportivo, no extremo norte do Parque, encontra-se o Parque do Peladeiro que consiste em um estádio de beisebol e em várias canchas de futebol; é atualmente bastante utilizado, no entanto a maior parte das pessoas não associam o parque do Peladeiro com o Parque Iguaçu. O setor náutico se caracteriza por um grande lago e praticamente nenhuma infra-estrutura, reduzido a apenas uma escola de canoagem e a uma lanchonete desativada. Em função da sua proximidade com a ETE, o setor náutico possui um odor desagradável e chegou a ser interditado em outubro de 1983 pelo elevado índice de poluição de suas águas; em função da poluição, também foi desativada a prainha que havia naquela área. O setor pesqueiro, que havia sido idealizado para suprir de peixes a região próxima ao parque, não obteve sucesso e a pescaria se dá de forma desorganizada por toda a extensão do parque. O zoológico é o setor mais ativo e visitado do parque. Os pomares públicos foram desativados em função do roubo e do vandalismo e em seu lugar foi criado um espaço para acantonamento destinado à educação ambiental das crianças das escolas públicas e, finalmente o setor de bosques naturais mantém uma área preservada.

Mapa 03
Áreas de Proteção Ambiental



Quando foi idealizado, o Parque do Iguaçu era considerado pela imprensa o “Pulmão Verde” de Curitiba; é nítida a diferenciação de uso do Parque Iguaçu com relação aos demais, é um parque com poucos equipamentos e uma grande área, fica claro que seu objetivo principal não é o lazer. Trata-se de um parque de caráter preservacionista, com uma grande área preservada de bosques naturais e acesso restrito a alguns setores.

Seus objetivos eram: evitar a ocupação de uma área imprópria à habitação, evitar a cornubação de Curitiba com São José dos Pinhais, amenizar o impacto das enchentes, preservar as nascentes do Rio Iguaçu, criar uma opção de lazer de porte metropolitano, preservar a vegetação nativa e aumentar os índices de área verde no município.

O Plano Preliminar definia que Curitiba devia ter a escala do homem, ao contrário de Brasília que tinha a escala do automóvel; em função disso dever-se-ia privilegiar o transporte coletivo e a pedestrização em detrimento do automóvel. Dessa forma, surge em 1978, o projeto de ciclovias que visava reduzir a poluição gerada por automóveis, criar uma alternativa barata de transporte, servir de opção de lazer e proteger áreas passíveis de ocupação e degradação ambiental às margens de rios, córregos e da ferrovia. Atualmente a maior parte dos parques da cidade se encontra interligada pela ciclovia.

O Bosque João Paulo II, onde se encontra o Memorial da Imigração Polonesa, criado em dezembro de 1980, foi o precursor de uma série de bosques, parques, praças e memoriais visando homenagear as várias etnias que se estabeleceram em Curitiba. O bosque foi implantado em uma área remanescente de uma antiga chácara pertencente a Julio Garmatter (SMMA, s/d), no bairro do Centro Cívico. Foi idealizado durante a visita do Papa João Paulo II a Curitiba e em seu interior foram colocadas casas de troncos construídas pelos imigrantes poloneses por volta de 1883 (PMC, s/d).

A visita de um Papa polonês a Curitiba despertou o orgulho dos descendentes poloneses e a prefeitura aproveitou esse momento para a criação de um memorial demonstrando que Curitiba se orgulhava de ser a mescla de várias etnias, entre elas a polonesa, e que por sua vez esses descendentes deviam se orgulhar em morar em uma cidade que eles ajudaram a construir e que os respeitava. Para demonstrar a importância da colonização polonesa, e fazer com que seus descendentes se identifi-

cassem com a cidade de Curitiba, foram trazidas para o bosque casas que foram realmente habitadas pelos imigrantes poloneses que se instalaram nas colônias Thomaz Coelho, no vale do Rio Passaúna; e colônia Muricy, em São José dos Pinhais. O objetivo era despertar um sentimento de orgulho entre os imigrantes, fazê-los sentir que aqui era a sua nova morada. Na entrada do parque foi feito o Portal Polonês, numa clara alusão à territorialidade de que ali é um espaço polonês, assim como o Portal Italiano de Santa Felicidade e o Portal Alemão do Bosque de mesmo nome.

Também em 1980 foi entregue à população o Bosque do Capão da Imbuia. Essa área já existia na década de 1960 como o Horto do Matadouro, e em 1969 foi cedida à Secretaria de Estado da Agricultura para a implantação de um jardim botânico. Em 1980 retornou à jurisdição municipal com a criação do Museu de História Natural de Curitiba.

Esses dois bosques, embora posteriores ao bosque da Boa Vista, foram os que deram origem a um novo modelo de criação de áreas verdes públicas em Curitiba. Os bosques da cidade possuem uma área inferior a 80.000 m² e, excetuando-se o Bosque do Trabalhador, possuem uma pequena infra-estrutura sendo maior parte de sua área ocupada por remanescentes vegetais geralmente de áreas cadastradas. Os parques possuem uma recreação notadamente mais ativa e a área construída em seu interior geralmente é de maior porte (mirantes, centro de eventos, centro de criatividade, canchas esportivas, pistas de rolimã, restaurantes, teatros e estufas), enquanto os bosques são mais indicados para recreação passiva, geralmente possuem uma área construída de menor vulto e o elemento mais freqüente são trilhas no meio da vegetação; é comum a criação de bosques no intuito de homenagear etnias, são exemplos o Bosque Polonês, o Bosque Alemão, o Bosque Italiano e o Bosque de Portugal.

Até o ano 2.000 não havia uma legislação específica diferenciando bosques de parques ou classificando suas características, dessa forma foram denominados de bosques áreas bem distintas como o Bosque da Boa Vista (Bosque Martin Lutero) com 11.682 m² e o Bosque do Trabalhador com 192.015 m², ou seja, 16,4 vezes maior que o primeiro. Pela atual legislação, conforme visto no capítulo 01, os bosques devem possuir uma área inferior a 10 ha (100.000 m²), portanto o Bosque do Trabalhador não se enquadraria nesta lei. Na legislação aparecem três tipos de bosques: nativos relevantes, que são áreas particulares que apresentam matas nativas de interesse

de preservação; de conservação, áreas de propriedade do município destinadas à proteção dos recursos naturais; e bosques de lazer, que são áreas de propriedade do município, destinadas à proteção de recursos naturais com predominância de uso público ou lazer (CURITIBA. Lei nº 9.804/00 Art. 3º),

Essa confusão entre a denominação de parque ou bosque apareceu com frequência na implantação do Bosque Gutierrez, que na maioria das publicações e jornais da época aparecia com o nome de Parque Gutierrez. O bosque surgiu de uma área de mata nativa com fontes de água mineral remanescente da Chácara do Pirata Zulmiro. Era comum que a população vizinha à área fosse até o bosque para se abastecer de água nas fontes minerais que havia ali, o que transformou o local em um espaço de encontros sociais. Em 1986 a população local fez um abaixo assinado solicitando que a área fosse desapropriada declarando-a de utilidade pública. Em 11 de setembro do mesmo ano, o prefeito Roberto Requião assinou o decreto nº 529 declarando de utilidade pública para fins de desapropriação a área do Bosque Gutierrez de propriedade de diversas pessoas. Embora a área tenha sido desapropriada ainda em 1986, não recebeu melhoramentos até 1989 quando o então prefeito Jaime Lerner resolveu implantar na área o Memorial Chico Mendes (SMMA, s/d; GAZETA DO POVO, 12/09/1986).

Na implantação desse bosque é possível observar certos padrões já adotados nos anteriores: o bosque tinha um caráter predominantemente preservacionista, deveria preservar a mata nativa e as fontes de água mineral existentes no local; a área do bosque era remanescente de uma antiga chácara, a do Pirata Zulmiro; e foi aproveitado para homenagear o seringalista Chico Mendes que havia sido morto em 23 de dezembro de 1988.

No entanto aparecem na implantação deste bosque dois elementos que merecem atenção: o bosque surgiu de uma reivindicação popular por meio de abaixo assinado e não por intermédio de estudos do IPPUC; quando foi implantado em 1986 pelo prefeito Roberto Requião a finalidade principal do bosque era a preservação, no entanto com a inauguração do Memorial Chico Mendes a administração Lerner embute no bosque elementos simbólicos (Casa do Seringueiro, Escola Amazônica, Pavilhão da Educação Ambiental) dando ao bosque um caráter de maior uso e transformando-o em um memorial.

Percebe-se, nesse exemplo, duas posturas diferenciadas de administração pública: “os dois prefeitos peemedebistas [Fruet e Requião] procuraram direcionar suas ações de governo para o atendimento às reivindicações populares” (MENEZES, 1996 p. 121), dessa forma o parque surge de um apelo da sociedade e não do instituto de planejamento que havia planejado os parques e bosques da administração do prefeito Jaime Lerner, que quando implanta o Memorial Chico Mendes impõe a sua marca ao local dotando-o de elementos arquitetônicos de forte teor simbólico.

O segundo parque implantado durante as administrações do PMDB, foi o Parque Iberê de Matos, também conhecido como Parque Bacacheri. Embora tenha sido um dos primeiros parques propostos pelo IPPUC, já aparecem citações de um parque na área no estudos preliminares do plano diretor, sua implantação só se deu em 5 de novembro de 1988. A área do parque já era um reduto tradicional de lazer desde a década de 1920; o Tanque do Bacacheri, como era conhecido, era utilizado pela população como balneário, para nautimodelismo e para passeios de barco. No entanto, com o crescimento da cidade o imóvel foi se valorizando e com o assoreamento do tanque e o esgotamento do lago em meados da década de 1970 houve o parcelamento da área. Este parcelamento fez com que o prefeito Maurício Fruet ao desapropriar a área encontrasse maiores dificuldades, pois não houve consenso quanto às indenizações por parte de todos os proprietários. Além disso, a área possuía um condomínio horizontal e uma chácara com várias benfeitorias; a desapropriação dessas áreas seria muito onerosa para a prefeitura, que acumulava uma grande dívida proveniente das gestões anteriores:

É conhecida a carência de recursos do município, devido ao sistema tributário vigente de um lado e, de outro, a triste realidade sócio-econômica que tornam minguados os recursos disponíveis. A administração do prefeito Maurício Fruet, segundo o diretor do Departamento de Coordenação Geral (DCG), Jacinto Torres, “herdou uma dívida verdadeiramente astronômica em proporção aos recursos carreáveis”. (GAZETA DO POVO, 20/10/1985).

Uma das alternativas propostas para a desapropriação da área era a transferência de potencial construtivo para os proprietários, que poderiam então fazer prédios de até doze pavimentos em uma área onde o limite legal era apenas dois pavimentos. No entanto as desapropriações na área causaram grandes polêmicas na câmara de vereadores da época, onde o então vereador e posteriormente prefeito de Curitiba Ra-

fael Greca de Macedo alegava que a prefeitura estaria pagando uma dupla indenização e criando um parque de acesso restrito aos enormes edifícios que seriam ali construídos. Essa polêmica fez com que o parque só pudesse ser implantado definitivamente na gestão posterior:

Agora começa a votação do projeto que poderá ir a aprovação na próxima semana se forem superados alguns obstáculos, como o interposto pelo vereador Rafael Greca, juntamente com toda a bancada do PDT e até mesmo vereador do PMDB, que solicitaram melhores esclarecimentos sobre aquela obra... Naquele local a cota máxima para construção é de dois andares, no entanto, para os terrenos a serem atingidos, essa cota seria alterada no "potencial construtivo" para até 12 pavimentos... Segundo o vereador Rafael Greca, essa permissão para 12 pavimentos vai permitir uma área construída de 120 mil metros quadrados, para uma área preservada de 23 mil metros quadrados. Ou seja, o futuro parque, ao invés de uma área de lazer público não vai passar de miolo de um condomínio fechado, cercada por uma barreira de edifícios de 12 andares numa área onde só se pode construir dois andares por ser uma ZR-2 (GAZETA DO POVO, 16/12/1985).

Em abril de 1986, durante a administração de Roberto Requião, o IPPUC elaborou o documento intitulado "Parque Bacacheri: Diagnóstico, Alternativas, Pré-Zoneamento". Neste documento o IPPUC declarou que a criação do parque "justifica-se não só pela oferta de áreas públicas de lazer à população da região, mas também pela importância desse parque na construção de um sistema de áreas verdes". Nesse documento são enumerados cinco motivos principais para a criação do parque:

1. O parque se localiza entre duas concentrações de atividades comerciais e de serviços, a Av. Pref. Erasto Gaertner e Av. Paraná e, portanto, poderia se tornar um elemento estruturante de um sub-centro no Bacacheri, pois era uma das grandes críticas das gestões do PMDB que as administrações do prefeito Jaime Lerner priorizavam o Centro da cidade em detrimento dos bairros e, em função disto, uma das prioridades das administrações dos prefeitos Maurício Fruet e Roberto Requião era a criação de subcentros dentro de Curitiba por meio da descentralização de serviços e equipamentos.

2. O parque se encontrava próximo à estrutural norte e se suponha, na época, que a área fosse presenciar um rápido adensamento e, em função disto, era necessário criar reservas de áreas verdes enquanto elas ainda existiam "de modo a garantir um nível de qualidade ambiental satisfatório, evitando-se o que ocorreu em outras partes da cidade, notadamente no sul" (IPPUC, 1986).

3. A bacia do Rio Bacacheri à montante do parque se encontrava ainda pouco ocupada, no entanto se supunha uma rápida ocupação desta área que acarretaria em um grande decréscimo na capacidade de absorção das águas pelo solo, aumentando dessa forma o volume de água que escoaria direto para o leito do rio, acarretando em enchentes na região. Em função disto o IPPUC sugeria que o parque fosse criado como um mecanismo regulador da vazão do rio, objetivando assim a amenização das enchentes.

4. As faixas de fundo de vale na bacia do Bacacheri ainda estavam em bom estado de preservação e pouco ocupadas, isto possibilitaria a criação de parques lineares que poderiam ter como ponto de convergência o Parque do Bacacheri.

5. E o quinto motivo alegado pelo IPPUC para a construção do Parque Bacacheri seria a criação de um parque setorial (raio de abrangência de 1,5 km), que atenderia a uma população de cerca de 33 mil pessoas na época, o que equivaleria a uma média entre 7,6 e 9,6 m² de área verde por habitante na área. Tiveram grande peso nestes cálculos as populações de conjuntos habitacionais como o Conjunto Solar, com 2.500 residências, o conjunto Leônis e o conjunto Vênus.

Neste documento, elaborado pelo IPPUC, aparece nas entrelinhas um importante elemento para a compreensão da carência de áreas verdes ao sul: “Em função disso, é fundamental a imediata reserva da área para o parque, enquanto ainda existe disponibilidade de áreas verdes livres, de modo a garantir um nível de qualidade ambiental satisfatório, evitando-se o que ocorreu em outras partes da cidade, notadamente no sul” (IPPUC, 1986. p. 6).

Na citação acima, o IPPUC reconhece a carência de áreas verdes ao sul e dá as origens desta carência: a ausência de reservas de áreas verdes que evitassem que o adensamento ocupasse toda a área disponível com edificações. Ora, se ao norte o processo de ocupação se deu de forma gradativa baseada em chácaras e fazendas das colônias de imigrantes europeus que eram aos poucos parceladas, permitindo assim a sobrevivência de áreas verdes mesmo depois da ocupação, ao sul, pelo contrário, a ocupação se deu rapidamente pela migração de pessoas de pouco poder aquisitivo que se estabeleciam nas áreas de menor valor imobiliário, notadamente nas regiões alagáveis do sul e à leste da BR-116 em terrenos de pequenas proporções. Como o Plano Preliminar não aconselhava a ocupação desta área, não havia necessidade

de criar reservas de áreas verdes, no entanto, contrariando o plano, a ocupação se deu de forma rápida, fazendo com que o custo de implantação de áreas verdes se torne hoje muito mais elevado e menos eficaz, pois seria necessário desapropriar áreas com benfeitorias e elaborar um plano de reintrodução de espécies vegetais.

Ainda em 1986, considerando-se essa carência de áreas verdes no sudeste da cidade, foi elaborado pelo IPPUC o “Diagnóstico e Alternativas para o Bosque Tapajós”. O Bosque Tapajós era um dos últimos remanescentes verdes da região sudeste da cidade, em face disso o IPPUC sugeriu ao prefeito Roberto Requião que desapropriasse a área para a implantação de um bosque público. Nesse documento do IPPUC aparece nitidamente a carência de áreas verdes na região sudeste de Curitiba.

A importância da preservação desse bosque no contexto da cidade fica ressaltada ao se considerar os seguintes aspectos:

- a) O bosque está situado na divisa dos bairros do Boqueirão, Hauer e Xaxim, que compõem um dos setores da cidade cujo crescimento populacional nas últimas décadas foi dos mais expressivos.
- b) Existe absoluta carência de equipamentos de lazer de porte regional em toda a área situada a leste da BR-116. Dos 5 parques existentes na cidade, 4 estão localizados na região norte e somente o Parque Iguaçu se situa a sul, mas está ainda parcialmente implantado.
- c) Quase não existem exemplares significativos de bosques nativos em toda a faixa urbanizada a leste da BR-116, do Bairro Alto ao Pinheirinho, sendo o Bosque Tapajós um dos últimos agrupamentos significativos de mata de Araucária em toda aquela região (Diagnóstico e Alternativas para o Bosque Tapajós, IPPUC, 1986 p. 2).

No texto aparece também a citação de que “essa área não é abrangida por nenhum tipo de atendimento vicinal, setorial ou regional” sendo que a área verde de porte setorial mais próxima dali era o eixo de animação Wenceslau Braz, que além de distante era de difícil acesso em função da BR-116.

O Bosque Reinhard Maack é de grande importância por ser o único bosque a sudeste da BR-116, além do Parque Iguaçu. Em função desta carência de áreas verdes na região a sudeste da BR-116, a prefeitura vem realizando estudos para a implantação de algumas áreas verdes de domínio público.

Embora tenha tido os estudos e a desapropriação durante o governo do prefeito Roberto Requião, o Bosque Reinhard Maack só foi inaugurado em 4 de novembro de 1989 durante a administração do prefeito Jaime Lerner.

Outra idéia que teve início durante a administração do prefeito Roberto Requião foi a implantação de um grande parque linear que teria seu início na divisa com o município de Araucária e iria até o bairro da Barreirinha. Esse parque teve apenas um pequeno trecho implantado e é considerado pela SMMA apenas uma praça, no entanto a idéia de um parque linear perdura até os momentos atuais onde se tem a idéia de interligar os parques Tingüi, Tanguá e Barigüi.

O prefeito Roberto Requião entregou ontem pela manhã o primeiro módulo do Parque Linear de Curitiba, localizado no Portão (...) A primeira solenidade presidida por Requião foi a inauguração do módulo do Parque Linear, numa extensão de 400 m por 30 de largura, a partir da Avenida República Argentina até a Rua João Tobias Pinto, ocupando o antigo leito da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal. Esta é a primeira de uma série de obras que serão implantadas ao longo de quase 20 quilômetros, desde a divisa com o município de Araucária até o bairro da Barreirinha. Será um imenso bosque que atravessará de Norte a Sul a cidade de Curitiba, não havendo similar em todo país. (...) Roberto Requião afirmou que Curitiba cada vez mais deve ser uma cidade em que os técnicos se subordinem à vontade do povo. "Estamos construindo uma cidade, não com obras monumentais, mas, com pequenas obras em todas as partes" – disse (GAZETA DO POVO, 28/03/1987).

Nessa declaração o prefeito Roberto Requião parecia estar antevendo que as próximas administrações seriam marcadas por monumentais obras emblemáticas.

2.3 O processo de produção de parques e bosques públicos em um período de promoção do City Marketing

Em janeiro de 1989, o prefeito Jaime Lerner inicia o seu terceiro mandato, desta vez por eleições diretas. A Constituição havia sido promulgada em 1988 e descentralizava verbas do governo federal para os municípios. Dessa forma, Curitiba aumentou os seus recursos de forma significativa e possibilitou que fossem criadas obras de maior porte. Começaram a surgir em Curitiba construções simbólicas e com uma rapidez impressionante, "é como se cada inovação urbana fosse um novo produto lançado ao mercado consumidor" (GARCIA, 1997 p. 58), esses produtos encontraram nos parques e bosques um eficiente meio de se materializarem.

Se no início do plano de urbanização de Curitiba os parques e bosques públicos tinham, principalmente, um papel estrutural visando a contenção de enchentes e a não ocupação das áreas de fundo de vale, a partir da década de 90, com a criação de parques temáticos, tais como, o Ópera de Arame, a Universidade Livre do Meio Ambiente e o Roteiro das Etnias (Bosque Alemão/Bosque Italiano/etc), a função estrutural passou a ser subordinada à imagem mitificadora da cidade: “Uma ênfase na forma mais que na função, uma ênfase nos projetos urbanos pontuais mais que nos planos gerais, buscando melhorar a imagem urbana mediante a criação de novos espaços ou através da revitalização de espaços antigos” (GARCIA, 1.998 p. 33).

Dentro desse processo de promoção urbana do city marketing de Curitiba, percebe-se que a exploração da imagem de qualidade de vida da cidade está diretamente ligada às questões ecológicas. Durante esse período a prefeitura passa a explorar exaustivamente, em todos os meios de comunicação, a sua qualidade como cidade brasileira com maior índice de área verde e associa, a todo instante, a qualidade de vida da cidade com a preocupação ecológica da prefeitura.

Ao se comparar os parques Barigüi e São Lourenço, espaços da década de 70, com o Ópera de Arame e Jardim Botânico, produtos dos anos 90, verifica-se facilmente que estes últimos trazem consigo fortes elementos emblemáticos. Enquanto aqueles tinham função estrutural; amenização dos impactos das enchentes, estes têm função mitificadora, associação de imagens com elementos arquitetônicos das cidades de primeiro mundo.

Já na década dos 90 observamos que as transformações urbanas deixam de ser estruturais e passam a ser mais fragmentadas, centradas em obras urbanísticas de construção de parques temáticos, novos centros culturais e áreas de ócio como o ‘Memorial da Cidade’ ou a ‘Ópera de Arame’, ruas de serviço chamadas de ‘Ruas da Cidadania’, bibliotecas de bairro chamadas ‘Faróis do Saber’, o Jardim Botânico, a ‘Universidade do Meio Ambiente’, a ‘Rua 24 Horas’, entre as obras mais emblemáticas do período e com maior presença na nova imagem da cidade (GARCIA, 1998 p. 32).

Dessa forma, o Jardim Botânico deveria lembrar os antigos palácios de cristal ingleses e o Ópera de Arame deveria ser uma reinterpretação do teatro Ópera de Paris.

O Parque das Pedreiras foi construído em uma antiga pedreira desativada; é composto pelo Espaço Cultural Paulo Leminski onde cabem cerca de 10 mil pessoas

em pé e pelo teatro Ópera de Arame com capacidade para 2,4 mil pessoas. A primazia da imagem sobre a função fica evidenciada ao se perceber que embora seja um teatro de grande capacidade, ele apresenta sérios problemas acústicos e térmicos, sem mencionar a falta de conforto, como pode ser observado em GARCIA (1997, p.62), “assim, problemas graves de uso do espaço – nesse caso acústicos e térmicos – são anulados pelo impacto avassalador da imagem”. O caráter emblemático da obra aparece nos próprios documentos da prefeitura, que cita em seu panfleto Parque das Pedreiras: “São dois espaços culturais, é uma obra emblemática que entoa um poema ao talento. Aqui a natureza e o homem fazem divina parceria” (SMMA, s/d).

No mesmo período, com uma força emblemática ainda mais forte, surge o Jardim Botânico. Novamente aparece a primazia da forma sobre a função (GARCIA, 1997); a estufa tinha por objetivo maior funcionar como uma grande luminária e foram deixados de lado importantes aspectos de climatização deixando a estufa deficiente:

No centro do terreno, a Prefeitura construiu, com o apoio de O Boticário, uma estufa de 500 metros quadrados, inspirada nos palácios de cristal ingleses. Edificado em ferro e vidro, este espaço fechado abriga amostras da flora brasileira e vai funcionar durante a noite, como uma grande luminária de desenho contemporâneo, lembrando as construções européias do início do século (...) O Jardim Botânico possui, ainda, um belo jardim, no estilo francês. Em forma triangular é composto por desenhos geométricos que foram implantados para ser o cartão de visitas do local (Jornal Indústria e Comércio, 04/10/1991).

A intenção de associar a cidade de Curitiba como detentora da qualidade de vida similar ao da Europa fica evidenciado no pastiche de uma construção britânica em um jardim francês; Curitiba passa a ter além de uma proporção de áreas verdes por habitante superior ao recomendado pelos padrões europeus, (é explorado exaustivamente uma suposta recomendação da ONU de 16m²/hab, que atualmente a própria prefeitura admite não existir), referências arquitetônicas européias, possibilitando que a sua propagada população branca descendente de europeus encontre referências de um mundo não vivido, mas que os qualifiquem como cidadãos detentores de uma cultura superior e diferenciada do restante do Brasil.

A construção da estufa foi financiada pela empresa O Boticário. Percebe-se aqui uma evolução de algo que ocorre desde a criação do Passeio Público, e que se exacerba na implantação do Parque Tingüi: a parceria entre a iniciativa privada e a prefeitura. No episódio do Passeio Público, Francisco Fasce Fontana colabora para a

sua criação, valorizando dessa forma a sua propriedade, outrora ao lado de uma área pantanosa e depois ao lado de um dos locais mais visitados da cidade. No episódio do Parque do Iguaçu, a prefeitura arrenda áreas do parque para extração de areia e implantação de clubes e no Jardim Botânico se associa à empresa O Boticário permitindo que ela explore a imagem de uma empresa ecologicamente correta doando a estufa a Curitiba:

Mais que uma empresa, O Boticário é a figura de um empresário preocupado com a preservação com o meio ambiente. E foi assim que a empresa entrou na história de uma obra dedicada exclusivamente ao verde: assumiu a construção da estufa que abrigará imensa variedade de espécies vegetais. São 500 metros quadrados de ferro e vidro com avançado sistema de climatização. À noite funcionará como uma bela luminária (O Estado do Paraná, 06/10/1991).

Embora a mídia explore à exaustão a imagem de que o curitibano é uma população com consciência ecológica, logo após a sua implantação o Jardim Botânico começa a ser alvo constante de depredação:

Duas semanas depois de inaugurado, o Jardim Botânico de Curitiba, já mostra sinais de depredação. Placas de vidro quebradas, flores e gramas pisoteadas e arrancadas dos canteiros, luminárias destruídas. Provas claras de que, apesar das campanhas, a educação ecológica em Curitiba não difere de outras cidades. O vandalismo no Jardim Botânico surpreende até mesmo a Prefeitura e os guardas-verdes (...) "Não esperávamos tanta falta de consciência", indigna-se o superintendente de controle ambiental (...) "A idéia inicial era que o Jardim Botânico fosse um espaço livre, sem tantos muros nem tantos guardas, mas já percebemos que isto é impossível" (O Estado do Paraná, 18/10/1991).

Em função do vandalismo realizado na área a prefeitura cercou todo o Jardim Botânico e iniciou uma intensa campanha de conscientização na favela próxima ao parque; as crianças da favela eram levadas ao Horto do Guabirotuba para terem aulas de jardinagem e depois, nas aulas práticas, replantavam as flores destruídas no Jardim Botânico.

A proximidade do Jardim Botânico com a favela "Vila das Torres" criou um conflito de imagem na região; o bairro do Capanema, tão associado à pobreza em função da favela, passava a ter um ícone burguês com elementos simbólicos do primeiro mundo. Na tentativa de melhorar a imagem do bairro e aproveitando a criação do Jardim Botânico, é lançada a idéia de um plebiscito para a mudança de nome do bairro:

Mas a exemplo do bairro carioca Jardim Botânico, situado numa das melhores regiões do Rio de Janeiro, sede do Jardim Botânico da Cidade, do Jockey Club e da Rede Globo, serve de efeito psicológico para que muitos moradores sejam favoráveis a mudança de nome. Inconscientemente, o novo nome trás em si um ar de “status”, de “high-society”, de elite. O sonho de viver num bairro nobre, pelo menos no nome, faz com que muitos moradores apoiem e briguem pela mudança. (GAZETA DO POVO, 15/03/1992).

Na época ocorreram boatos de que poderia ser criado um novo bairro, ficando a área próxima ao parque como bairro Jardim Botânico e a parte onde se encontrava a favela continuaria com o mesmo nome, bairro Capanema. Outro boato diz que o nome do bairro influenciaria no zoneamento da área, caso a população optasse pelo nome de Jardim Botânico o bairro continuaria residencial, caso permanecesse o nome de Capanema seria possível à construção de edifícios. Independente dos boatos, oito anos depois, na nova Lei de Zoneamento e Uso de Solo a área da favela próxima a Av. das Torres mudou de zoneamento, permitindo agora a edificação de vários pavimentos:

Boato ou pressão psicológica, corre entre o pessoal a informação de que caso o bairro permaneça com o nome Capanema a lei de zoneamento da cidade será alterada e a região se transformará numa “selva de pedra”, com muitos edifícios altos. Se o nome mudar para Jardim Botânico, contudo, a área permanecerá essencialmente residencial. (...) Uns falam que o Jardim Botânico compreenderá apenas parte do Capanema, que seria dividido pela Av. do Centenário. A parte “feia” do bairro, que possui uma favela, permaneceria Capanema (GAZETA DO POVO, 15/03/1992).

O plebiscito foi realizado entre os proprietários de terrenos na região, morassem ali ou não, na primeira contagem registrou-se 126 votos favoráveis à manutenção do nome do bairro e 862 votos a favor da mudança. Havia 2.500 proprietários, como não se atingiu o número mínimo legal a votação teve uma espécie de segundo turno onde o IPPUC contactou os proprietários que ainda não haviam votado. Essa participação inferior a 40% em um primeiro momento reforça a informação dos jornais da época de que a maior parte da população estava indiferente ao processo decisório de mudança, demonstrando mais uma vez a apatia e complacência da maioria da população curitibana diante das mudanças realizadas pela prefeitura.

Visando minimizar os problemas de abastecimento de água de parte da Região Metropolitana de Curitiba, foi criada, pela esfera estadual, a Área de Proteção Ambiental do Passaúna, englobando parte dos municípios de Curitiba, Almirante Tamam

daré, Campo Magro, Campo Largo e Araucária. Nessa APA foi criada a represa do Rio Passaúna, responsável por um terço da água consumida em Curitiba. A criação da APA do Passaúna impediu que fossem implantadas, nessa região, atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental, dificultando desta forma, através de mudanças na legislação, a implantação de diversos tipos de estabelecimentos e obrigando que todas as edificações tivessem um sistema de tratamento de efluentes sanitários.

A APA foi dividida em diversas partes, o Setor de Inundação, o Setor de Proteção Máxima, Setor Especial de Santa Felicidade, Zona Agrícola, Cidade Industrial, Setor Especial de Fundo de Vale e o Parque Municipal do Passaúna, cada um destes setores com restrições de usos diferenciadas. Esses setores foram alterados depois pelo Decreto nº 193/2000 que declarou a área do parque da seguinte forma:

Fica implantado o Parque Municipal do Passaúna que compreende a área entre a linha de lâmina de água do lago e a cota 888,80 m (oitocentos e oitenta e oito metros e oitenta centímetros) e os terrenos em seu entorno, fazendo divisa ao norte com o município de Almirante Tamandaré, Município de Campo magro, e ao sul com o Município de Araucária. (CURITIBA, Decreto-lei nº 193/2000)

Essa legislação visando à proteção da APA fez com que os terrenos do entorno do parque tivessem uma ocupação diferenciada, o que possibilitou que ainda hoje existam na região lotes de grandes proporções sendo sua maior parte permeável e uma pequena área construída.

Os municípios vizinhos também investiram na implantação de parques dentro da área da APA pertencentes a essas cidades, no entanto não lograram tanto sucesso como o parque de Curitiba:

A Associação de Defesa do Ambiente de Araucária deve entrar na próxima semana com ação contra o prefeito Rízio Wachowicz, responsabilizando-o por crime contra o Parque Ambiental do Passaúna, localizado ao lado da barragem do Passaúna, em Araucária. Inaugurado em abril de 1997, o local que deveria ser um dos cenários mais adequados para lazer na Região Metropolitana, tornou-se símbolo do descaso contra o patrimônio público. (...) No segundo dia após a inauguração do parque, todos os hidrantes foram roubados. As churrasqueiras e as casa construídas para realização de cursos de educação ambiental para a comunidade foram totalmente depredadas (O Estado do Paraná – 31/06/1999).

Evidentemente o parque localizado em Curitiba também sofreu ações de vandalismos, no entanto em menores proporções, o que ajuda a reforçar a imagem de que a população de Curitiba assimilou os parques como algo positivo.

O padrão de construções metálicas que havia começado no Parque das Pedreiras, teve aqui a sua continuidade com a implantação do mirante do Passaúna, uma passarela de estrutura metálica que fica a 60 m acima do nível do lago. Outra construção emblemática no parque é o Chapéu Pensador (Fotos 25 e 27), construção de madeira nos moldes da Unilivre, com vista panorâmica para o parque, onde o governador costuma despachar.

Assim como o Chapéu Pensador, a Universidade Livre do Meio Ambiente (Unilivre), implantada no Bosque Zaninelli, foi construída com troncos de eucalipto (Foto 26). A Unilivre estava sendo construída no intuito de sediar o Fórum das Cidades, que antecedia a Eco-92, no entanto o fórum ocorreu em maio e sua inauguração em junho de 1992 contando com a presença do oceanógrafo Jacques Cousteau, que colaborou para reforçar a imagem de um espaço comprometido com a ecologia. De acordo com a UNILIVRE (1997, p.3) “a escolha de Curitiba como sede do Fórum Mundial das Cidades pode ser entendida como o reconhecimento internacional dos resultados obtidos por uma política ambiental que a tornou conhecida como a ‘Capital Ecológica’”.

Em 1992 o Brasil vivia o ápice do movimento ecológico, e Curitiba tentava mostrar ao Brasil e ao mundo que ela era uma cidade diferente, onde a ecologia norteava o planejamento urbano e a Unilivre deveria ser o símbolo da Capital Ecológica, um espaço voltado à educação ambiental.

Em 1992 é lançado o oitavo número da série Memória da Curitiba Urbana, que de acordo com Cássio Taniguchi, atual prefeito e, à época, diretor-presidente do IPPUC, marcaria uma segunda etapa da publicação e mostraria o porquê Curitiba havia se tornado a Capital Ecológica.

A Memória da Curitiba Urbana mudou. Estamos entrando, agora, em uma segunda fase. Vamos mostrar a partir deste número 8 os programas, projetos, idéias desenvolvidas e implantadas em Curitiba, que a transformaram em exemplo. Vamos saber por que Curitiba é o Brasil que pode dar certo. Uma Curitiba que realiza parcerias com a comunidade e os empresários. Que se construiu diferente. O número 8, o primeiro desta segunda etapa, vai falar da Curitiba, Capital Ecológica que começou a surgir, na prática, no último quarto de século. Vamos conhecer a Curitiba que conseguiu passar de meio metro de área verde por habitante para mais de 50 metros quadrados de área verde por habitante em 20 anos. Que mantém 16 parques e quase mil praças e bosques – importantes áreas verdes preservadas através do uso. Vamos contar como a Legislação de proteção ao meio ambiente, preocupação desde 1953, se consolidou em uma política para o meio ambiente em 1990. Vamos descobrir como o problema do lixo vem sendo equacionado. Por que optamos pela separação e reciclagem em uma parceria que envolve hoje cerca de 200 mil residências. Como surgiu e como foi desenvolvido o projeto da compra do lixo, que está modificando não só a aparência das vilas da periferia, mas mudando hábitos. Mudanças que deram a Curitiba dois prêmios

internacionais. Mudanças possíveis, viáveis, executáveis. (TANIGUCHI, C. apud Memória da Curitiba Urbana nº 8 1992, p. VII)

Neste capítulo da Memória da Curitiba Urbana são lançados os postulados da Escola de Urbanismo Ecológico. De acordo com a edição as idéias implantadas no planejamento urbano de Curitiba eram inovadoras e viáveis e o seu grande comprometimento com a questão ecológica e o enorme sucesso de sua implantação eram decorrentes de uma escola de urbanismo produzida aqui em Curitiba. Obras como os ônibus expresso, o calçadão da Rua das Flores e a Cidade Industrial de Curitiba eram consideradas ecologicamente corretas e decorrentes da Escola de Urbanismo Ecológico. Os postulados desta escola eram:

O Homem não é mero espectador da Natureza; é parte dela. E como tal, é para ele que devem ser voltadas todas as ações de cunho ambiental.

A cidade deve ter a escala do Homem.

O Meio Ambiente deve servir ao homem e, assim sendo, deve ser colocado em regime de usufruto direto.

A Cidade é um ente orgânico e, como tal, imita a natureza. Por isso, deve ser respeitada e incentivada sua capacidade de se reciclar e se auto-sustentar.

A Cidade é um todo orgânico. À administração pública compete entender isto e acompanhar sua evolução natural. Ou seja, a intervenção administrativa não pode violentar esta evolução, mas deixar que ela se expresse da maneira mais rica.

O Homem é um ser gregário. E a Cidade deve facilitar a realização desta característica tornando-se cenário de encontro.

A natureza é tanto mais rica quanto mais diversificada. A natureza é contrária à massificação. O Homem, como parte da natureza, se realiza como tal expressando sua individualidade.

O zelo pelo patrimônio não é exclusivo do Poder Público. Pelo contrário, é tarefa para toda a comunidade. (Memória da Curitiba Urbana nº 8, 1992, p 5-11).

Evidentemente, mais que uma diretriz para futuras obras, a Escola de Urbanismo Ecológico de Curitiba foi uma tentativa de explicação do que ocorreu no passa-

do, pois as obras e exemplos citados no documento são todos anteriores a sua publicação e portanto o mesmo não poderia ter dado origem a eles.

A questão ambiental tão em voga na década de 1990 ganha a partir de 1993 uma grande aliada, a questão cultural. Rafael Greca de Macedo assume a prefeitura em 1 de janeiro de 1993 e sua administração é reconhecida por dar uma grande ênfase à cultura, de acordo com a UNILIVRE (1997, p.122) “a gestão de Rafael Greca deu grande ênfase à construção de uma identidade social”. Os parques acabam se tornando um espaço ideal para suas manifestações culturais, neles são incentivadas festas folclóricas e religiosas. Somente em sua gestão o prefeito Rafael Greca construiu 10 parques e bosques públicos.

Dentro de sua política de valorização cultural da cidade, o prefeito Rafael Greca investiu pesadamente na construção de memoriais visando homenagear as diversas etnias que fazem parte da população da cidade. Foram criados em sua gestão o Memorial de Jerusalém (Foto 16), o Memorial Árabe (Foto 23), o Memorial da Cidade (Foto 19), o Memorial Italiano (Foto 22), o Memorial da Ucrânia (Foto 18), o Memorial Alemão (Foto 17) e o Memorial de Portugal (Foto 20), que foi o primeiro bosque criado pela sua administração.

Com a visita do presidente de Portugal Mário Soares à Curitiba, o prefeito Rafael Greca aproveitou a ocasião para criar um bosque visando homenagear os descendentes de portugueses residentes em Curitiba. No interior do bosque foi construído um caminho de pedras denominado Alameda dos Cantares, onde se encontram diversos pilares com azulejos pintados a mão com poesias de escritores brasileiros e lusitanos. A exemplo de outros bosques a sua construção visava principalmente a preservação de uma área de mata nativa e a conseqüente preservação da mata ciliar ao redor de um córrego da região.

O Bosque Alemão foi outra obra incorporada ao Roteiro das Etnias, assim como o Bosque de Portugal, sua criação também visou à preservação de uma área de mata nativa e à preservação da qualidade ambiental de um dos córregos do bairro Jardim Schaffer. Ao redor do córrego tem-se uma trilha que resgata a história de João e Maria, durante a trilha observam-se azulejos que narram a história escrita pelos irmãos Grimm e no meio dela existe a Casa da Bruxa, uma pequena biblioteca de livros infantis. Além da Casa da Bruxa e da trilha, o bosque conta com o Oratório de Bach,

que é uma pequena sala de concertos e com o Mural de Fausto, uma réplica do frontão de uma casa de imigrantes alemães.

Outro bosque criado em homenagem a uma etnia foi o Bosque Italiano, antigo Bosque São Cristóvão. Embora a área do bosque seja de propriedade particular, pertence à arquidiocese de Santa Felicidade, a prefeitura fez um convênio e realizou nele diversas obras. Foi criado ali o Memorial da Imigração Italiana, que além de equipamentos para festas conta com quiosques, palco para apresentações, polenteira, arcadas neo-românicas e uma réplica da primeira igreja matriz de Santa Felicidade.

Nestes bosques pode-se perceber que os elementos arquitetônicos emblemáticos ganham grande força durante a gestão do prefeito Rafael Greca. Se a administração anterior tinha como elemento dominante das edificações estruturas metálicas e policarbonato, esta administração se caracteriza por construções de nítido gosto pós-moderno fazendo réplicas ou criando elementos caricatos de obras que identifiquem uma determinada etnia.

Dessa forma tem-se no Bosque de Portugal azulejos feitos à mão que devem lembrar a maestria portuguesa do século XVI na manufatura de azulejos e pontes que imitam a arquitetura portuguesa.

No Bosque Alemão encontra-se o Oratório de Bach (Foto 10), que é uma réplica feita de madeira de uma antiga igreja presbiteriana que existiu no bairro do Seminário, a Torre dos Filósofos (Foto 17), um mirante de madeira e o mural de Fausto (Foto 06) que funciona como um portal de entrada do bosque, evidenciando-se novamente a primazia da imagem sobre a função, o portal trata-se de uma cópia do frontão da Casa Mila, uma casa de imigrantes alemães que se localizava na rua Barão do Serro Azul, sua escala foi alterada de forma que pudesse servir como um grande portal, o importante aqui era passar a imagem de que se está entrando em um espaço alemão.

No Bosque Italiano foram colocadas imensas colunas, ditas neo-românicas, com uma forte coloração vermelha (Foto 22) um portal imitando a fachada da primeira Igreja Matriz de Santa Felicidade (Foto 08) e uma capela em madeira (Foto 09). Nota-se aqui como é recorrente na administração Greca a construção de réplicas de igrejas (Bosque Alemão - Foto 10, Bosque Italiano - Foto 08, 09 Parque Tingüi - Foto 07).

Embora não estejam localizados em parques ou bosques é importante perceber também outros elementos arquitetônicos de grande apelo criados pela administração do prefeito Rafael Greca, entre eles a Fonte de Jerusalém, na Av. 7 de Setembro (Foto 16), a Casa da Cultura Japonesa, implantada durante a revitalização da Praça do Japão (Foto 24), o Memorial Árabe, na Praça Gibran Khalil Gibran, que é uma cópia caricata de uma mesquita árabe (Foto 23) e o Memorial Ucrainiano (Fotos 7, 18), que é uma réplica da igreja ucraniana de São Miguel da Serra do Tigre, em Mallet, interior do Paraná.

Outros dois bosques implantados durante a administração Greca foram os Bosques da Fazendinha e do Trabalhador. Esses dois bosques foram implantados na região sul da cidade em função da carência de áreas verdes nessa região e, juntamente com o Bosque Reinhard Maack são os três maiores bosques de Curitiba, tendo inclusive, o Bosque do Trabalhador, uma área superior aos 10 hectares previstos pela lei 9.804/2000 como sendo a área máxima de um bosque. Essa carência de bosques na região aparece na reportagem de O ESTADO DO PARANÁ (17/11/1994), “o bairro da Fazendinha, apesar de ser um dos maiores da cidade, carecia de pontos de lazer para a população. Daí a preocupação do prefeito Rafael Greca de dotar aquela região de Curitiba com mais esse bosque”.

O Bosque da Fazendinha foi implantado aproveitando-se da lei que regula o potencial construtivo. O valor da desapropriação foi de R\$ 1,8 milhão, sendo R\$ 930 mil pagos pelo município e os R\$ 870 mil restantes permutados por potencial construtivo em outras áreas da cidade. A área desapropriada pertencia à antiga chácara da família Klemtz onde foi preservada a casa senhorial construída em 1896 como unidade de interesse de preservação histórica.

Já a área onde foi implantado o Bosque do Trabalhador pertencia ao ex-governador do Paraná (15/03/1975 à 15/03/1979), Jayme Canet Júnior e a sua mulher Maria de Lourdes Araújo Canet. A área, de propriedade do ex-governador, tinha 1.188.710,25 m². Para viabilizar o loteamento desta propriedade, foi doada para a prefeitura uma área equivalente aos 192.015 metros quadrados referentes ao bosque, ou seja, o equivalente a 16% do total da propriedade (GAZETA DO POVO, 29/12/1996, SMMA, s/d),

A reportagem de O ESTADO DO PARANÁ (29/12/1996) cita que “a área da fazenda, de propriedade de Lourdes Araújo Canet, será loteada e contará com um projeto especial de urbanização com novas ruas”. Novamente nota-se a implantação de um bosque seguida de investimentos em infra-estrutura urbana que resultam na valorização imobiliária da área. Vale ressaltar que a parceria da prefeitura com empresas do setor imobiliário cedeu espaço para um ator da política local.

Ainda em sua gestão o prefeito Rafael Greca criou os parques dos tropeiros, Caiuá e Diadema. Esses três parques se localizam ao lado um do outro, sendo separados apenas pelo sistema viário e foram todos inaugurados no mesmo dia, 25 de setembro de 1994. Os objetivos de implantação desses parques eram a limpeza e saneamento da área, a preservação da área de fundo de vale de um córrego, aumentar a quantidade de áreas verdes na região sul, beneficiar diretamente as 15 mil pessoas dos conjuntos habitacionais da região e homenagear o ciclo de tropas existentes na história do Paraná dos séculos XVIII e XIX (SMMA, s/d).

O Parque dos Tropeiros se destaca em função dos equipamentos destinados a promover rodeios e eventos. Há na área uma grande cancha de areia onde são alugados cavalos para passeio e promovidos campeonatos equestres. Existe também um salão de danças que sedia o Piá Ambiental na Tradição, onde são promovidos cursos de danças tradicionalistas (SMMA, s/d).

É importante notar que, ao contrário dos espaços anteriores que viam homenageando etnias estrangeiras, esse parque é voltado para a população migrante do interior, uma realidade muito mais presente hoje em dia e que ainda não havia sido explorada na produção de parques e bosques públicos. A própria população que frequenta o Parque dos Tropeiros é perceptivelmente distinta da que frequenta os parques da região norte; evidentemente a localização colabora muito para esta diferenciação, no entanto não é o único item relevante. É comum verificarmos no parque pessoas “piuchadas” com vestimentas típicas dos gaúchos, e a presença de turistas é visivelmente inferior aos outros parques de maior apelo visual. Deve-se ressaltar que a Linha Turismo, conhecida popularmente por Jardineira, é uma linha de ônibus destinada a promover os pontos turísticos de Curitiba, das suas vinte e duas paradas, onze são em parques, todos da região centro-norte da cidade, ou seja, a própria prefeitura parece fazer uma discriminação quanto aos parques e bosques da região sul.

Os dois principais parques da gestão do prefeito Rafael Greca foram os parques Tingüi e Tanguá, na porção norte da cidade. Ambos apresentam no seu processo de produção um forte vínculo entre a esfera privada e o poder público. As duas áreas onde hoje se encontram estes parques pertenciam a particulares que doaram parte de suas terras à prefeitura prevendo a valorização imobiliária que ocorreria no loteamento do entorno dos parques. De acordo com reportagens da época (GAZETA DO POVO, 02/10/1994 e 02/05/1999, O ESTADO DO PARANÁ, 21/04/1995) os terrenos ao redor dos parques valorizaram mais de 40%, sendo comercializados a R\$ 100,00 o metro quadrado; em alguns condomínios ao redor do Parque Tingüi o lote mínimo é de 800 metros quadrados, ou seja, o valor mínimo pago por um lote dentro destes condomínios citados na reportagem é de R\$ 80 mil reais.

De acordo com O ESTADO DO PARANÁ (21/04/1995), a prefeitura se antecipou na instalação de infra-estrutura nos novos loteamentos nas regiões dos parques Tingüi e Tanguá e em troca o município recebeu uma maior área dos loteadores.

Em duas áreas [Parque Tingüi e Parque Tanguá], a prefeitura estimulou os proprietários a apressarem os loteamentos. De acordo com a lei, 35% da área de um loteamento são revertidos para o município. Na área restante, a Prefeitura se antecipou ao proprietário na instalação de infra-estrutura, o que acarretou em sobrevalorização da área. A diferença foi paga aumentando a área revertida ao município, de modo que cerca de 50% do futuro loteamento serão transformados em parque.

Da área do Parque Tingüi, 183 mil metros quadrados pertenciam à Construtora Independência, e 196 mil metros quadrados a Carlos Augusto Piovesan (GAZETA DO POVO, 02/10/1994), que embora tenham doado à prefeitura uma área superior ao estipulado por lei, acabaram se beneficiando pela rápida sobrevalorização fundiária do entorno e pela maior liquidez dos terrenos.

A exemplo de outros parques, o Parque Tingüi foi concebido para auxiliar na contenção de enchentes e dificultar a ocupação irregular de áreas inundáveis, como se pode observar na reportagem da GAZETA DO POVO (02/10/1994), “Os três lagos que compõem o Tingüi têm a missão de amortecer e armazenar as águas dos afluentes do Rio Barigüi, no pico das cheias. Antes da obra, bastavam poucos minutos de chuva intensa para que toda a região fosse alagada. A existência do parque também impede a ocupação irregular e as invasões nas margens e nas encostas íngremes de solos instáveis.”

Outra característica freqüente na implantação de outros parques, que se repete no Tingüi, é a construção de um memorial étnico. Bem de frente à entrada principal de um dos condomínios foi feita uma réplica de uma igreja ucraniana, um campanário com mirante, um portal com influência arquitetônica dos Montes Cárpatos e uma escultura imitando uma pêsanka.

Também com o intuito de amenizar as enchentes foi construído, no parque Tanguá, “um lago com 32 mil metros quadrados de extensão e profundidade de 1,5 metro (...). Além de servir para a recreação, cumpre o papel de conter as enchentes na região, acumulando 48 mil metros cúbicos de água.” (PMC, 30/12/1998).

Os parques Tanguá, Tingüi e Barigüi, fazem parte de um projeto que visa criar um parque linear margeando todo o Rio Barigüi, desde a divisa com Almirante Tamandaré até o bairro da Caximba no extremo sul da Cidade, formando um parque com 42 quilômetros de extensão. O objetivo deste grande parque linear é preservar a qualidade da bacia norte Rio Barigüi, impedir a ocupação indevida do local, sujeito a enchentes, e livrar o rio de se tornar um depósito de lixo. (PMC, 30/12/1998).

Assim como ocorreu no Tingüi, o parque Tanguá foi implantado em uma área doada por empresas da iniciativa privada, como se pode observar na seguinte citação da prefeitura:

Antigo local de pedreiras em Curitiba, cujas características foram mantidas, o local onde está hoje o Tanguá estava destinado a ser um depósito de lixo das empresas Cavo e Gava, que eram proprietárias da área. A Prefeitura negociou com as empresas e a Cavo recebeu, em troca, uma área na Cidade Industrial de Curitiba. A Gava doou a área como parte da aprovação de um loteamento na região. (PMC, 30/12/1998).

Novamente a área ao redor de um parque sofreu sobrevalorização. A pedreira que seria transformada em um depósito de lixo, certamente influenciaria para baixo o valor dos imóveis na área, inclusive os dos terrenos pertencentes à empresa Gava. No entanto com a implantação do parque ocorreu um processo inverso fazendo com que a região presenciasse uma rápida sobrevalorização imobiliária, e a conseqüente mudança no perfil da tipologia construtiva, fazendo surgir na região condomínios fechados de alto padrão, a exemplo do que ocorreu com a implantação do Parque Tingüi.

O parque foi projetado e teve a implantação de sua primeira etapa ainda durante a gestão do prefeito Rafael Greca de Macedo, no entanto o Mirante Poty Lazzarotto, que teve um investimento de 4,4 milhões de dólares (PMC, 30/07/1998), só foi implantado durante a administração do prefeito Cássio Taniguchi.

Ao terminar sua gestão o prefeito Rafael Greca deixou prontos os projetos de implantação de outros cinco parques: “outros bairros deverão contar com novos parques e as obras deverão estar concluídas na próxima administração. Entre os parques estão o do Semeador – no Bairro Novo, Ribeirão dos Müller – no Campo Comprido, das Nascentes – no Uberaba, e o Parque do Atuba e da Fazendinha. As novas áreas em construção representam mais de 500 mil metros quadrados.” (O Estado do Paraná, 29/12/1996).

Ao contrário de seu antecessor, que foi o prefeito que mais implantou parques na cidade, o atual prefeito, Cássio Taniguchi, até o momento, em seu quinto ano de mandato, implantou apenas o Bosque São Nicolau e até o momento não deu continuidade aos projetos deixados pela administração anterior.

O Bosque São Nicolau foi inaugurado em 4 de junho de 2000 e conta com uma área de 20.520 m², na CIC. De acordo com o arquiteto da SMMA, Mário Küster, “o modelo segue o padrão dos outros bosques da cidade. ‘Não tem nada de diferente, mas já constatamos que a mesmice está dando certo’, avalia o técnico.” (GAZETA DO POVO, 17/07/2000).

A exemplo dos demais bosques, o São Nicolau também foi criado visando preservar uma área de mata nativa no entorno de um córrego, e em seu interior foi construída uma pequena formação lacustre. De acordo com a prefeitura outros fatores que colaboraram para a implantação do bosque naquela área foram as constantes reclamações dos moradores dos conjuntos Caiuá, Diadema e São Nicolau de que a área acumulava muito lixo e beneficiava a ocorrência de assaltos.

A criação deste bosque veio reforçar ainda mais a má distribuição espacial dos parques e bosques públicos na região sul da cidade. Ele foi implantado próximo aos parques dos Tropeiros, Caiuá e Diadema, que são praticamente áreas contíguas, já que são separados apenas pelo sistema viário.

Reforçando ainda mais a concentração de parques na porção norte da cidade, estão previstos os parques da Nascente do Rio Belém e o Vista Alegre. O primeiro vai

ser construído próximo à divisa com o município de Almirante Tamandaré no bairro Cachoeira e visa preservar a nascente do Rio Belém. O segundo terá como principal atração uma cascata natural e será implantado em uma pedreira desativada próxima ao Parque Tingüi, no bairro Vista Alegre.

No Plano de Governo da atual administração do prefeito Cássio Taniguchi, está prevista a construção de cinco novos parques entre 2001 e 2004, além dos Parques da Nascente do Rio Belém e o Parque Vista Alegre; a implantação do Parque Lagoa Azul, no bairro Umbará; o Parque das Quatro Estações, que nada mais é do que “um atrativo temático que será construído pela Prefeitura onde hoje fica o Parque do Trabalhador, na Cidade Industrial de Curitiba” (PMC, 08/07/2001) e o Parque do Atuba que já havia sido previsto no Plano Preliminar em 1965, voltou a ter estudos de implantação durante a gestão do prefeito Rafael Greca e agora volta novamente a ser cogitado.

Tabela 02
Perfil dos parques e bosques públicos de Curitiba

PARQUES MUNICIPAIS								
	NOME	ÁREA m²	P	LOCALIZAÇÃO	RIOS	QUADR.	BAIRRO	DATA
1	Passeio Público	69.285	N	R.Carlos Cavalcanti x Av. João Gulberto x R. Pres. Faria	Rio Belém	I-13	Centro	02 maio, 1886
2	Parque Barreirinha ¹	275.380	N	Av. Anita Garibaldi	Aflu. Rio Bacacheri	B-13/14	Barreirinha	1972
3	Parque São Lourenço	203.918	N	R. Mateus Ieme x R. Nilo Brandão x R. Santa Rita Durão	Rio Belém	D/E-13	São Lourenço	1972
4	Parque Barigui	1.400.000	N	Av. Manoel Ribas x BR-277 x Av. Cândido Hartman	Rio Barigüi	H/I/J-03	Mercês	1972
5	Parque Iguaçu ²	8.264.316	S	R. Mal Floriano peixoto	Rio Iguaçu	Q à X-16à20	Uberaba/Boqueirão	1978
6	Parque Iberê de Mattos	152.000	N	R. Canadá x R. Rodrigo de Freitas x R. Paulo Nadolny	Rio Bacacheri	E-16/17	Bacacheri	05 novembro, 1988
7	Parque das Pedreiras	103.500	N	Rua João Gava	NT	E-12	Abranches	30 setembro, 1990
8	Parque Passaúna	6.500.000	S	Rua Eduardo Sprada	Rio Passaúna	L à S-1/2	Augusta	10 março, 1991
9	Jardim Botânico	278.000	S	Av. Lothário Meissner	NT	K-16	Jd. Botânico	05 outubro, 1991
10	Parque dos Tropeiros	173.474	S	R. Raul Pompéia	Aflu. Rio Barigüi	Q-14	CIC	25 setembro, 1994
11	Parque Caiuá	46.000	S	R. Maria Locher de Athayde	Aflu. Rio Barigüi	P/Q-05/06	CIC	25 setembro, 1994
12	Parque Diadema	112.000	S	Próximo a Av. Juscelino Kubitschek	Aflu. Rio Barigüi	Q-04/05	CIC	25 setembro, 1994
13	Parque Tingui	380.000	N	R. José Valle x R. Fredolin Wolf	Rio Barigüi	E/F/G-09	São João	01 outubro, 1994
14	Parque Tanguá ³	450.000	N	Av. Fredolin Wolf x Rod. Dos Minérios	Rib. Antonio Rosa	D/E-11	Pilarzinho/Taboão	23 novembro, 1996
	TOTAL	18.407.873						

BOSQUES MUNICIPAIS								
	NOME	ÁREA m²	P	LOCALIZAÇÃO	RIOS	QUADR.	BAIRRO	DATA
1	Bosque Boa Vista ⁴	11.682	N	R. Holanda x R. Vicente Ciccarino	NT	F-15	Boa Vista	1974
2	Bosque João Paulo II ⁵	48.000	N	R. Mateus Leme x R. Viera Santos x R. José Sabóia Cortes	Rio Belém	G/H-13	Centro Cívico	05 julho, 1980
3	Bosque Capão da Imbuia	42.417	S	R. Nivaldo Braga x R. Benedito Conceição	Aflu. Rio bacacheri	J-18	Capão da Imbuia	1981
4	Bosque Gutierrez ⁶	18.000	N	R. Albino Raschendorfer x R. José Gaspar C. Jr. X R. Amapá	Aflu. Rio Belém	H-11	Vista Alegre	11 setembro, 1986
5	Bosque Reinhard Maack	78.000	S	R. Raggi Izzar x R. Waldemar Kost x R. Oswaldo Aranha	Aflu. Rio Belém	P/Q-13/14	Hauer	04 novembro, 1989
6	Bosque do Pilarzinho	28.146	N	R. Caetano Granato x R. Miguel A. Silva	Aflu. Rio Belém	E/F-12	Pilarzinho	(não inaugurado)1991
7	Bosque Zaninelli	36.794	N	R. Brochado da Rocha x R. João Ballin	Aflu. Rio Belém	F-11	Pilarzinho	15 junho, 1992
8	Bosque de Portugal	20.850	N	R. Fagundes Varela x R. Osório Duque Estrada	Rio Taramã	H-16	Jd. Social	19 março, 1994
9	Bosque da Fazendinha	72.851	S	R. Carlos Klemtz	NT	O-07/08	Fazendinha	09 dezembro, 1995
10	Bosque Alemão	40.000	N	R. Nicolo Paganinin x R. Robert Schumann x R. F. Schubert	Aflu. Rio Belém	G-11	Vista Alegre	13 abril, 1996
11	Bosque Italiano ⁷	23.540	N	R. Margarida Angela Z. Miranda	Rio Uvú	G-06	Santa Felicidade	não inaugurado
12	Bosque do Trabalhador ⁸	192.015	S	R. Manoel Valdomiro de Macedo x Rua Domingos Batista	Aflu. Rio Barigüi	S-8	Cidade Industrial	11 setembro, 1996
13	Bosque São Nicolau	20.520	S	Final da Rua das Águias - Moradias São Nicolau			Cidade Industrial	04 junho, 2000
	TOTAL	632.815						

1 Parque do Barreirinha - preservado desde de 1950 por decreto governamental.

2 Zoológico - entregue em 08 de março de 1982.

3 Parque Tanguá - o Jardim Poty Lazzarotto inaugurado 06 de junho de 1998.

4 Bosque do Boa Vista - a partir de 10 de novembro de 1996 passou a ser chamado Bosque Dr. Martim Lutero.

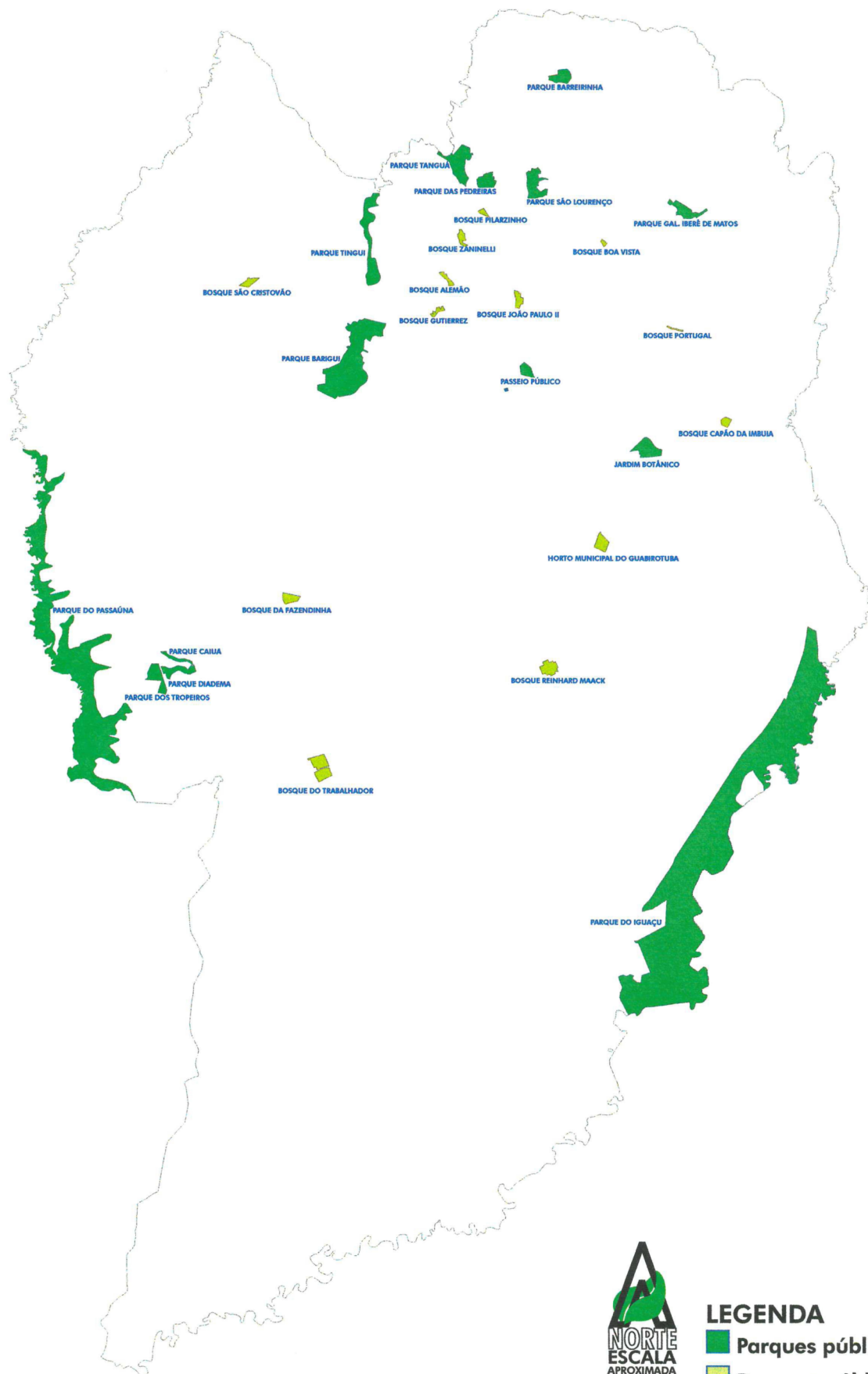
5 Bosque Gutierrez - criado no dia 11 de setembro de 1986, no entanto só foi implantado em 1989.

6 Bosque João Paulo II - criado em 5 de julho de 1986, mas oficialmente implantado em 8 de maio de 1986.

7 Bosque Italiano - embora apareça em todos as listas de parques da SMMA, trata-se de uma área particular pertencente a Arquidiocese de Santa Felicidade.

8 Bosque do Trabalhador - nos documentos da SMMA aparece como não inaugurado. Data do decreto de criação 11 de setembro de 1996.

Mapa 04
Localização espacial dos parques e bosques públicos de Curitiba



BASE CARTOGRÁFICA: Mapa de Áreas Verdes,
Unidade de Conversação e Anel de Conservação Sanitário Ambiental
ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.



LEGENDA

- Parques públicos
- Bosques públicos

Prancha 01
Portais de logradouros públicos de Curitiba



FOTO: Rival Vanin de Andrade - 2001

Foto 01 - Portal de entrada
Passeio Público



FOTO: Rival Vanin de Andrade - 2001

Portal Italiano
Santa Felicidade - Foto 04

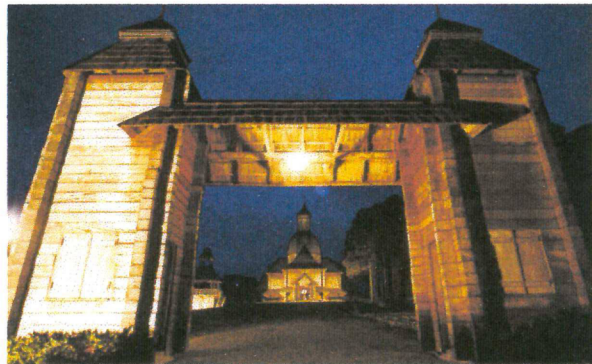


FOTO: Nani Gois (PIMC - SMCs) - 1999

Foto 02 - Portal Ucraniano
Parque Tingüi



FOTO: Rival Vanin de Andrade - 2001

Portal Polonês
Bosque do Papa - Foto 05



FOTO: Rival Vanin de Andrade - 2001

Foto 03 - Portal Japonês
Praça do Japão



FOTO: Rival Vanin de Andrade - 2001

Portal Alemão
Bosque Alemão - Foto 06

Prancha 02
Réplicas de igrejas em parques e bosques públicos de Curitiba



Foto 07 - Réplica de uma igreja ucraniana - Parque Tingüi

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 08 - Réplica da 1ª Igreja Matriz de Santa Felicidade - Bosque Italiano



Foto 09 - Capela em madeira no Bosque Italiano



Foto 10 - Oratório de Bach - Bosque Alemão (réplica de uma igreja presbiteriana)

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001

Prancha 03
Formações lacustres em parques públicos de Curitiba



Foto 11 - Parque Barigüi



Foto 12 - Parque Tingüi



Foto 13 - Parque São Lourenço



Foto 14 - Parque Iguaçu

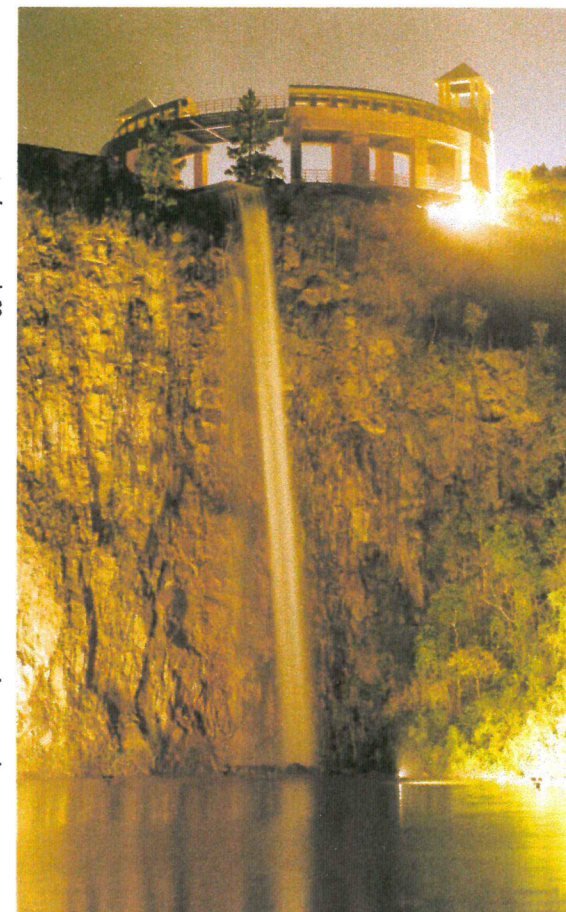


Foto 15 - Parque Tanguá

FOTO: Carlos Ruggi (PMC - SIMCS) - s/d

FOTO: Carlos Ruggi (PMC - SIMCS) - s/d

FOTO: Carlos Ruggi (PMC - SIMCS) - 1.998

FOTO: Cesar Brustolin (PMC - SIMCS) - s/d

FOTO: Rogerio Machado (PMC - SIMCS) - 1.998

Prancha 04
Alguns memoriais culturais de Curitiba



Foto 16 - Memorial de Jerusalém

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 17 - Torre dos Filósofos - M. Alemão

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 18 - Pêssanka - M. Ucraniano

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001

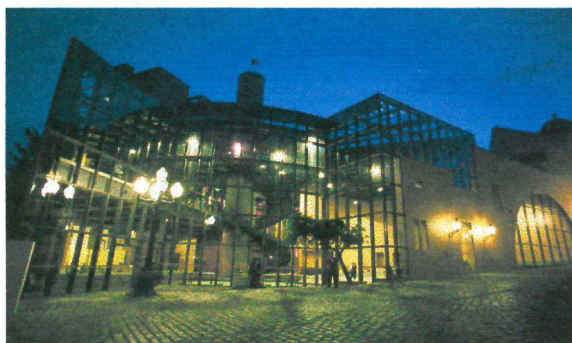


Foto 19 - Memorial da Cidade

FOTO: Ricardo Almeida (PMC - SMCS) - s/d



Foto 20 - Memorial da Imigração Portuguesa

FOTO: PMC - SMCS - s/d



Foto 21 - Memorial da Imigração Polonesa

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 22 - Memorial da Imigração Italiana

FOTO: Joel Rocha (PMC/SMCS) - s/d



Foto 23 - Memorial Árabe

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 24 - Memorial da Imigração Japonesa

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001

Prancha 05
Alguns elementos em estrutura de madeira
da identidade arquitetônica de Curitiba



Foto 25 - Chapéu Pensador

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 26 - Universidade Livre do Meio Ambiente

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001

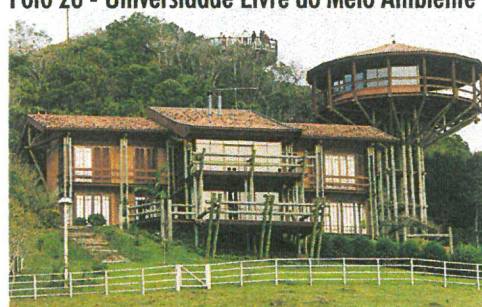


Foto 271 - Chapéu Pensador

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001



Foto 28 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

FOTO: Rivaldo Vanin de Andrade - 2001

Prancha 06
Alguns elementos em estrutura metálica
da identidade arquitetônica de Curitiba



FOTO: Rivail Vanin de Andrade - 2001

Foto 29 - Ópera de Arame - Parque das Pedreiras



FOTO: Rivail Vanin de Andrade - 2001

Foto 30 - Estação Tubo



FOTO: Nani Gois (PMC - SIMCS) - 1999

Foto 31 - Jardim Botânico



FOTO: Joel Rocha (PMC - SIMCS) - s/d

Foto 32 - Rua 24 Horas

**PARQUES E BOSQUES PÚBLICOS DE CURITIBA/PR:
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA
E CRIAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL**

Após o levantamento do processo histórico de criação dos bosques e parques públicos da cidade de Curitiba, notou-se alguns padrões que se manifestaram de forma predominante, sendo eles:

3.1 Diferenças entre o adensamento espacial de parques e bosques públicos da região norte e da região sul de Curitiba

No intuito analisar a espacialidade dos parques e bosques públicos de Curitiba, criou-se um modelo experimental de divisão da cidade em duas porções, norte e sul.

Inicialmente, traçou-se uma linha imaginária no sentido leste-oeste passando pela Praça Tiradentes, marco zero da cidade, onde está situado o ponto de referência geográfica do município de Curitiba. Verificou-se quais bairros eram cortados por essa linha e tentou-se estabelecer similaridades entre os padrões de ocupação espacial do bairro e seus vizinhos, de forma que os definissem como bairros da porção norte ou sul.

Uma vez definidos os bairros pertencentes a cada porção, traçou-se uma linha sobre suas divisas, obtendo-se, dessa forma, três polígonos, um relativo à porção norte de Curitiba, outro relativo a porção sul e o terceiro relativo ao bairro Centro (Mapa 05).

Usando-se por base os dados de área de cada bairro (IPPUC, 1997), chegou-se aos valores de 291.609.000 m² para a porção sul e 137.264.000 m² para a porção norte, dessa forma obtêm-se para a porção norte um percentual de 32% da área total da cidade e para a porção sul um percentual de 68%, ou seja, a região sul possui uma área total 2,12 vezes maior que a região norte.

Com relação à população de Curitiba, de acordo com o IPPUC (1997, p.30), e levando-se em consideração à contagem populacional de 1996, pode-se observar que os bairros mais populosos encontram-se na porção sul da cidade (Tabelas 03 e 04, Mapa 06), que é responsável por 69,49% da população total da cidade, ficando o Centro com 2,43% e a porção norte com os 28,08% restantes.

Ao se verificar a densidade dos bairros de Curitiba (Tabela 03 e 04), com base nos dados do IPPUC (1997, p.32), verifica-se que os bairros com maiores índices de habitantes por hectare se encontram na porção sul (Mapa 07), que possui uma densidade média de 35,18 hab/ha contra 30,21 hab/ha da porção norte.

Quanto à renda do chefe de família (Tabela 05), percebe-se que os bairros de maior renda se localizam ao redor do Centro, mas predominam na porção norte (Mapa 08). No entanto, como a área total da porção norte equivale a menos da metade da porção sul, ocorre uma maior concentração de renda no norte da cidade.

Dos 27 parques e bosques públicos de Curitiba, 16 estão na porção norte: Passeio Público, Parque Barreirinha, Parque São Lourenço, Parque Barigüi, Parque Iberê de Mattos (Bacacheri), Parque das Pedreiras, Parque Tingüi, Parque Tanguá, Bosque Boa Vista, Bosque João Paulo II, Bosque Gutierrez, Bosque do Pilarzinho, Bosque Zaninelli, Bosque de Portugal, Bosque Alemão, Bosque Italiano, e 11 na porção sul: Parque Iguaçu, Parque Passaúna, Jardim Botânico, Parque dos Tropeiros, Parque Caiuá, Parque Diadema, Bosque do Capão da Imbuia, Bosque Reinhard Maack, Bosque da Fazendinha, Bosque do Trabalhador, Bosque São Nicolau (Tabela 06). Tem-se, portanto, que em números absolutos relativos à quantidade, 59,26% dos parques e bosques públicos de Curitiba se encontram na porção norte e 40,74% (Tabela 07) na porção sul evidenciando-se, desta forma, a maior concentração das unidades de parques e bosques públicos na porção norte de Curitiba.

Levando-se em consideração a somatória das áreas destes parques e bosques tem-se um total de 3.261.095 m² relativo àqueles da porção norte e 15.779.593 m² relativo àqueles da porção sul; ou seja, a área de parques e bosques na porção sul é quase cinco vezes maior que a área relativa da porção norte. Porém, faz-se necessário observar que dois dos parques da porção sul, o Parque do Iguaçu e o Parque do Passaúna, são provenientes da criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) e, portanto, seus objetivos de implantação, bem como sua área e seus equipamentos são

distintos dos demais; dessa forma, devem ser considerados como uma categoria à parte. Classificando-os de forma distinta, tem-se que os parques Iguaçu e Passaúna são responsáveis por 77,54% da área total dos parques e bosques da cidade. Somando-se a área total dos demais parques e bosques da porção sul tem-se um total de 1.015.277 m², equivalente a 5,33% da área total de parques e bosques públicos, enquanto que a porção norte fica com um percentual de 17,13% decorrentes dos seus 3.261.095 m² (Tabela 07).

Tendo a porção norte uma área de 137.264.000 m², sendo 3.261.095 m² de áreas verdes públicas, ter-se-á uma taxa de 2,38% relativa a parques e bosques públicos na porção norte. Na porção sul, esta taxa aumenta para 5,41%, no entanto, retirando-se destes cálculos às áreas correspondentes aos parques Iguaçu e Passaúna, esta taxa cai para apenas 0,35%.

Conclui-se, portanto, que há um maior percentual de área verde pública na região sul da cidade; mas a área está concentrada em dois parques, ambos decorrentes de APAs, o Parque Iguaçu e o Parque Passaúna. Dessa forma, embora a região norte possua uma área menor relativa a parques e bosques públicos, possui um maior número de unidades e uma melhor distribuição espacial, enquanto que ao sul tem-se grandes espaços urbanos carentes de parques e bosques e uma grande concentração espacial de área verde em apenas dois parques.

Fica evidenciado que os parques e bosques da porção sul têm um uso diferenciado dos da porção norte. Os parques Iguaçu e Passaúna se enquadram como parques metropolitanos e, portanto, de uso ocasional, pequeno percentual de área para lazer ativo e menor acesso. Os parques Caiuá, Diadema e dos Tropeiros são praticamente áreas contíguas, sendo separados somente pelo sistema viário, poderiam ser considerados apenas um parque.

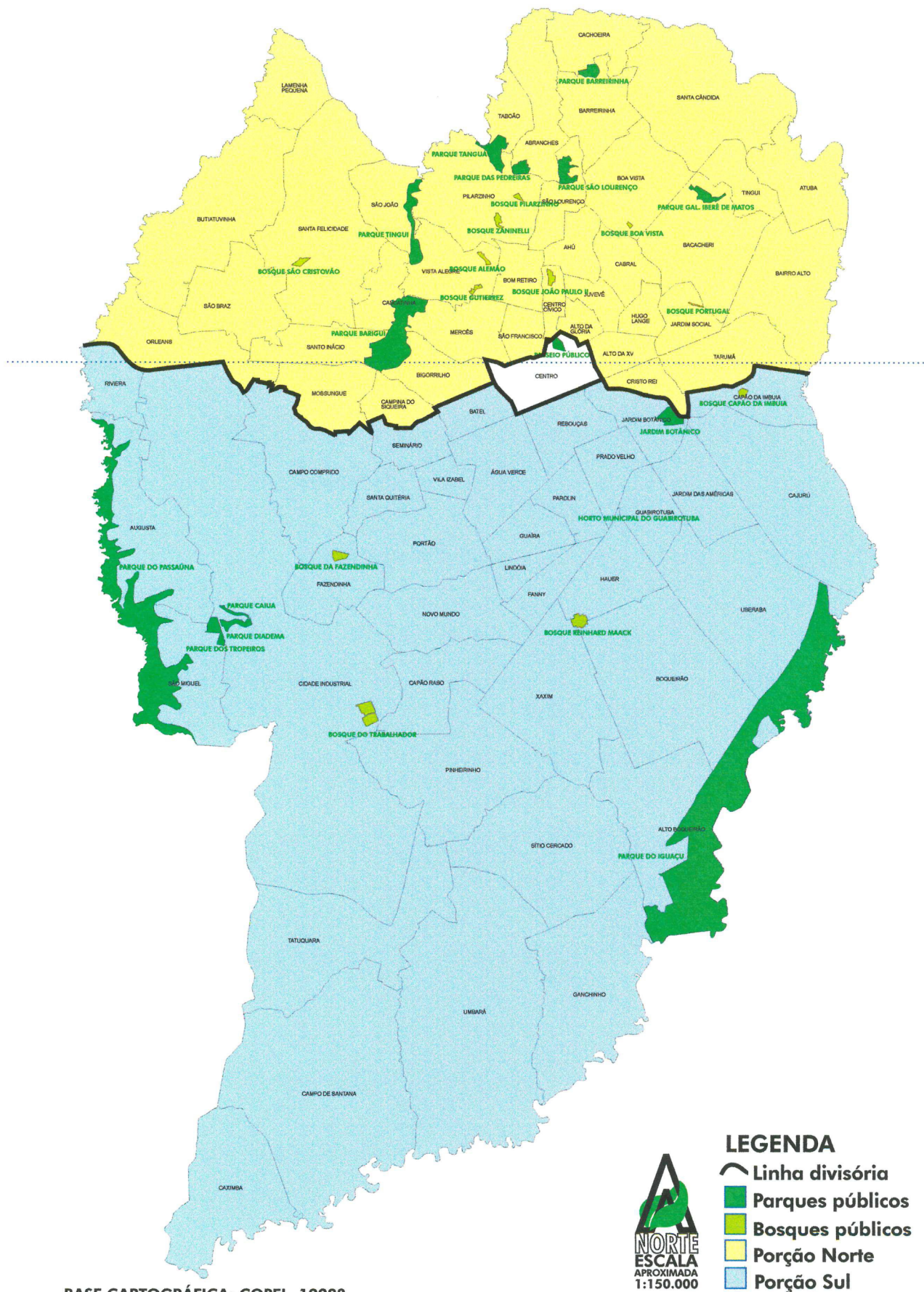
Os equipamentos destinados aos parques e bosques do norte são muito mais vultuosos que os dos parques do sul. Enquanto no norte predominam memoriais como o Alemão, o Ucraniano, o Polonês, o Português e outras grandes obras como o Ópera de Arame, a Unilivre o mirante Poty Lazzarotto, ao sul tem-se principalmente canchas esportivas e churrasqueiras; de mais significativo encontra-se o cancha de rodeios do Parque dos Tropeiros e a Trilha Ecológica do Bosque Reinhard Maack.

Essa diferenciação entre a importância dos parques e bosques do norte com relação aos do sul aparece nas ações da própria prefeitura: a Linha Turismo, que consiste em um ônibus do tipo “jardineira” percorre diversos pontos turísticos da cidade (Praça Tiradentes, Rua das Flores, Rua 24 Horas, Centro de Convenções de Curitiba, Teatro Paiol, Jardim Botânico, Estação Rodoferroviária, Passeio Público, Memorial Árabe, Centro Cívico, Bosque do Papa e Memorial Polonês, Bosque Alemão, Universidade Livre do Meio Ambiente, Parque São Lourenço, Ópera de Arame, Parque Tanguá, Parque Tingüi e Memorial Ucraniano, Portal Italiano, Santa Felicidade, Parque Barigüi, Torre Mercês e Setor Histórico) (PMC, 2001), todos os parques atendidos pela linha ficam na porção centro-norte da cidade.

Com estas medidas, de priorizar a implantação de áreas verdes públicas em bairros da porção norte da cidade, de incentivar o turismo apenas nessas unidades e de vincular parques e bosques da porção norte com a cultura dos imigrantes europeus que vieram para Curitiba, a prefeitura municipal reforça os processos de segregação sócio-espacial e os preconceitos em relação aos moradores do sul. A porção sul da cidade, além de possuir maior população, tem a característica de concentrar as classes de renda mais baixa, com falta de áreas públicas de lazer e sociabilização. As poucas unidades de parques e bosques existentes no sul ainda possuem uma má distribuição espacial, o que os torna de uso esporádico, seja pelo fato de serem parques metropolitanos (Iguaçu e Passaúna) ou seja pela dificuldade de acesso.

O mapa de monitoramento de áreas verdes (públicas e particulares) (Mapa 09) demonstra que Curitiba ainda possui áreas ao sul com cobertura vegetal significativa, principalmente nos bairros do Tatuquara, Umbará, Ganchinho, Alto Boqueirão, Campo de Santana e Caximba. Evidentemente a maior parte destas áreas coincide com vazios urbanos, portanto é necessário que a prefeitura crie mecanismos visando à preservação de alguns espaços prevendo a futura implantação de parques e bosques no intuito de prover o sul com uma melhor infra-estrutura e distribuição espacial no que diz respeito a áreas públicas de lazer.

Mapa 05
Proposta de divisão de Curitiba em porções norte e sul



BASE CARTOGRÁFICA: COPEL, 1998?
 ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.

Tabela 03
Área, população e densidade populacional
por bairros da porção norte de Curitiba

P	BAIRRO	ÁREA (ha)	ÁREA (m²)	HABITANTES	DENSIDADE
N	Bairro Alto	701,80	7.018.000	38.034	54,19
N	Boa Vista	513,60	5.136.000	29.288	57,02
N	Pilarzinho	713,10	7.131.000	25.497	35,76
N	Bigorriho	350,30	3.503.000	25.331	72,31
N	Santa Cândida	1.032,50	10.325.000	24.003	23,25
N	Santa Felicidade	1.227,40	12.274.000	23.154	18,86
N	Bacacheri	698,10	6.981.000	23.080	33,06
N	São Braz	500,60	5.006.000	21.944	43,84
N	Barreirinha	373,30	3.733.000	16.167	43,31
N	Mercês	327,60	3.276.000	14.613	44,61
N	Atuba	426,90	4.269.000	11.230	26,31
N	Juvevê	122,70	1.227.000	11.223	91,47
N	Tingüi	210,70	2.107.000	11.123	52,79
N	Ahu	184,40	1.844.000	10.194	55,28
N	Vista Alegre	369,10	3.691.000	9.751	26,42
N	Abranches	431,80	4.318.000	9.494	21,99
N	Butiatuvinha	1.058,30	10.583.000	8.997	8,50
N	Cabral	204,00	2.040.000	8.987	44,05
N	Alto da XV	150,40	1.504.000	8.683	57,73
N	São Francisco	136,30	1.363.000	7.470	54,81
N	Campina do Siqueira	169,30	1.693.000	7.177	42,39
N	Tarumã	416,70	4.167.000	6.838	16,41
N	Cachoeira	306,90	3.069.000	6.615	21,55
N	Orleans	512,10	5.121.000	6.126	11,96
N	Jardim Social	188,50	1.885.000	6.055	32,12
N	Bom Retiro	194,40	1.944.000	5.890	30,30
N	Alto da Glória	88,20	882.000	5.788	65,62
N	Santo Inácio	271,60	2.716.000	5.727	21,09
N	São Lourenço	225,50	2.255.000	5.726	25,39
N	Centro Cívico	96,50	965.000	5.167	53,54
N	Mossunguê	338,10	3.381.000	4.436	13,12
N	Hugo Lange	115,00	1.150.000	3.406	29,62
N	São João	302,90	3.029.000	2.624	8,66
N	Taboão	171,50	1.715.000	2.326	13,56
N	Cascatinha	256,70	2.567.000	1.651	6,43
N	Lamenha Pequena	339,60	3.396.000	848	2,50
	TOTAL	13.726,40	137.264.000	414.663	30,21

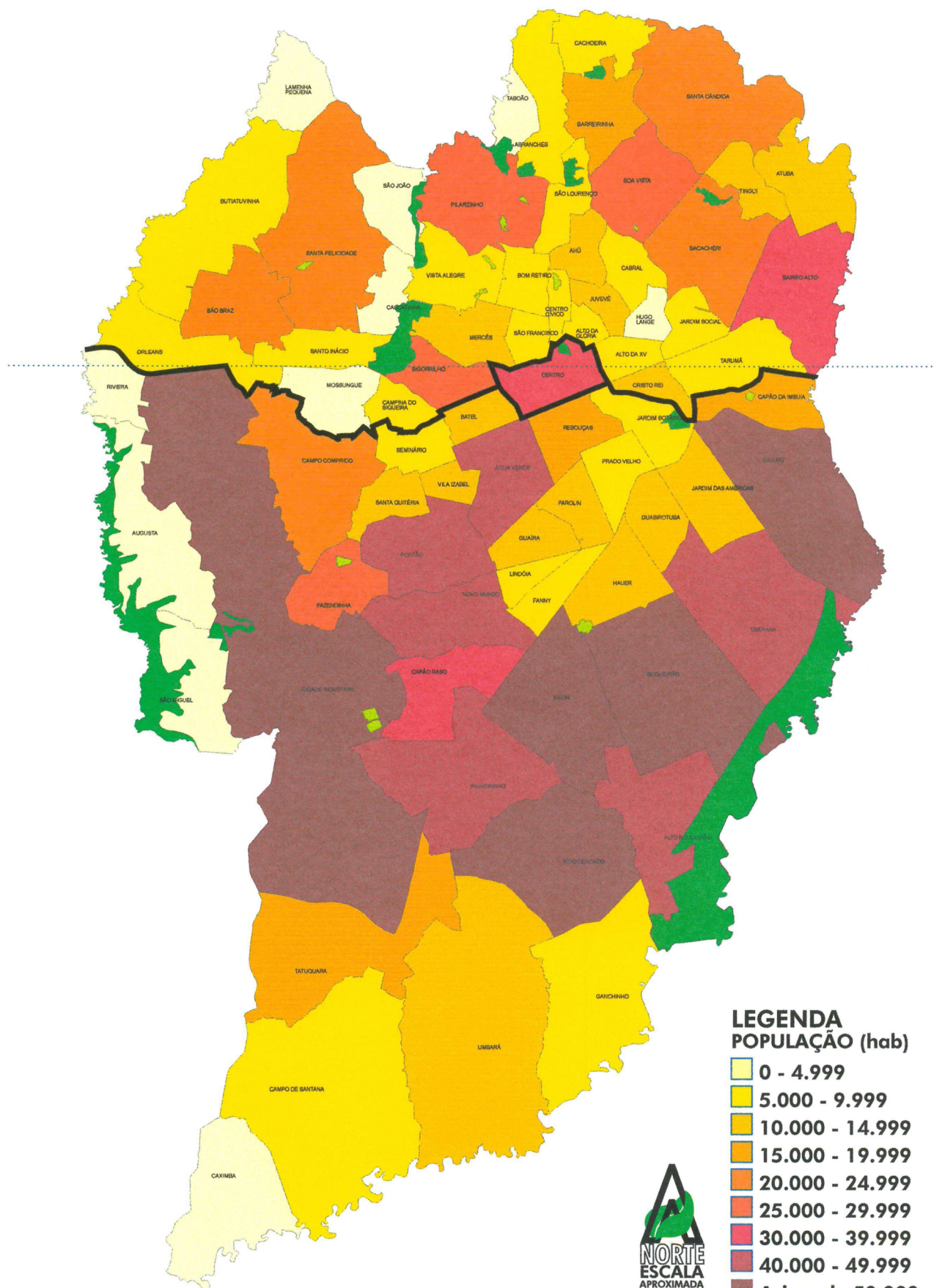
FONTE: IBGE apud IPPUC, 1997; IPPUC, 1997

Tabela 04
Área, população e densidade populacional
por bairros da porção sul de Curitiba

P	BAIRRO	ÁREA (ha)	ÁREA (m²)	HABITANTES	DENSIDADE
S	Cidade Industrial	4.337,80	43.378.000	150.985	34,81
S	Sítio Cercado	1.112,30	11.123.000	89.034	80,04
S	Cajuru	1.155,20	11.552.000	84.286	72,96
S	Boqueirão	1.480,20	14.802.000	66.462	44,90
S	Xaxim	892,40	8.924.000	50.237	56,29
S	Água Verde	476,40	4.764.000	49.863	104,67
S	Pinheirinho	1.073,40	10.734.000	48.036	44,75
S	Alto Boqueirão	1.211,20	12.112.000	47.619	39,32
S	Uberaba	1.408,60	14.086.000	45.676	32,43
S	Novo Mundo	599,20	5.992.000	40.770	68,04
S	Portão	569,50	5.695.000	40.581	71,26
S	Capão Raso	506,30	5.063.000	33.424	66,02
S	Fazendinha	371,70	3.717.000	25.364	68,24
S	Campo Comprido	854,90	8.549.000	20.134	23,55
S	Capão da Imbuia	316,30	3.163.000	19.639	62,09
S	Tatuquara	1.122,90	11.229.000	19.469	17,34
S	Rebouças	298,20	2.982.000	15.166	50,86
S	Guaíra	232,20	2.322.000	13.988	60,24
S	Hauer	402,10	4.021.000	12.936	32,17
S	Jardim das Américas	387,40	3.874.000	12.906	33,31
S	Cristo Rei	146,40	1.464.000	12.291	83,95
S	Umbará	2.247,40	22.474.000	12.003	5,34
S	Parolim	225,30	2.253.000	11.880	52,73
S	Batel	176,00	1.760.000	11.665	66,28
S	Santa Quitéria	208,80	2.088.000	11.248	53,87
S	Vila Izabel	121,10	1.211.000	10.408	85,95
S	Guabirota	263,10	2.631.000	10.379	39,45
S	Fanny	199,60	1.996.000	8.346	41,81
S	Lindóia	118,00	1.180.000	8.213	69,60
S	Prado Velho	243,00	2.430.000	7.822	32,19
S	Seminário	212,80	2.128.000	7.650	35,95
S	Campo de Santana	2.157,40	21.574.000	6.895	3,20
S	Jardim Botânico	277,20	2.772.000	6.670	24,06
S	Ganchinho	1.119,60	11.196.000	5.847	5,22
S	Augusta	884,10	8.841.000	3.161	3,58
S	São Miguel	700,20	7.002.000	2.895	4,13
S	Caximba	816,70	8.167.000	1.790	2,19
S	Riviera	236,00	2.360.000	217	0,92
	TOTAL	29.160,90	291.609.000	1.025.955	35,18

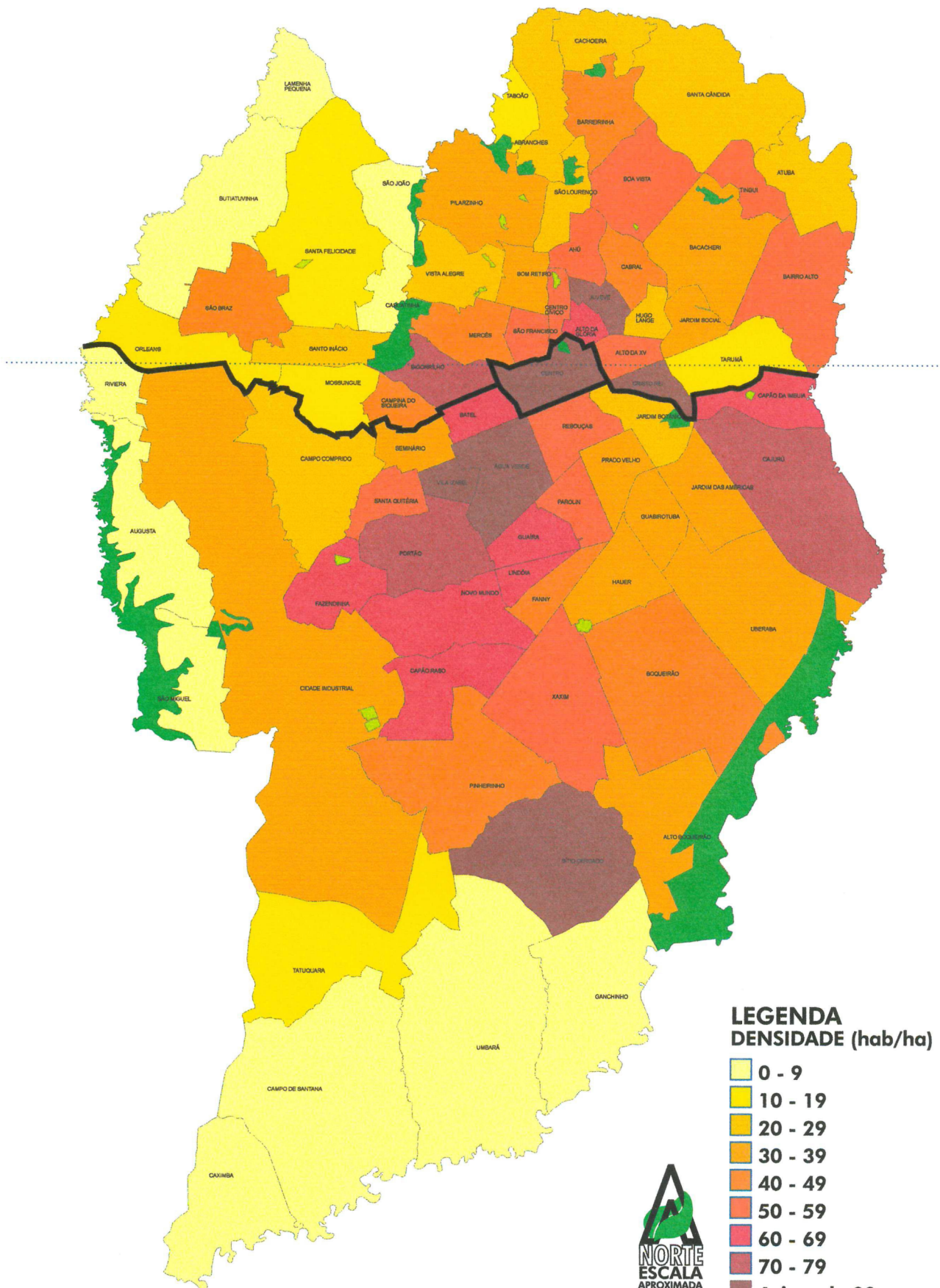
FONTE: IBGE apud IPPUC, 1997; IPPUC, 1997

Mapa 06
População por bairros de Curitiba - 1996



FONTE: IBGE apud IPPUC, 1997
BASE CARTOGRÁFICA: COPEL, 1998?
ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.

Mapa 07
Densidade populacional por bairros de Curitiba - 1996



FONTE: IBGE apud IPPUC, 1997
 BASE CARTOGRÁFICA: COPEL, 1998?
 ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.

Tabela 05
Renda mediana do chefe de família em salários mínimos
por bairros de Curitiba - 1991

Abaixo de 3 salários mínimo			Entre 3 e 5 salários mínimo		
01	São Miguel	0,88	41	Capão da Imbuia	3,16
02	Caximba	1,16	42	Santo Inácio	3,25
03	Ganchinho	1,57	43	Vista Alegre	3,30
04	Prado Velho	1,75	44	Tingüi	3,41
05	Tatuquara	1,85	45	Santa Quitéria	3,63
06	Augusta	1,89	46	Hauer	3,63
07	Umbará	1,93	47	Alto Boqueirão	3,64
08	Cachoeira	1,94	48	Boa Vista	4,03
09	Lamenha Pequena	2,10	49	Guabirota	4,38
10	Lindóia	2,12	50	Campina do Siqueira	4,41
11	Riviera	2,18	51	Bom Retiro	4,88
12	Taboão	2,20	52	Rebouças	4,90
13	Pinheirinho	2,21	53	São Lourenço	4,99
14	Sítio Cercado	2,29			
15	Cajuru	2,32	Entre 5 e 7 salários mínimos		
16	Atuba	2,33	54	Portão	5,18
17	Campo de Santana	2,40	55	Jardim Botânico	5,22
18	Butiatuvinha	2,41	56	Mercês	5,23
19	Cidade Industrial	2,41	57	Bacacheri	6,10
20	São João	2,49	58	Tarumã	6,26
21	Abranches	2,51	59	São Francisco	6,49
22	Orleans	2,55	60	Jardim das Américas	6,70
23	Mossunguê	2,56	61	Centro	6,72
24	Cascatinha	2,63			
25	Xaxim	2,65	Entre 7 e 9 salários mínimos		
26	Parolim	2,69	62	Vila Izabel	7,38
27	São Braz	2,71	63	Seminário	7,62
28	Santa Cândida	2,71	64	Alto da XV	7,68
29	Pilarzinho	2,73	65	Cristo Rei	7,84
30	Barreirinha	2,76	66	Ahu	7,89
31	Uberaba	2,76	67	Hugo Lange	8,02
32	Guaíra	2,83	68	Água Verde	8,89
33	Santa Felicidade	2,85	69	Centro Cívico	8,95
34	Bairro Alto	2,86			
35	Capão Raso	2,87	Acima de 9 salários mínimos		
36	Campo Comprido	2,90	70	Juvevê	9,02
37	Novo Mundo	2,90	71	Alto da Glória	9,16
38	Fazendinha	2,91	72	Cabraí	9,47
39	Boqueirão	2,95	73	Bigorilho	9,93
40	Fanny	2,97	74	Jardim Social	12,10
			75	Batel	12,80

Fonte: IPPUC, 1997

Mapa 08

☐ Acima de 9
☐ 7 - 8,99
☐ 5 - 6,99
☐ 3 - 4,99
☐ Até 2,99

Linha divisória

FONTE: IBGE apud IPPUC, 1997
BASE CARTOGRÁFICA: COPEL, 1998?
ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.

Tabela 06
Áreas e percentuais dos
parques e bosques públicos de Curitiba

PARQUES MUNICIPAIS					
	NOME	ÁREA EM M2	% PARQUE	% TOTAL	P
1	Passeio Público	69.285	0,38%	0,36%	N
2	Parque Barreirinha	275.380	1,50%	1,45%	N
3	Parque São Lourenço	203.918	1,11%	1,07%	N
4	Parque Barigüi	1.400.000	7,61%	7,35%	N
5	Parque Iguaçu	8.264.316	44,90%	43,40%	S
6	parque Iberê de Mattos	152.000	0,83%	0,80%	N
7	Parque das Pedreiras	103.500	0,56%	0,54%	N
8	Parque Passaúna	6.500.000	35,31%	34,14%	S
9	Jardim Botânico	278.000	1,51%	1,46%	S
10	Parque dos Tropeiros	173.474	0,94%	0,91%	S
11	Parque Caiuá	46.000	0,25%	0,24%	S
12	Parque Diadema	112.000	0,61%	0,59%	S
13	Parque Tingüi	380.000	2,06%	2,00%	N
14	Parque Tanguá	450.000	2,44%	2,36%	N
	TOTAL	18.407.873	100,00%	96,68%	

BOSQUES MUNICIPAIS					
	NOME	ÁREA EM M2	% BOSQUES	% TOTAL	P
1	Bosque Boa Vista	11.682	1,85%	0,06%	N
2	Bosque João Paulo II	48.000	7,59%	0,25%	N
3	Bosque do Capão da Imbuia	42.417	6,70%	0,22%	S
4	Bosque Gutierrez	18.000	2,84%	0,09%	N
5	Bosque Reinhard Maack	78.000	12,33%	0,41%	S
6	Bosque do Pilarzinho	28.146	4,45%	0,15%	N
7	Bosque Zaninelli	36.794	5,81%	0,19%	N
8	Bosque de Portugal	20.850	3,29%	0,11%	N
9	Bosque da Fazendinha	72.851	11,51%	0,38%	S
10	Bosque Alemão	40.000	6,32%	0,21%	N
11	Bosque Italiano	23.540	3,72%	0,12%	N
12	Bosque do Trabalhador	192.015	30,34%	1,01%	S
13	Bosque São Nicolau	20.520	3,24%	0,11%	S
	TOTAL	632.815	100,00%	3,32%	

% **BOSQUES**: Percentual da área do bosque em relação a área total de bosques.

% **TOTAL**: Percentual da área do bosque ou parque em relação a área total de bosques + parques.

P: Localização do bosque ou parque na porção norte ou sul da cidade.

Tabela 07
Área total dos bosques e parques em relação as
porções norte e sul de Curitiba

ÁREAS		
TIPOLOGIA	ÁREA	%
Área total Parques	18.407.873	96,68%
Área total Bosques	632.815	3,32%
Área total de parques e bosques	19.040.688	100,00%
Parques ao norte	3.034.083	15,93%
Bosques ao norte	227.012	1,19%
Parques + Bosques ao norte	3.261.095	17,13%
Parques ao sul *	609.474	3,20%
Bosques ao sul	405.803	2,13%
Parques + Bosques ao sul *	1.015.277	5,33%
Parque do Iguaçu	8.264.316	43,40%
Parque do Passaúna	6.500.000	34,14%
Área total de parques em APAs	14.764.316	77,54%

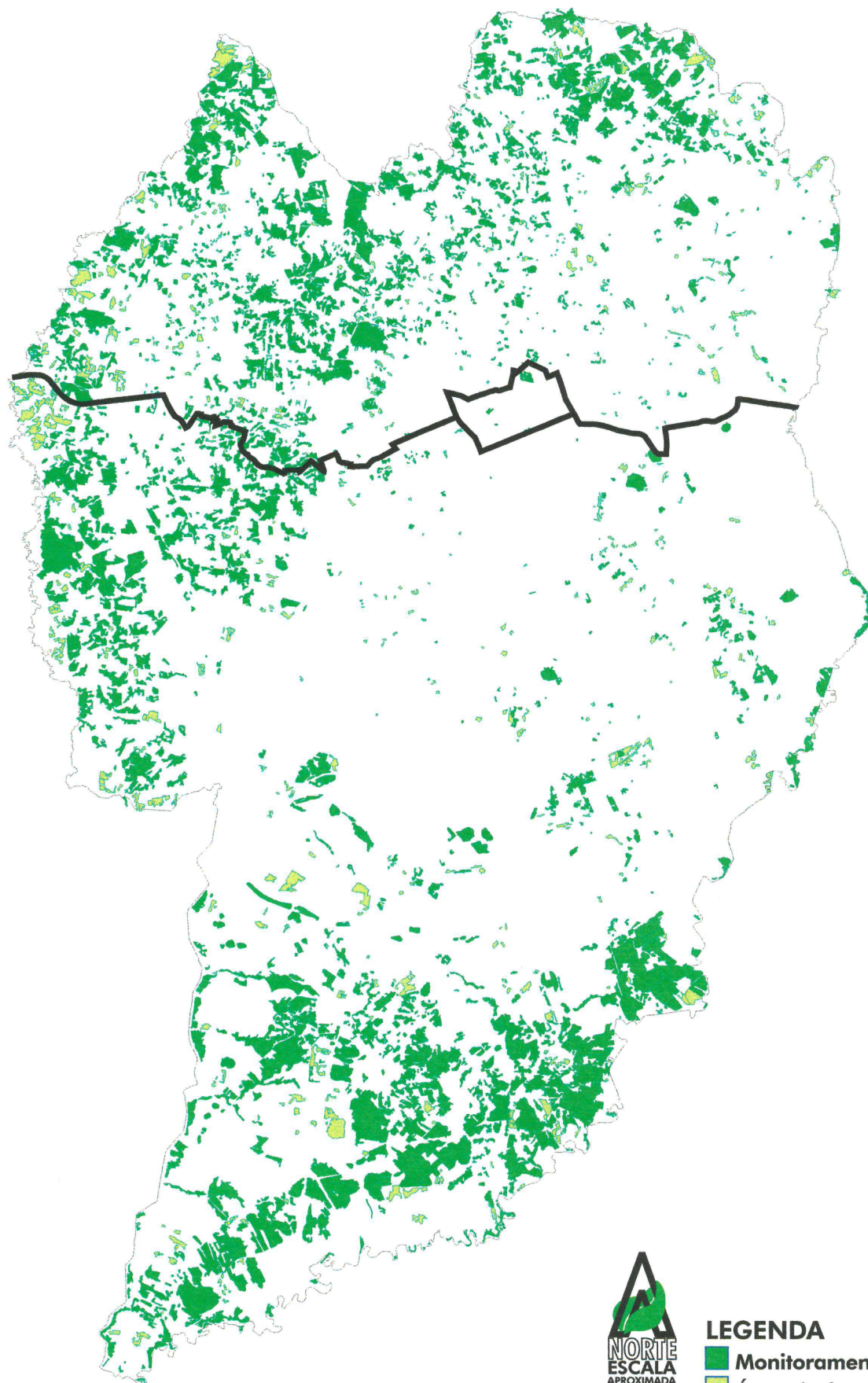
NÚMERO DE ÁREAS VERDES		
TIPOLOGIA	NÚMERO	%
Número total de Parques	14	51,85%
Número total de Bosques	13	48,15%
Número total de parques e bosques	27	100,00%
Parques ao norte	8	29,63%
Bosques ao norte	8	29,63%
Parques + Bosques ao norte	16	59,26%
Parques ao sul	6	22,22%
Bosques ao sul	5	18,52%
Parques + Bosques ao sul	11	40,74%

PERCENTUAIS DE PARQUES E BOSQUES		
TIPOLOGIA		%
Área de bosques ao norte (m²)	227.012	35,87%
Área de bosques ao sul (m²)	405.803	64,13%
Área Total de Bosques (m²)	632.815	100,00%
Número de Bosques ao norte	8	61,54%
Número de Bosques ao sul	5	38,46%
Número total de Bosques	13	100,00%
Área de parques ao norte (m²)	3.034.083	16,48%
Área de parques ao sul (m²)	609.474	3,31%
Área de parques em APAs (m²)	14.764.316	80,21%
Área Total de parques (m²)	18.407.873	100,00%
Número de parques ao norte	8	57,14%
Número de parques ao sul	6	42,86%
Número total de parques	14	100,00%

* Excluindo-se os parques do Passaúna e do Iguaçu que se inserem dentro de Áreas de Proteção Ambiental de mesmo nome

FONTE: SMMA, 2000

Mapa 09
Monitoramento das áreas verdes de Curitiba



BASE CARTOGRÁFICA: Mapa de Áreas Verdes, Unidade de Conversação
e Anel de Conservação Sanitário Ambiental - PMC, 2.000
ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.



LEGENDA

- Monitoramento inicial
- Áreas incluídas em 2ª etapa
- Linha divisória

3.2 Parques e bosques públicos de Curitiba/Pr: os cursos d'água como definidores de localização

Outro fator notável no que diz respeito à área de implantação de parques e bosques públicos em Curitiba é a sua freqüente proximidade com cursos de água. Dos 27 parques e bosques públicos da cidade apenas quatro não possuem cursos de água em seu interior, os parques das Pedreiras e Jardim Botânico (que apesar de não possuírem rios em seu interior têm lagos artificiais, o que indica a possibilidade de curso de água intermitente) e os bosques da Boa Vista e da Fazendinha (Mapa 10).

De acordo com o Plano Preliminar de Urbanismo (1965), deveriam ser criados na cidade diversos lagos que serviriam como reguladores de enchentes, evitando que elas causassem prejuízos no Centro da cidade. Em função disso, esses lagos deveriam estar localizados à montante dos rios que cortam a área central da cidade, ou seja, na região norte. São exemplos de parques que surgiram com este objetivo o Barigüi e o São Lourenço.

Já ao sul, o objetivo do Parque do Iguaçu não era o de retardar a chegada da enchente ao Centro da cidade, mas sim evitar que as áreas ao seu entorno, constantemente alagadas, fossem ocupadas por loteamentos. De acordo com o Plano Preliminar (1965), deveriam ser tomadas medidas que desestimulassem a ocupação da área entre o Rio Iguaçu e a BR-116 e que preservassem a qualidade da água na bacia do Iguaçu:

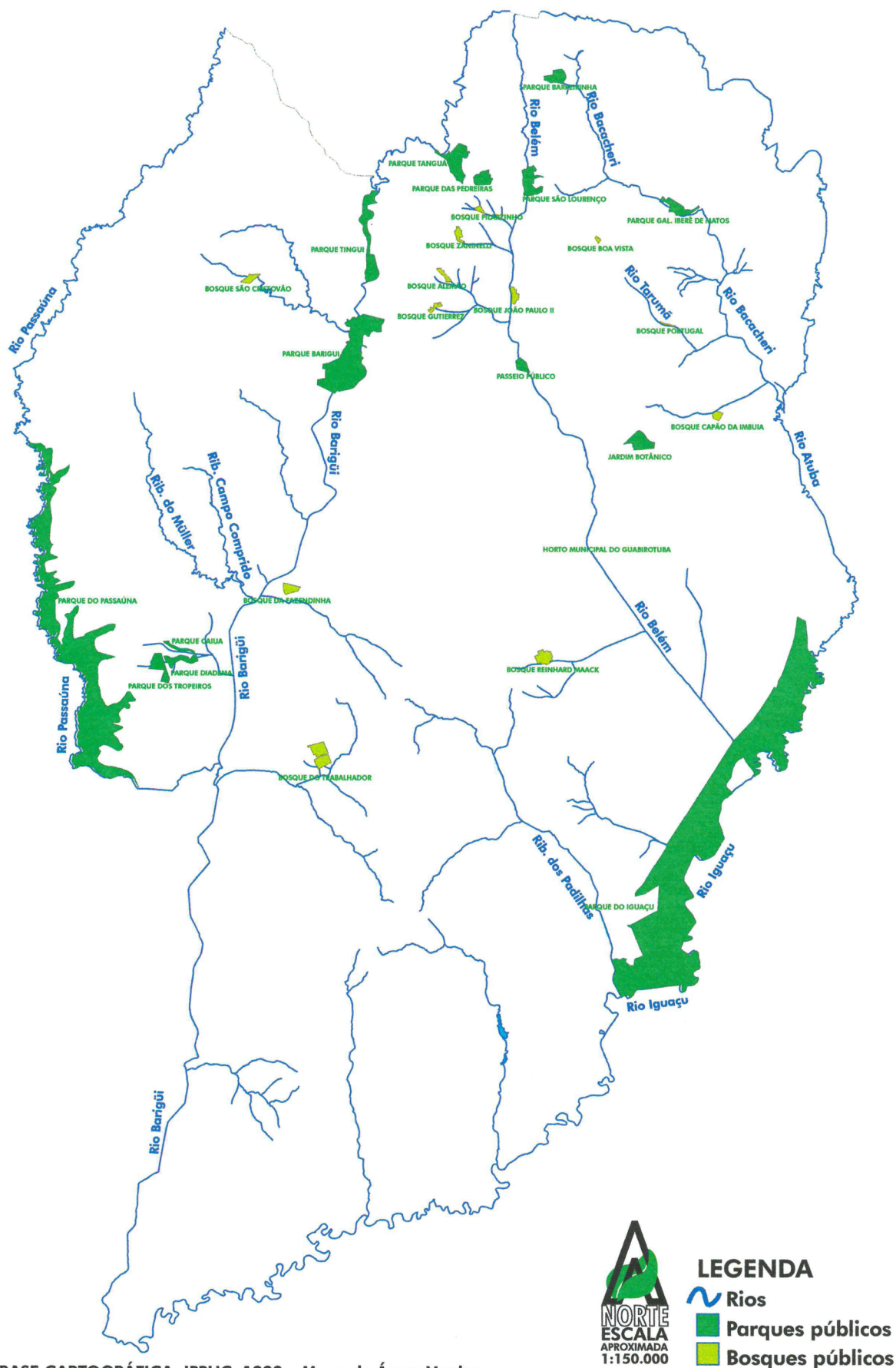
Do Rio Iguaçu até a BR 2³, ao longo do eixo da Av. Marechal Floriano, estende-se grande região baixa, inundável, de solo inadequado para construções. A oferta de terrenos loteados levou parte da população a ocupá-la, tornando inorgânico o desenvolvimento da cidade. Recomenda-se não estimular novos empreendimentos nesta região. (Plano Preliminar de Urbanismo, 1965. p. 80).

Quanto ao Parque do Passaúna, sua implantação se deu visando à criação de um lago de abastecimento para a região de Curitiba e à preservação da qualidade desta água.

³ BR-2: Denominação antiga da atual BR-116 que corta a malha urbana de Curitiba ligando a cidade a São Paulo e a Santa Catarina.

Fica evidenciado, dessa forma, que o principal elemento definidor do local de implantação dos parques e bosques da cidade foi a existência de cursos de água, ora com o intuito de evitar enchentes, ora visando a preservação da qualidade da água ou simplesmente objetivando impedir a ocupação de áreas inundáveis.

Mapa 10
Parques e bosques públicos e rede hidrográfica de Curitiba



BASE CARTOGRÁFICA: IPPUC, 1999 e Mapa de Áreas Verdes,
Unidade de Conversação e Anel de Conservação Sanitário Ambiental - PMC 2000
ELABORAÇÃO: ANDRADE, R. V.

3.3 A valorização imobiliária no entorno dos parques e bosques públicos em Curitiba/Pr

A criação dos parques e bosques públicos de Curitiba foi prontamente incorporada pela população que passou a freqüentá-los com assiduidade. Não demorou muito para que fosse tido como privilégio morar próximo a um parque ou bosque; a proximidade de áreas verdes trazia consigo o signo da qualidade de vida, da paz e da tranquilidade que o Centro, cada vez mais movimentado, servia como antítese.

Desde a implantação dos primeiros parques percebe-se que eles trazem consigo a valorização imobiliária do seu entorno, como se verá a seguir.

Após sua implantação, em 1886, o Passeio Público passou a servir como uma opção de lazer da elite curitibana e desencadeou um processo de reurbanização de suas áreas vizinhas com a construção de novas ruas (SEGAWA, 1996). Obviamente essa área, que era evitada em função dos riscos que oferecia à saúde pública, por ser um espaço alagadiço e pantanoso, passou a ser muito procurada pela elite e a receber infraestrutura, o que acabou acarretando na sua valorização imobiliária.

No Plano de Ação e Preservação de Fundos de Vale elaborado pelo IPPUC (1975) aparece a citação de que os terrenos ao redor do Parque Barigüi adquiriram uma rápida valorização, que hoje em dia é muito fácil de ser verificada observando-se o padrão construtivo no entorno do parque, pois

A implantação da obra [Parque Barigüi] eliminou a cornubação na área e acrescentou aos imóveis localizados na zona oeste de Curitiba uma valorização jamais esperada em tão curto prazo de tempo. Solucionou-se também e de maneira definitiva o problema de enchentes, assegurando, outrossim, um equilíbrio ecológico na zona. (Plano de Ação e Preservação dos Fundos de Vale, PMC/IPPUC, 1975 p. 21).

Ainda no mesmo documento de 1975, aparece como forma da prefeitura municipal reaver os gastos para a implantação do futuro Parque Iguaçu, o aumento na arrecadação do IPTU em função da valorização dos lotes adjacentes, o que comprova a valorização imobiliária no entorno do mesmo: “com a urbanização dessas áreas [Parque Iguaçu] ainda se valorizam os lotes adjacentes que, através dos impostos urba-

nos, fariam retornar ao poder público os recursos aplicados naquele programa.” (Plano de Ação e Preservação dos Fundos de Vale, PMC/IPPUC, 1975 p. 12).

Embora seja facilmente perceptível a valorização imobiliária no entorno da maioria dos parques e bosques de Curitiba através dos padrões construtivos ao seu redor, os parques que melhor demonstram esta mudança no valor da terra urbana são os parques Tanguá e Tingüi, como se constata a seguir:

A família Gava doou cerca de 100 mil metros quadrados de uma área às margens do Rio Barigüi, no Bairro Pilarzinho, que estava destinada a ser um depósito de lixo. Hoje, três anos depois, a mesma área faz parte do Parque Tanguá, um dos mais belos da cidade, e os terrenos vizinhos, do loteamento construído pela família, tiveram uma valorização de pelo menos 40%. (...) Hoje, as áreas da região estão sendo comercializadas a R\$ 100,00 o metro quadrado. “Sem o parque, esse valor cairia para cerca de R\$ 60,00 e o loteamento seria igual a qualquer outro, sem o atrativo do parque”, avalia o diretor comercial [da imobiliária 2000]. Segundo ele, além da valorização dos terrenos, o que aumentou também foi a liquidez, a facilidade de vender imóveis com um parque do lado. (GAZETA DO POVO, 02/05/99 p. 11).

Nessa reportagem fica evidente que a área era de baixo valor imobiliário, além de ficar no limite da cidade, era cogitada para a implantação de um depósito de lixo. No entanto, ao invés de transformar a área em um depósito de lixo, o que certamente acarretaria em uma redução ainda maior no valor imobiliário dos terrenos da região, foi feito um parque que, de acordo com a reportagem, fez com que o valor da terra na área sofresse um acréscimo de pelo menos 40% e aumentasse a liquidez dos lotes. Hoje o que se vê ao redor do parque são várias construções de alto padrão sendo realizadas e um grandioso condomínio horizontal de altíssimo padrão.

Processo semelhante sofreu o parque Tingüi. A área onde ele está implantado pertencia a uma zona agrícola e conseqüentemente eram lotes de menor valor imobiliário. Cientes de que o zoneamento iria ser alterado com o passar do tempo, algumas imobiliárias compraram terrenos na região esperando a alteração na lei de uso de solo e o conseqüente aumento do valor imobiliário, pois:

A área hoje ocupada pelo Parque Tingüi – que passou de zona agrícola para residencial – também foi doada para a prefeitura, em uma parceria com vários proprietários. “Quando começamos a investir na região, há cerca de 20 anos, isso aqui era só mato. Com o tempo, a cidade foi chegando até aqui, e hoje temos o Parque Tingüi ao lado de nossos condomínios”, conta o diretor da Construtora Taba, Hilário Paulo Miers Filho. A empresa, que doou parte da área para a construção do Tingüi, hoje tem quatro condomínios ao redor do parque, com espaço para a construção de 85 casas de alto padrão (com o valor do metro quadrado entre R\$ 90,00 e R\$ 100,00) em lotes de 800 a 1.500 metros quadrados. Segundo o diretor do Departamento de Patrimônio da Prefeitura, Edelson Galvão da Silva, as áreas vi-

zinhas aos parques da cidade valorizam no mínimo 40%, mas o imóvel pode até dobrar de valor, dependendo do lote e do investimento que as construtoras fizeram na região (GAZETA DO POVO, 02/05/99 p. 11).

O entorno do parque Tingüi ainda passa por um processo de mudança do padrão de ocupação, pois é facilmente verificável na região que a maior parte das novas edificações são de altíssimo padrão, enquanto as construções mais antigas, anteriores a construção do parque, são predominantemente de padrão mais simples. As fotografias constantes na PRANCHA 07 mostram áreas de ocupação mais antiga no entorno do Parque Tingüi, e ocupações mais recentes, posteriores à implantação do mesmo. Pelas fotos fica nítido que após a implantação do Parque Tingüi o padrão da tipologia construtiva foi bastante alterado, surgindo em seu entorno condomínios horizontais para pessoas de alto poder aquisitivo, enquanto antes da implantação a tipologia construtiva se caracterizava por casas de madeira, ou pequenas casas de alvenaria.

Prancha 07
Tipologia construtiva antes e após a implantação do Parque Tingüi



FOTO: Rivalir Vanin de Andrade - 1999

Foto 33 - Padrão construtivo anterior a implantação do Parque Tingüi



FOTO: Rivalir Vanin de Andrade - 1999

Foto 34 - Padrão construtivo anterior a implantação do Parque Tingüi



FOTO: Rivalir Vanin de Andrade - 1999

Foto 35 - Padrão construtivo posterior a implantação do Parque Tingüi



FOTO: Rivalir Vanin de Andrade - 1999

Foto 36 - Padrão construtivo posterior a implantação do Parque Tingüi

3.4 A relação entre agentes privados e a criação dos parques e bosques públicos em Curitiba/Pr

Outro fator que aparece constantemente no processo de criação de bosques e parques públicos em Curitiba é a interferência dos agentes privados na definição de locais para a implantação destas áreas. Esses agentes aparecem desde a criação do primeiro parque de Curitiba, o Passeio Público, na imagem do empresário Francisco Fasce Fontana, até a criação dos últimos parques, o Tanguá e o Tingüi, onde imobiliárias e empresários doaram áreas à prefeitura na expectativa de que a criação de parques valorizasse a terra.

É inevitável notar que a recomendação do local para implantação do Passeio Público partiu do Sr. Fontana, proprietário de terrenos em frente à área pantanosa de baixo valor econômico, que seria desapropriada para implantação do parque. Seu lote, em frente à área do Passeio Público, sofreu grande valorização após as obras que além de implantarem o parque, criaram novas avenidas e alongaram antigas, ficando uma delas, inclusive, com o seu nome, Rua Fontana, hoje Presidente Faria como pode ser observado na citação a seguir:

A bem da verdade, o que ele [Fontana] conseguiu mesmo foi embelezar as cercanias de sua residência, com abertura e nivelamento das ruas, com o saneamento e construção de um lindo parque em frente à sua mansão, o que demonstra que, pelos interesses pessoais, seus serviços prestados no Passeio Público durante dois anos e meio não foi o seu cargo exercido tão gratuitamente assim (...) Após a sua chegada [Alfredo D'Scragnolle Taunay] fez amizade com o ítalo-uruguaio Francisco Fasce Fontana, rico industrial de erva mate e pessoa de prestígio na sociedade curitibana da época. A grande preocupação de Fontana era o banhado que se formava as margens do Rio Belém em frente a sua residência. O que lhe impunha certa temeridade sobre a possibilidade daquelas águas estagnadas virem a causar alguma febre maligna. (...) Das relações de amizade entre Taunay e Fontana resultou o projeto da criação do Passeio Público nesse terreno baldio e pantanoso, propondo-se Fontana a realiza-lo por menos do que o orçado para o simples saneamento (DESTEFANI, apud GAZETA DO POVO, 1978).

Assim como aconteceu com o Passeio Público outros parques também tiveram interesses particulares levados em conta em sua implantação. A família Gava era proprietária de um terreno em que funcionava uma pedreira onde hoje é o parque Tanguá, no entanto chega um momento onde a extração passa a ser muito onerosa e a pedreira é desativada, devendo seus proprietários recuperar a área ambiental-

mente. Essa recuperação ambiental tem sempre um elevado custo. Cogitou-se então que a área fosse transformada em um depósito de lixo, no entanto esta alternativa acarretaria na diminuição do valor da terra no local e em prejuízos para os proprietários de terrenos no entorno da área, entre eles a própria família Gava, proprietária do loteamento de alto padrão vizinho ao parque. O terreno foi então doado para a prefeitura, pois desta forma o ônus de recuperar o local caberia ao seu novo proprietário, a Prefeitura Municipal, que ao transformar a área em parque fez com que os lotes vizinhos tivessem uma grande valorização, beneficiando os proprietários desses lotes. Essa mudança no processo de produção espacial de uma área que seria transformada em depósito de lixo em um dos mais belos parques da cidade aparece na reportagem da GAZETA DO POVO (02/05/1999), “a família Gava doou cerca de 100 mil metros quadrados de uma área às margens do Rio Barigüi, no Bairro Pilarzinho, que estava destinada a ser um depósito de lixo. Hoje, três anos depois, a mesma área faz parte do Parque Tanguá, um dos mais belos da cidade”.

Processo semelhante ocorreu na região onde hoje se encontra o parque Tingüi. As áreas do parque pertenciam à iniciativa privada, que a doaram sabendo que a implantação do parque acarretaria na valorização imobiliária do seu entorno; como era uma zona agrícola ainda haviam grandes áreas vazias possibilitando, dessa forma, a criação de loteamento com grandes áreas livres e lotes de grandes proporções que atenderiam a uma elite econômica. Foram criados então, ao redor do parque, condomínios horizontais com lotes a R\$100,00 o m² e de área mínima de 800 m². Essa parceria entre a administração pública e a iniciativa privada aparece na reportagem da GAZETA DO POVO (02/10/1994), “o Tingüi foi construído numa parceria com a iniciativa privada. Todas as terras componentes do parque, avaliadas em US\$ 4 milhões, foram doadas: 183 mil metros quadrados pela Construtora Independência e 196.317 metros quadrados por Carlos Augusto Piovesan”.

Nesses exemplos, vê-se claramente que a criação destes parques beneficiam um determinado grupo e que por detrás dessas doações estão na verdade interesses econômicos, ainda que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental urbana.

3.5 Apropriação da imagem dos parques e bosques públicos de Curitiba/Pr por parte das administrações políticas

A criação de espaços de lazer é, geralmente, bem vista pela população, o que acaba rendendo dividendos e votos ao político que as implanta, não sendo, como se viu, uma estratégia recente criar parques e bosques visando colher os méritos desta obra. Já na criação do Passeio Público, no século XIX, é impressionante notar a rapidez com que o projeto foi aprovado pela Câmara de Curitiba e executado. E mesmo não tendo ficado pronto, sua inauguração se deu apenas um dia antes do término do mandato do presidente Alfredo Taunay, de forma a ficar explícito que aquela obra era produto de sua administração e não de seu sucessor.

Ante-hontem, domingo, 2 do corrente, teve lugar a inauguração do Passeio Público, às 3 horas da tarde, conforme estava anunciado. A concorrência foi enorme, e de tanta gente que ali se reuniu, representando todas as opiniões políticas, ninguém houve sem dúvida, que intimamente não elogiasse o administrador da província pelo benefício que fez a esta capital (GAZETA PARANAENSE 04/05/1886 apud DESTEFANI, 1978).

As administrações do prefeito Jaime Lerner, desde seu primeiro mandato, fizeram questão de mostrar que estavam comprometidas com as questões ecológicas. Logo no primeiro mandato são construídos os primeiros parques de Curitiba desde o Passeio Público em 1886, que passariam a ser um dos grandes ícones representativos das suas administrações, como pode-se observar em seu discurso de posse na primeira gestão: “realce especial será dado à recreação (...) à construção de novas praças e de grandes parques, a preservação das áreas verdes expressivas, a execução de um plano de arborização da cidade e uma política de ocupação de solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água” (LERNER apud MENEZES 1996, p. 102).

Uma das características desta administração foi vincular à implantação dos parques projetos de animação criados pela Fundação Cultural de Curitiba. Isso fez com que a população saísse de casa e começasse a encontrar nos parques uma das principais alternativas de lazer público. Logo a população incorporou o conceito de que a criação de parques e bosques era uma boa idéia e, portanto, a sua implantação revertia em aceitação popular aos políticos que a defendiam.

Seguindo Jaime Lerner, o prefeito Saul Raiz se esforça para que o Parque I-guaçu seja inaugurado em sua administração, o que ocorre no último ano de seu mandato. Na gestão seguinte, o prefeito Jaime Lerner volta a inaugurar o Parque I-guaçu, desta vez incorporando a ele o Jardim Zoológico. Com a visita do Papa João Paulo II, em 1980, aproveita para implantar o Bosque do Papa e, dessa forma, aumenta sua popularidade entre os católicos, os poloneses e os adeptos da construção de novos parques.

Em 1992, o Rio de Janeiro sedia a Eco-92 que marca o ápice do movimento ecológico no Brasil. A ecologia rende muita popularidade, e vendo o retorno que a imagem de uma administração ecológica proporcionava, o grupo lernista resolve explorar Curitiba como sendo a “capital ecológica” do Brasil. Em 1992 é criada a Escola de Urbanismo Ecológico, que tenta demonstrar que as soluções urbanas adotadas por Curitiba tinham por base uma forte preocupação ambiental e que em função da aplicação das diretrizes desta escola é que Curitiba havia chegado a uma qualidade de vida diferenciada das demais cidades brasileiras.

Os parques, bosques e praças passaram também a abrigar memoriais que serviriam como elementos emblemáticos dos povos colonizadores de Curitiba. Esses memoriais objetivam demonstrar que a cidade reconhece a importância de seus colonizadores e os valoriza, e que agora aqui também é o seu lar e que eles devem amá-lo como tal. Evidentemente esses memoriais acrescentaram um novo elemento de valor simbólico aos parques e bosques, como pode-se observar:

A gestão de Rafael Greca deu grande ênfase à construção de uma identidade social. Diversos espaços públicos receberam a implantação de “memoriais” que celebram a presença das diversas etnias que compõem a população curitibana. Fazem parte desta política, os bosques de Portugal, Alemão e Italiano, o “Memorial da Imigração Ucraniana” instalado no parque Tingüi, e outras construções em praças da cidade (UNILIVRE, 1997 p. 122).

Essa estrutura e as competências atribuídas à SMMA permitiram que o acervo de parques e bosques não cessasse de crescer. Na gestão do prefeito Rafael Greca de Macedo (1993-1996) foram implantados mais oito parques e cinco bosques municipais, os quais, somados a praças e pequenos jardins públicos, incorporaram quase três milhões de metros quadrados de áreas verdes à cidade (UNILIVRE, 1997 p. 122).

Rafael Greca de Macedo foi o prefeito que mais investiu na criação de bosques e parques além investir pesado na animação destes espaços através de festas e

eventos culturais diversificados, principalmente de caráter religioso. Em sua gestão foram construídos dez bosques e parques (Bosque de Portugal, Parque dos Tropeiros, Parque Caiuá, Parque Diadema, Parque Tingüi, Bosque da Fazendinha, Bosque Alemão, Bosque Italiano, Bosque do Trabalhador e Parque Tanguá), ou seja, apenas em uma única gestão o prefeito Rafael Greca foi responsável pela implantação de 37% do número total de parques e bosques públicos da cidade.

É importante ressaltar que destes dez parques e bosques criados, 4 são homenagens a etnias: portuguesa, ucraniana, alemã e italiana. A administração do prefeito Rafael Greca é reconhecida por seu caráter cultural, talvez por isso tenha investido tanto no reforço da imagem de diferentes culturas (povos) e em espaços para eventos. Sua última obra, o Parque Tanguá, embora tenha sido entregue durante sua administração, só foi finalizado durante a administração do Cássio Taniguchi, com a implantação do mirante Poty Lazzaroto. Embora esse mirante tenha sido entregue durante a gestão Taniguchi é perceptível que o projeto, de grande impacto visual, é da administração anterior.

O prefeito que menos tem explorado a criação de parques e bosques públicos nesses últimos trinta anos tem sido o Cássio Taniguchi que até o momento, no início de seu segundo mandato, construiu apenas o mirante do Parque Tanguá e o Bosque São Nicolau, embora tenha o projeto de implantação de outros cinco: o Parque Nascentes do Belém, o Parque Vista Alegre, o Parque Lagoa Azul, o Parque do Atuba e o Parque das Quatro Estações, conforme foi visto no capítulo anterior.

O grupo do Lerner vinha ganhando as eleições municipais logo no primeiro turno desde 1988. Nas eleições municipais de 2000, pela primeira vez nos últimos 12 anos, o grupo lernista teve que disputar o segundo turno. Até o dia das eleições a proposta do candidato da oposição, Ângelo Vanhoni, aparecia nas pesquisas como vitoriosa, pois apresentava uma proposta que priorizava aspectos sociais em detrimento dos aspectos de estrutura urbana que sempre caracterizou o grupo lernista. Cássio Taniguchi venceu o primeiro turno das eleições com pequena margem de votos, o que fez com que sua campanha do segundo turno fosse alterada. Após reassumir a prefeitura, uma das primeiras medidas do novo prefeito foi alterar o slogan da cidade de Curitiba, passando de “Capital Ecológica” para a “Capital Social”. É provável que essas

mudanças, forjadas por severas críticas da oposição, tenham efeitos na implantação de novos parques e bosques.

A apropriação da imagem de cidade ecológica, principalmente pelo grupo político do governador Jaime Lerner, aparece nitidamente nas sucessivas logomarcas da prefeitura municipal. Ao assumir o seu terceiro mandato em 1989, o então prefeito Jaime Lerner, criou uma logomarca para o município onde aparecia uma folha verde, numa clara referência a suposta qualidade ecológica da cidade. Este elemento foi mais tarde transportado para a logomarca do estado do Paraná, quando da sua posse como governador, em 1995 (Prancha 08).

Os sucessores de Jaime Lerner no executivo municipal, embora fizessem algumas alterações na logomarca, sempre mantiveram a folhinha verde, demonstrando, de certa forma, a própria continuidade do grupo político. Assim, o prefeito Rafael Greca ao assumir criou uma logomarca onde é incorporada uma estrada estilizada, dando a noção de um novo caminho; no entanto, a folhinha continuava presente na marca da cidade. Com as festividades dos trezentos anos de Curitiba, uma nova logomarca é criada, sem contudo deixar de apresentar a folhinha.

Durante sua primeira administração, o prefeito Cássio Taniguchi continuou a utilizar a logomarca criada para a administração Lerner, mas com a proximidade do ano 2000, foi feita uma nova logomarca, e novamente a folhinha se manteve. O que chama a atenção é o fato que, a partir do seu segundo mandato, o prefeito Cássio Taniguchi altera o slogan da cidade, que de “Capital Ecológica”, passa a ser “a Capital Social”, não obstante a nova logomarca mantém a folhinha verde.

Prancha 08

**Logomarcas da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Governo do Estado do Paraná,
durante as administrações do grupo político de Jaime Lerner**



Logomarca do Governo do Estado do Paraná
administração do Governador Jaime Lerner (1995-?)



Logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba
3ª administração do Prefeito Jaime Lerner (1989 - 1992)



Logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba
administração do Prefeito Rafael Greca (1993 - 1996)



Logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba
administração do Prefeito Rafael Greca (1993 - 1996)
comemoração dos 300 anos da cidade



Logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba
1ª administração do prefeito Cássio Taniguchi



Logomarca da Prefeitura Municipal de Curitiba
2ª administração do prefeito Cássio Taniguchi

3.6 Manipulação dos índices de áreas verdes de Curitiba/Pr

Para se determinar os índices de áreas verdes de uma cidade existe grande diversidade metodológica, não havendo um consenso entre os diversos processos de mensuração dos mesmos. Em sua dissertação de mestrado, Perci GUZZO (1999), faz um levantamento de diversos estudos sobre áreas verdes e cita algumas metodologias adotadas por determinados autores, como se pode observar a seguir:

Aquino (1988) realizou um levantamento dos espaços livres destinados ao lazer da população para a cidade de Ribeirão Preto/SP. Neste trabalho houve a categorização dos espaços conforme proposta de Iantzen (1973). Com a existência de 57 praças e um parque - segundo o levantamento realizado na cidade, chegou-se a um índice de $0,7 \text{ m}^2/\text{hab}$ de espaços livres disponíveis para o uso da população ribeirãopretana.

Milano (1990) obteve para a cidade de Maringá/PR, um índice de 20 m^2 de área verde por habitante, sendo $13,9 \text{ m}^2/\text{hab}$ provenientes da arborização de ruas e $6,71 \text{ m}^2/\text{hab}$ provenientes das áreas verdes públicas.

Litna (1990) realizou um levantamento das áreas verdes públicas da cidade de Piracicaba/SP, hierarquizando estes espaços segundo suas tipologias e categorias. Obteve um índice de $2,2 \text{ m}^2$ de área verde por habitante.

Goya (1990) desenvolveu estudo sobre as áreas públicas livres de edificação da cidade de Bauru/SP. Definiu essas como sendo propriedades do município ou do estado não edificadas, excluindo as áreas do sistema viário. Obteve um índice de $2,85 \text{ m}^2$ de área pública livre efetivamente implantada por habitante.

Sanchotene (1990) desenvolveu estudos sobre as áreas verdes e arborização urbana de Porto Alegre/RS. Neste trabalho foram identificados sete parques de uso público, 408 praças públicas e 292 áreas denominadas verdes complementares, incluindo-se aí, as áreas inferiores a 500 m^2 , os canteiros de avenidas, as rotatórias e jardins de representação. Para as áreas reservadas à preservação de recursos naturais, como a Reserva Biológica do Lami, houve um tratamento separado. Embora possam ser visitadas pelo público, sua função maior é a conservação de atributos naturais. O índice obtido foi de $3,08 \text{ m}^2/\text{hab}$ de área verde para uso da população. Não entraram no cálculo deste índice as áreas classificadas como verdes complementares e as unidades de conservação.

Para Vitória/ES em dados para 1991, o valor do índice de áreas verdes chega a $82,7 \text{ m}^2/\text{hab}$, sendo $31,78$ proveniente de unidades de conservação, $46,42$ de áreas verdes particulares, $1,88$ de praças e pequenos parques e $2,62$ de ruas arborizadas.

Bianchi & Graziano (1992) obtiveram um índice de $5,3 \text{ m}^2/\text{hab}$ para Jaboticabal/SP e relataram que apesar da cidade não possuir parques de bairro, distritais ou metropolitano, possui

outros tipos de espaços com funções conservacionistas e recreativas utilizados pela população. (GUZZO, 1999 p.16-18)

Em Curitiba, atualmente, utiliza-se do índice de 55,09 m² de área verde por habitante, no entanto é importante ressaltar que a metodologia utilizada por cada cidade difere entre si, e mesmo a metodologia utilizada por Curitiba, varia conforme a época a ser estudada, impossibilitando dessa forma comparações diretas entre estes índices.

Desde o Plano Preliminar de Urbanismo (1965) houve uma preocupação em quantificar a área verde do município de Curitiba, pois era um dos fatores que determinaria a qualidade de vida que seus cidadãos teriam. O Plano constatou que embora a cidade parecesse ser verde, era uma falsa impressão, pois na verdade Curitiba tinha várias casas com jardins que davam essa impressão, no entanto à medida que essas casas fossem substituídas por edifícios, as áreas verdes sumiriam.

Um fator positivo para o enfoque dos problemas paisagísticos em Curitiba é o gosto da população pelo cultivo das plantas, o qual se evidencia pelos jardins particulares em todos os níveis (...) Para o cálculo da área verde total para toda a cidade, considerando toda a população, utilizamos o índice de 5 m² da área verde por habitante, como mínimo. (Plano Preliminar de Urbanismo, 1965 p. 141 e A-71).

Para resolver o problema de escassez de áreas verdes públicas, entre outros problemas, em seu primeiro mandato Jaime lerner construiu 3 parques e 1 bosque e começou aí a exploração dos índices de área verde.

Segundo o paisagista [Burle Marx] a média ideal de área verde por habitante, é de 16 a 20 metros quadrados. Mas isso não se tem no Brasil e isto se deve à despreocupação das administrações e também a especulação imobiliária, diz ele. Curitiba passará, então, à frente desta média, uma vez que, até 1975 contará com 38 metros quadrados de área verde por habitante, duplicando assim a média internacionalmente aceita (O ESTADO DO PARANÁ, 7/4/1973, p.8 apud UNILIVRE, 1997 p. 79)

Assim, de um índice inferior a 1 m² de área verde por habitante no final dos anos 60, atingiu-se 16 m² por habitante em 1974 – índice igual ao estipulado para as cidades pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (MENEZES, 1996 p. 102).

Em várias citações começa a aparecer que Curitiba passa a ter um índice de áreas verdes igual ou superior ao indicado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), era o início da exploração da cidade como possuidora de índices de Primeiro

Mundo. É evidente que a construção destes parques havia aumentado consideravelmente a relação de área verde pública por habitante. No entanto esse suposto índice considerado como ideal pela OMS jamais existiu, e embora a prefeitura o tenha utilizado durante vários anos em suas publicações oficiais como referencial de que Curitiba estaria muito acima dos índices internacionais, hoje a própria prefeitura nega a existência deste índice, demonstrando claramente que ele foi apenas uma criação oportuna que ajudou a iniciar o processo de comparação dos índices de qualidade de vida de Curitiba com os de cidades do Primeiro Mundo.

Ora, os parques foram criados em áreas onde já havia vegetação, e os índices só aumentaram após a sua implantação enquanto parque ou bosque de domínio público. Portanto, na época, era considerado para efeito de cálculo apenas parques e bosques públicos e eram desconsideradas as áreas com vegetação que pertenciam a particulares. A cada novo parque que era criado a imprensa explorava o aumento do índice de área verde da cidade, como se observa no seguinte exemplo: “a preservação desta área [Parque Bacacheri], num total de 300 mil metros quadrados, eleva de 8 para 10 metros por habitante a área verde pública em Curitiba” (Jornal do Estado, 06/11/1988).

No entanto, durante as décadas de 80 e 90, Curitiba vinha sofrendo um dos maiores aumentos populacionais entre as capitais brasileiras, passando de 1.024.975 em 1980 para 1.315.035 em 1991 (IBGE), e evidentemente a criação de novos parques e bosques não se dava na mesma proporção. A forma como o índice era medido foi alterado, passando a contar também com áreas de domínio particular acima de 2.000 m², de forma que esse índice de área verde por habitante aumentou apesar do grande acréscimo populacional.

Em Curitiba, em 1985, considerando-se apenas áreas iguais ou superiores a 2.000 m², tamanho mínimo para a obtenção de benefícios fiscais à preservação previsto pela legislação municipal local, a cobertura florestal era da ordem de 15,1% e correspondia a um valor médio de 50,2m² de área florestal por habitante, dos quais apenas 19,0% ou 9,6m²/habitante constituíam áreas públicas. Mais ainda, estes valores variavam de 3,4m²/habitante no Centro da cidade a 2.624,8m²/habitante na periferia pouco urbanizada (MILANO; DISPERATI, 1987 apud MILANO, 1995 p. 31).

Na década de 90 Curitiba continuou a ter um grande índice de incremento populacional e várias áreas de propriedade particular que antes apresentavam vegeta-

ção de porte arbóreo passaram a abrigar construções. Parecia inevitável que o índice de área verde por habitante fosse reduzido, no entanto uma nova metodologia para o cálculo de áreas verdes foi adotada: Em um primeiro momento eram considerados maciços vegetais, públicos ou particulares, acima de 2.000 m², posteriormente se passou a contar com áreas acima de 100 m². Evidentemente essa alteração na metodologia de pesquisa fez com que uma grande área que havia sido desprezada nas pesquisas anteriores passasse a ser incorporada na nova pesquisa, aumentando mais uma vez o índice de áreas verdes por habitante da cidade, pois "naquela época eram considerados os maciços vegetais acima de 2 mil metros quadrados e a população não chegava a um milhão. Agora foram incluídos maciços vegetais com mais de 100 metros quadrados e o número de habitantes está próximo de 1,5 milhão" (GAZETA DO POVO, 03/06/99 p. 4).

As alterações metodológicas para a verificação de índices de área verde em Curitiba impossibilitam que os índices sejam confrontados entre si.

Nos últimos 10 anos, já foram realizadas três pesquisas sobre o assunto e os resultados têm sido discrepantes. Nenhuma foi feita pela prefeitura. (...) Para o engenheiro florestal, Alfredo Trindade, não existe um indicativo oficial sobre qual a quantidade de área verde ideal por habitante numa cidade. "Posso dizer que acima de 20 metros quadrados já é um bom número e Curitiba possui mais do que isso", ressalta (GAZETA DO POVO, 10/09/99 p. 10).

Atualmente a prefeitura vem realizando um levantamento de áreas verdes no município, onde, segundo informação verbal de técnicos da prefeitura, serão considerados todos os maciços vegetais que o software for capaz de reconhecer na imagem de satélite, não havendo portanto uma área mínima definida para a incorporação nos cálculos de uma determinada área verde.

Essas freqüentes alterações nas metodologias adotadas para o cálculo do índice de área verde por habitante resultam numa falsa impressão de que a quantidade de área verde por habitante na cidade vem aumentando ano após ano desde o início da década de 1970, o que os dados demonstram ser uma inverdade, pois de 1970 até agora a cidade passou de 624.821 habitantes para 1.586.848, e esse acréscimo populacional de 153% em relação à população de 1970 passou a ocupar com edificações várias áreas que antes eram ocupadas por maciços vegetais. Portanto é absolutamente improvável que tendo a cidade de Curitiba aumentado o número de habitan-

tes e diminuído o número de áreas verdes o índice de área verde por habitante tenha aumentado constantemente ano após ano.

Considerações finais

Durante os primórdios do modelo de produção capitalista das cidades, os elementos naturais como ar, água e vegetação não possuíam, ou tinham pequeno valor de troca, em função da sua abundância. A partir da aceleração do processo de industrialização, os elementos naturais nos grandes centros foram cedendo espaço para os construtivos; aquilo que antes era abundante começou a escassear e, seguindo a lei de oferta e procura, o seu valor de troca foi aumentando.

As áreas verdes, cada vez mais escassas nas grandes cidades, adquiriram um importante papel dentro do processo de produção das mesmas. As suas inúmeras funções, como foi visto no Capítulo 01, auxiliam nas questões climáticas, acústicas, paisagísticas, psicológicas, sanitárias, recreativas, hídricas e na redução dos índices de criminalidade, entre outras. Evidentemente essa gama de vantagens proporciona aos imóveis em seu entorno um diferencial que é refletido na qualidade de vida e conseqüentemente no âmbito econômico, o que, por sua vez, resulta em uma desigualdade social estabelecida pela espacialização destas áreas e por sua apropriação.

No caso específico de Curitiba, pode-se observar que as áreas verdes possuem um papel de extrema relevância dentro do processo de produção da cidade principalmente na questão do controle de enchentes e na planta de valores imobiliários.

Outra característica que aparece com força no processo de produção de áreas verdes de Curitiba é a apropriação, pelos grupos políticos, da imagem de qualidade de vida vinculada a elas. Os parques e bosques públicos são transformados em signos e emblemas de qualidade ambiental ou de valorização cultural, fazendo com que a população crie uma identidade cultural própria e um orgulho da cidade.

A política de implantação de áreas verdes em Curitiba tem seu início com o Passeio Público, no final do século XIX; adquire destaque na elaboração do Plano Agache, durante a década de 1940; mas realmente adquire força a partir do Plano Preliminar de Urbanismo, de 1965.

A política ambiental foi um dos principais eixos articuladores do planejamento urbano de Curitiba desde a segunda metade da década de 1960 e, como tal, a produ-

ção de parques e bosques públicos seguiu, em cada administração, as prioridades de quem comandava o executivo municipal.

Assim, no início da década de 1970, a criação de parques e bosques públicos foi um elemento importante da proposta técnica que caracterizou a administração do período. Um dos principais objetivos dessas obras era amenizar os efeitos das enchentes em Curitiba, o que marcou a primeira administração de Jaime Lerner. Para respaldar essa competência técnica e, principalmente, obter concordância política, foram nomeadas, para cargos decisórios da prefeitura, pessoas ligadas à elaboração do Plano Diretor de 1966, assim como o próprio prefeito e que, portanto, formaram um grupo de consenso, possibilitando a rápida implantação de inúmeros projetos elaborados pelos técnicos do IPPUC.

A administração seguinte, do prefeito Saul Raiz, teve maior preocupação com o caráter preservacionista. Foram cadastrados os remanescentes vegetais de interesse de preservação; foi elaborado um plano de preservação de fundos de vale e implantado o Parque Iguaçu, o maior da cidade, com 8.264.316 m², onde existe um setor denominado “Santuário ecológico”, destinado à reserva biológica, para a conservação da flora e da fauna existentes.

Durante as administrações do PMDB (1983 – 1988), de Maurício Fruet e Roberto Requião, houve maior preocupação com as carências sociais, entre elas também a de novas áreas de lazer. Dessa forma, o Parque do Bacacheri surgiu para atender aos moradores dos conjuntos habitacionais das proximidades; o Bosque Gutierrez foi implantado a partir de uma reivindicação da própria comunidade por meio de abaixo-assinado; enquanto que o Bosque Reinhard Maack surgiu para atender à população dos bairros da região sul de Curitiba, onde até hoje há carência de áreas públicas de lazer.

Na terceira administração do prefeito Jaime Lerner surgiram as construções emblemáticas que hoje marcam a paisagem curitibana: no Parque das Pedreiras foi construído o Ópera de Arame, teatro em tubos metálicos e policarbonato, inspirado no Teatro Ópera de Paris; seguindo o mesmo estilo, a cúpula do Jardim Botânico remeteu à lembrança do Palácio de Cristal da Inglaterra; por toda cidade, passaram a ser implantados pontos de ônibus usando tubos e transparência. Curitiba passou a contar com elementos míticos que simbolizavam o seu status de cidade de Primeiro Mundo,

conforme divulgava amplamente a PMC em uma grande campanha de marketing. Essa mudança nos padrões de implantação de áreas verdes, das primeiras administrações de Lerner para a terceira dos anos 1990, reflete caracteristicamente, o modelo de planejamento estratégico que passou a direcionar a política municipal com o objetivo de promover a cidade e assim atrair novos investimentos.

O prefeito Rafael Greca de Macedo, conhecido por dar grande ênfase a eventos culturais em sua administração, reforçou ainda mais o número de elementos emblemáticos associados a uma suposta qualidade de vida da cidade. O prefeito encontrou nos parques e bosques a moldura perfeita para as suas obras e suas festas. Surgiram nesse período, vários bosques e parques homenageando diversos grupos étnicos; festas folclóricas e religiosas ganharam grande destaque, sendo construídas réplicas de igrejas em alguns parques, e memoriais étnicos em outros. Ele foi o prefeito que mais construiu parques e bosques, sendo responsável pela implantação de 37% dos atuais parques e bosques da cidade.

Até o momento, no início de seu segundo mandato, o prefeito Cássio Taniguchi implantou apenas o Bosque São Nicolau e tem prontos os projetos de outros cinco parques. Durante o seu primeiro mandato, foi elaborada pelo IPPUC e aprovada pela Câmara de Vereadores, a nova Lei de Zoneamento e Uso de Solo de Curitiba, Lei N.º 9.800/00 que, entre outras coisas, criou o Sistema de Unidades de Conservação, classificando as áreas verdes em nove tipos distintos, definições inexistentes para Curitiba até então e o Anel de Conservação Sanitário-Ambiental, visando criar uma fronteira verde com os municípios da Região Metropolitana e supostamente preservar mananciais e fundos de vale. No entanto, a nova política ambiental da municipalidade é bastante restrita, visto que as áreas de invasão multiplicam-se constantemente e justamente nos limites dos municípios metropolitanos com Curitiba, já que, em grande parte, têm sua dinâmica sócio-econômica voltada para a capital. Assim, sem um programa metropolitano de preservação de áreas verdes, conservação de mananciais e fundos de vale, aliado a uma política também metropolitana de desenvolvimento, a notoriedade de Curitiba na questão ambiental fica comprometida.

Embora cada administração municipal de Curitiba tenha conduzido a produção de áreas verdes públicas dentro de diferentes abordagens, existem características que são comuns na produção da maioria dos parques e bosques.

A maior parte dos parques e bosques, principalmente os mais antigos, localiza-se na região norte da cidade, em função de terem sido idealizados para amenizar as enchentes no Centro. Como as nascentes localizam-se nas encostas da Região Serrana do Açungui, a maior parte dos lagos contentores precisou ser construída nessa região.

Aliado à intenção de criar lagos contentores de enchentes, havia a intenção de proteger os fundos de vale, preservar a qualidade da água para abastecimento e desincentivar a ocupação de áreas alagáveis, o que acabou acarretando que praticamente todos os parques e bosques da cidade se encontrassem às margens de cursos de água.

Independente da administração, desde a criação do Passeio Público, a implantação de parques e bosques sempre esteve associada à valorização imobiliária do entorno. Esse fenômeno proporcionou inúmeras parcerias entre a prefeitura e a iniciativa privada na produção desses espaços, acarretando mudança do perfil econômico da população do entorno pelo valor agregado por renda diferencial aos imóveis. Isto significa que, muitas vezes, a criação de uma área verde motivou o fenômeno denominado segregação branca, que ocorre quando o poder público realiza uma obra que acaba por valorizar a região e agitar o mercado imobiliário da localidade, levando os antigos moradores a transferirem suas residências e assim a não desfrutarem das melhorias.

Outro fato, que tem ocorrido com frequência, é a manipulação dos índices de áreas verdes. Desde o Plano Preliminar, de 1966, já havia a preocupação em quantificar as parcelas de área verde por habitante: quanto maior a relação, maior seria a qualidade de vida da cidade. Para se ter uma referência, utilizou-se, durante muito tempo, uma suposta indicação da Organização Mundial da Saúde, de que a proporção ideal para uma cidade seria de 16 m² de área verde por habitante. Hoje a própria Prefeitura Municipal nega a existência desta referência. Visando fazer com que os novos índices de áreas verdes fossem superiores aos seus anteriores, mesmo com o aumento de população e a conseqüente expansão horizontal da malha urbana, com a diminuição de áreas não edificadas, as metodologias de análise foram sendo alteradas, incluindo nos dados parcelas cada vez menores de áreas verdes que não apareciam nos levantamentos anteriores.

Ainda que inúmeras críticas possam ser feitas quanto ao modo de condução do processo de produção de parques e bosques públicos de Curitiba nas diversas administrações municipais, porém deve-se afirmar também que a cidade é hoje detentora de um modelo de produção de áreas verdes públicas que trouxe grandes benefícios.

É importante ressaltar que o processo de produção dos parques e bosques em Curitiba criou espaços de lazer com uso efetivo, com grande empatia por parte da população, que todos os fins de semana encontra nos parques e bosques uma das principais opções de lazer. Essa política de produção de áreas verdes também teve, como objetivos principais, a amenização de enchentes, a conservação de remanescentes florestais, a recuperação de jazidas de exploração mineral desativadas, o desestímulo de ocupação de áreas alagáveis e a proteção de fundos de vale, que acarretaram certas melhorias da qualidade ambiental na cidade.

Além dessas benesses, a produção de parques e bosques públicos e dos elementos arquitetônicos emblemáticos existentes nessas áreas, colaborou para o incremento dos investimentos e da arrecadação da cidade, como por exemplo, pelo turismo, embora explorem uma falsa associação com a qualidade de vida de países de Primeiro Mundo. Essa nova imagem de Curitiba, criada principalmente a partir da década de 1990, ainda reforça na população o orgulho, muitas vezes acrítico, de ser curitibano.

Em resumo, pode-se afirmar que o processo de produção de áreas verdes públicas em Curitiba resultou em uma eficiente rede de parques e bosques públicos de ampla aceitação popular. No entanto, a parcela dos rios e fundos de vale protegida é pequena, se comparada com a grande extensão dos rios existentes na cidade e que, apesar de terem parcelas em áreas de conservação, não podem ser utilizados para a captação, por não possuírem boa qualidade de água. Na verdade, para garantir uma real qualidade ambiental são necessárias políticas mais amplas, de abrangência metropolitana, nas áreas social, educacional e cultural, como também de desenvolvimento econômico, já que esgotos clandestinos ligados aos rios, acúmulo de lixo no leito e nas margens, ocupações irregulares decorrentes do grande crescimento populacional da metrópole, comprometem cada vez mais a propagada qualidade de vida de Curitiba.

Assim, apesar dos parques e bosques terem a maioria de suas funções principais realizadas, é necessário observar que eles devem estar inseridos dentro de uma ampla política ambiental, e o relativo sucesso na administração do processo de produção de parques e bosques públicos de Curitiba, não implica necessariamente no sucesso desta política, ou seja, tratar da questão ambiental enquanto apenas a criação de novas áreas verdes é insuficiente. E não apenas isso, mas aceitar a imagem mitificadora de Curitiba, que ressalta sua eficiência técnica na implantação dessas áreas, sem discutir o modo como o processo de produção de parques e bosques é conduzido pelo poder público, é omitir os interesses capitalistas em detrimento do bem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

ALMANAQUE ABRIL. Abril Multimídia, CD-Rom, 1997.

BOLETIM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. nº 12, 1943.

BONGESTABS, Domingos H. **Clima, conforto & arquitetura em Curitiba**. Curitiba: 1983. (mimeo)

DESTEFANI, Cid. A verdadeira história do Passeio Público. In: **Jornal O Estado do Paraná** 12/08/78. Curitiba, 1978.

CASA DA MEMÓRIA. Disponível em: http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html. Acesso em: 04/01/01

CAVALHEIRO, Felisberto. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, **Anais**. Vitória, 1992. p. 29-38.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. In: **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CURITIBA. Decreto-lei nº 579/90. Dispõe sobre os Setores Especiais Estruturais. **Diário Oficial Municipal**, 11 de Dezembro de 1990.

_____. Decreto-lei nº 80/91. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental do Passaúna, e criação do Parque Municipal do Passaúna e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, 06 de Março de 1991.

_____. Decreto-lei nº 410/91. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, criação do Parque Municipal do Iguaçu e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, 25 de Julho de 1991.

_____. Lei nº 9.804/00. Cria o Sistema de Unidades de Conservação do município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação. **Diário Oficial Municipal**, 03 de Abril de 2000.

_____. Decreto-lei nº 192/00. Regulamenta parcialmente o Art. 5º, inciso IX, da Lei nº 9.800/00, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, Parque Municipal do Iguaçu e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, 03 de Abril de 2000.

_____. Decreto-lei nº 193/00. Regulamenta parcialmente o Art. 5º, inciso IX, da Lei nº 9.800/00, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Passaúna, Parque Municipal do Passaúna e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, 03 de Abril de 2000.

III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Anais**. v. 01. Londrina, 22 a 27 de Setembro de 1991.

IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Anais**. v. 02. Cuiabá, 04 a 08 de Outubro de 1993.

FRASSON, Márcia L. Fundamentos ecológicos e ecologia urbana. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. **A cidade e o meio ambiente**. Curitiba: 1998. s/p.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS (UFPR); SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SMMA). **Mapeamento das áreas verdes do município de Curitiba – PR**. Curitiba: 1987. (mimeo)

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez Garcia. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

_____. O city marketing de Curitiba: cultura e comunicação na construção da imagem urbana. In: **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996. p. 84-96.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Hicitec, 1997.

GUZZO, Perci. **Estudo dos espaços livres de uso público da cidade de Ribeirão Preto/SP, com detalhamento da cobertura vegetal e áreas verdes públicas de dois setores urbanos**. (Dissertação de Mestrado). Rio Claro, 1999.

HARDT, Letícia P. A. paisagismo de praças e parques. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. Curso sobre “**Arborização urbana**”. Curitiba: 1995. p. 107-18.

_____. **Subsídios ao planejamento de sistemas de áreas verdes baseado em princípios de ecologia urbana: aplicação à Curitiba – PR**. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Florestal – UFPR) Curitiba: 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. v. XXXI. 1959

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/default.php>. Acesso em: 22/03/2001.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Bosque Gutierrez – Memorial Chico Mendes:** projeto de implantação. Curitiba, 1989.

_____. **Curitiba em dados.** Curitiba, 1996.

_____. **Curitiba:** uma experiência em planejamento urbano – recreação (plano global). Curitiba, 1975.

_____. **Curitiba em números.** Curitiba, 1997.

_____. **Diagnóstico e alternativas para o Bosque Tapajós.** Curitiba, 1986.

_____. **Diretrizes para o planejamento e projeto do Parque Ambiental Cachoeira-Barigüi.** Curitiba, 1987.

_____. **Evolução do planejamento urbano – zoneamento e uso do solo.** Curitiba, 1996.

_____. **Memória de Curitiba urbana.** 8 v. 1992.

_____. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Monitoração da gestão urbana** - gestão do solo e disfunções do crescimento urbano da Região Metropolitana de Curitiba. Relatório 2. s/d.

_____. **Parque Bacacheri:** diagnóstico, alternativas, pré-zoneamento. Curitiba, 1986.

_____. **Parque Regional do Iguaçu.** Curitiba, 1977.

_____. **Parque Regional do Iguaçu:** formulação jurídica da entidade gestora. Curitiba, 1975.

_____. **Parque São Lourenço:** estudo de aproveitamento. Curitiba, 1972.

_____. **Plano de ação e preservação dos fundos de vale.** Curitiba, 1975.

_____. **Plano diretor do Parque do Iguaçu – Curitiba:** minuta preliminar. Curitiba, 1973.

_____. **População:** caderno de informações e dados urbanos. Curitiba, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LIÇÕES CURITIBANAS. v. 03. Curitiba, 1998.

LIMA, Cristina A. Parques da Região Metropolitana de Curitiba. In: CURSO DE DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: CARACTERIZAÇÃO

DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC). v. 1 e 2. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

LIMA, Salete T. **Verde urbano: uma questão de qualidade ambiental**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. Londrina: Anais vol. 1, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. p. 392-409.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1999.

MELLO, Neli A. **As políticas públicas no processo de organização do espaço: a questão urbana e o meio ambiente**. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. Cuiabá: Anais vol. 2, 1993.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Aspectos da problemática ambiental urbana de Curitiba/PR e o mito da "capital ecológica". In: REVISTA DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA/UFRPR, 2001 (no prelo).

_____. **Clima e criminalidade**. Curitiba: Editora da UFRPR, 2001.

_____. **O clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno**. (Tese de Doutorado) São Paulo: 1994.

_____. **Geografia física: ciência humana?** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Geografia e meio ambiente**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. O mito da "capital ecológica": aspectos da problemática ambiental urbana de Curitiba/PR. In: 8º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Anais. CR-Rom. Santiago: UCHILE, 04 a 11 de Março de 2001.

MENEZES, Claudino L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. Campinas: Papirus, 1996.

MILANO, Miguel S. Arborização urbana. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. Curso sobre "Arborização urbana". Curitiba: 1995. p. 07-49.

_____. **Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba – PR**. (Dissertação) Curitiba: 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORO, Dalton Aureo. As áreas verdes e seu papel na ecologia urbana e no clima urbano. Separata da **Revista UNIMAR**. v. 1, n.º 2 set /1976.

MUELLER, Oscar Gomm. História do paisagismo. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. Curso sobre "**Arborização urbana**". Curitiba: 1995. p. 79-93.

_____. Paisagismo de parques e praças. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. Curso sobre "**Arborização urbana**". Curitiba: 1995. p. 94-106.

MURATORI, Ana Maria. A natureza no final do século XX. **Revista Paranaense de Geografia**. n.º 3, 1998. p. 46-8.

OLIVEIRA, Dennison. Planejamento urbano e processo decisório: o caso de Curitiba. **Boletim do Departamento de História da UFPR**. n.º 31. Curitiba: 1994. p. 53-62.

OLIVEIRA, Márcio. Perfil ambiental de uma metrópole brasileira: Curitiba, seus parques e bosques. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n.º 88 maio / agosto 1996. p. 37-51.

PEREIRA LEITE, M.A.F. A natureza e a cidade: rediscutindo suas relações. O novo mapa do mundo. In: **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

PEREIRA, Magnus R. M. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 11-47.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba: nas trilhas da igualdade**. 1994.

_____. **Transformação do espaço geográfico da grande Curitiba**. s/d. (mimeo)

_____. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/> Acesso em: várias datas.

SALAMUNI, Riad. Fundamentos Geológicos do Paraná. In: SALAMUNI, R.; HERTEL, R.J.G. & SILVA, J.L. **História do Paraná**. 2ª ed. 2º v. Curitiba: Grafipar, 1969.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hicitec, 1997.

SANTANA, P. V. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. L. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-89.

SCARIM, P. C. A "rara" propriedade. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. L. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 172-6.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SMMA). Folhetos informativos sobre os parques e bosques de Curitiba. Curitiba, 2000

SEGAWA, Hugo. **Ao amor ao público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.

SENNA, Dayse Cristina. Uma visão panorâmica da questão ambiental. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. **A cidade e o meio ambiente**. Curitiba: 1998. s/p.

_____. Legislação e políticas de arborização. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. Curso sobre "**Arborização urbana**". Curitiba: 1995. p. 69-78.

SERETE. **Estudo de viabilidade econômica de saneamento e urbanização dos parques Barigüi e São Lourenço**. 1972.

_____. **Plano preliminar de Urbanismo**. Curitiba, 1965.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**. São Paulo: EDUSP, 1995.

TARNOWSKI, Luiz C.; MOURA, Rosa. **Preservação do meio ambiente e a arborização urbana**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. Londrina: Anais vol. 1, 1991.

TRINDADE, Alfredo V. C. Áreas verdes urbanas. In: **A cidade e o meio ambiente**. Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, 1998.

UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE (UNILIVRE). **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: UNILIVRE, 1997.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Porto Alegre: 1999. CD-Rom.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

CORREIO DE NOTÍCIAS, 08/08/1986

O ESTADO DO PARANÁ, (várias edições)

GAZETA PARANAENSE, 19 e 20/12/1886

GAZETA DO POVO. (várias edições)

JORNAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 04/10/1991